

*Cuidar do
presente para
um futuro
sustentável*

ELOS
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RELATÓRIO
ANUAL **2015**

RELATÓRIO ANUAL 2015



APRESENTAÇÃO

O sistema de previdência complementar tem sido desafiado, mais uma vez, a responder a questões resultantes de uma conjuntura política e econômica com muitas adversidades. Como decorrência da crise econômica que atravessamos, muitos planos de benefícios apresentam déficit, exigindo da gestão a correção de rumos em tempo de assegurar a perenidade do sistema e o pagamento dos benefícios aos seus participantes.

Com a ELOS não foi diferente. A conjuntura econômica e fatores como a longevidade levaram a desequilíbrios nos planos BD, sendo necessário aprovar um plano de equacionamento do resultado deficitário do exercício 2014 para o Plano BD- ELOS/Tractebel. Passamos por significativas alterações na legislação do setor e em algumas regras da própria ELOS implantadas no ano passado, as quais mostram um movimento no sentido de resguardar e proteger o patrimônio dos planos de previdência e garantir os direitos dos participantes ativos e assistidos.

Em meio às adversidades do ano passado, a governança da ELOS agiu com resolutividade e conseguiu transpor os obstáculos mais difíceis. Melhorias importantes foram aprovadas, como as novas regras de Empréstimos e a Revisão no Fundo de Risco do Plano CD. Um dos pontos mais críticos e exaustivamente trabalhado e discutido foi o Déficit de 2014 do Plano BD-ELOS/ Tractebel. Desde o início do ano passado aguardava-se uma alteração na legislação que modificaria o cálculo do valor que deveria ser equacionado. Porém, essa alteração ocorreu somente em dezembro de 2015, fato que retardou a apresentação e aprovação de um plano de equacionamento.

Para os participantes do Plano CD-Eletrosul, foi o ano de consolidação dos Perfis de Investimentos com a apresentação dos resultados referentes a um ano da implantação e a abertura do período para alteração de perfil aos interessados. A ELOS percorreu cinco Regionais, além da Sede da Patrocinadora Eletrosul, para apresentar os resultados dos Planos de benefícios de 2015. Inclusive fomos à cidade de Charqueadas-RS, onde participamos de um evento com os nossos aposentados (grande parte do BD-ELOS/Tractebel), em conjunto com a Elosaúde. Atuamos com muita transparência, oportunizando aos participantes dirimir suas dúvidas, propiciando um relacionamento de confiança e diálogo aberto entre as partes interessadas.

Foram realizados ainda eventos do Programa de Educação Financeira e Previdenciária da ELOS. Foi promovida palestra com um médico geriatra e duas apresentações no auditório da Eletrosul com um consultor financeiro sobre orçamento familiar e a importância de planejar o futuro. Além disso, a ELOS apresentou os resultados dos planos patrocinados pela Eletrosul à sua Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Fiscal, explicando os resultados e esclarecendo dúvidas.

Destacamos a dedicação e o comprometimento de toda a governança da Fundação, membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos e corpo técnico da ELOS, que contribuíram de maneira decisiva para a escolha dos melhores caminhos e decisões tomadas ao longo de 2015. E no centro da existência da Fundação, agradecemos aos nossos participantes, junto aos quais renovamos a nosso compromisso com a busca incessante dos melhores resultados, visando garantir um futuro mais tranquilo.

Diretoria Executiva

PATROCINADORAS

Eletrosul Centrais Elétricas S. A.
Tractebel Energia S.A.
Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS

Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS

Praça Pereira Oliveira, 64 | Ed. Emedaux - Sobreloja | Florianópolis, SC | CEP 88010-540
Fone: (48) 2107 7500 | Fax: (48) 2107 7510
www.elos.org.br

ÍNDICE

QUEM SOMOS	10
FATOS RELEVANTES	12
RESULTADOS CONSOLIDADOS DA ELOS NO ANO DE 2015	16
INVESTIMENTOS	20
RESULTADOS DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL	22
RESULTADOS DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL	28
RESULTADOS DO PLANO CD ELETROSUL	34

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	42
INVESTIMENTOS	48
POLÍTICAS DE INVESTIMENTO	64

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	80
PARECERES	130

1 RESUMO DOS RESULTADOS

2 DETALHAMENTO DOS RESULTADOS

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





QUEM SOMOS

A Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), de caráter social, também conhecida como Fundo de Pensão, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

HISTÓRIA

A ELOS foi criada no ano de 1973 pela Eletrosul Centrais Elétricas, visando ofertar a seus empregados o benefício de uma previdência complementar como parte de sua política de recursos humanos.

No ano de 1997 a ELOS passou a ter duas patrocinadoras, dado o processo de privatização do parque gerador da “Eletrosul Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A – ELETROSUL”, com a constituição da “Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. – GERASUL”, que mais tarde foi adquirida pelo grupo GDF Suez e veio a se tornar a Tractebel Energia S/A.

MISSÃO

Assegurar a complementação dos benefícios da Previdência Social aos empregados da Eletrosul, da Tractebel Energia e da ELOS e a seus dependentes, administrando Fundo de Pensão, com contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

PAPEL

O papel da ELOS está focada em três óticas:

VISÃO CORPORATIVA - ÓTICA DA PATROCINADORA

Instrumento de política de Recursos Humanos que permite manter e atrair bons profissionais, renovar seus quadros, diminuir tensões trabalhistas, elevar e manter a motivação e grau de satisfação de seus empregados, entre outros.

VISÃO PREVIDENCIÁRIA - ÓTICA DO PARTICIPANTE

Entidade responsável pela gestão dos recursos de uma coletividade, objetivando assegurar a seus participantes, através de reservas técnicas atuarialmente dimensionadas, um Plano de Benefícios, onde se destaca a complementação de aposentadoria e pensão.

VISÃO SOCIOECONÔMICA - ÓTICA DA SOCIEDADE

Investidor institucional de longo prazo, que, em conjunto com as demais Fundações no Brasil, detém cerca de R\$ 674 bilhões aplicados em imóveis, ações, títulos públicos e privados e outros ativos e que, portanto, se constitui em importante instrumento da economia nacional.

IDEAIS CORPORATIVOS

A ELOS, visando atender os objetivos básicos de Governança Corporativa, pauta suas ações pelos seguintes princípios:

TRANSPARÊNCIA

Mais do que a obrigação, a administração cultivará o desejo de informar, sabendo que da boa comunicação interna e externa, particularmente quando espontânea, franca e rápida, resulta em um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da entidade com terceiros.

EQUIDADE

Caracterizada pelo tratamento justo e igualitário de todos os envolvidos na Fundação ELOS. Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, serão totalmente inaceitáveis.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

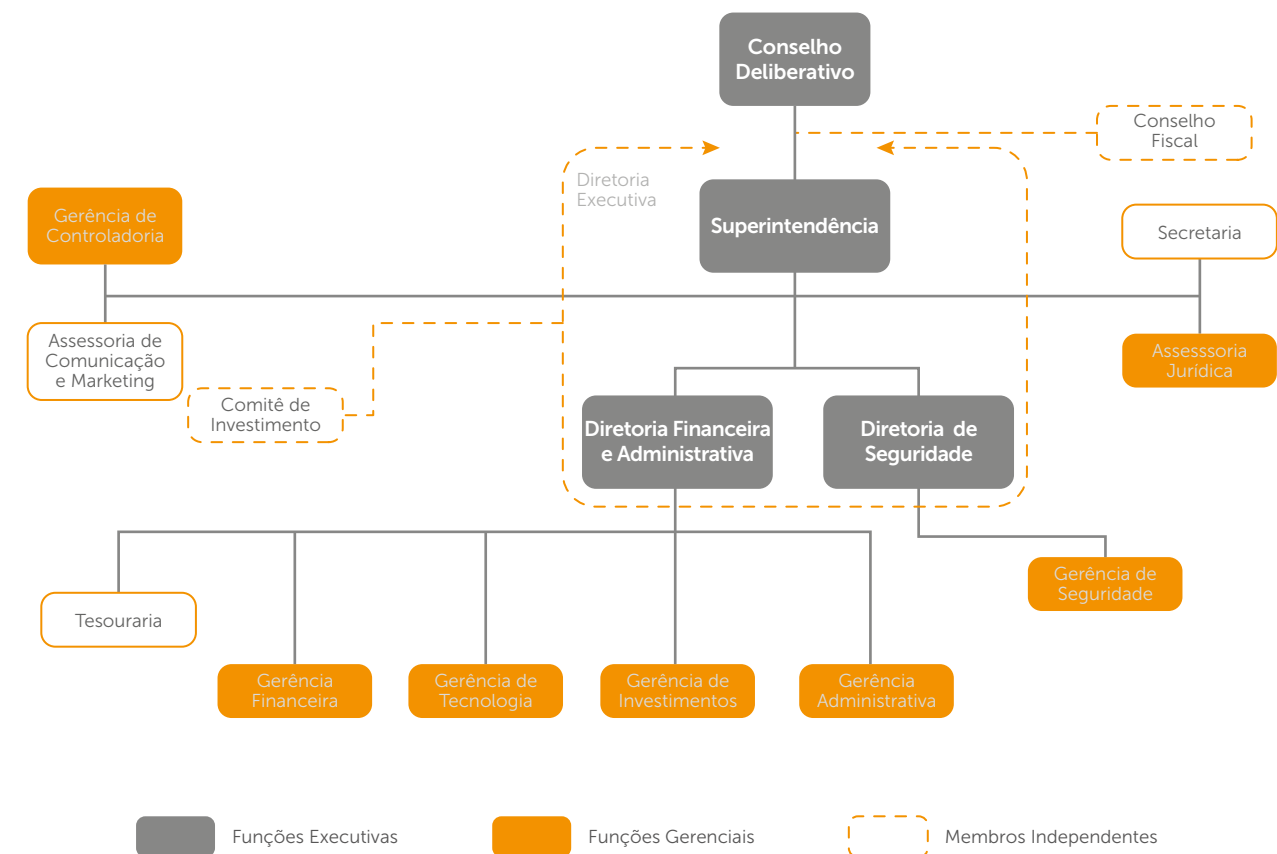
Os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu e respondem integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos.

RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Conselheiros e Diretores deverão zelar pela perenidade da Entidade com visão de longo prazo (sustentabilidade) e, portanto, devem incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Responsabilidade Corporativa é uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos com a comunidade em que a sociedade atua.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A ELOS fechou o ano de 2015 com uma equipe composta por 23 empregados, 3 diretores e 2 funcionários terceirizados.



FATOS RELEVANTES

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

Em 2015, o programa priorizou os encontros presenciais para disseminação de conteúdo. Além das apresentações de resultados dos planos realizadas nos meses de abril e maio, foram realizadas palestras com foco específico de educação financeira no auditório da sede da Eletrosul em dois turnos (tarde e noite), foi organizado um evento de aniversário do Programa Integrado de Educação – ‘A Escolha Certa’ com uma apresentação do geriatra Marcos Cabrera sobre longevidade, planejamento e qualidade de vida e ainda foram promovidos cinco cursos de educação continuada aos membros da governança da ELOS e aos seus colaboradores. O grande desafio do Programa é fazer com que as informações e conteúdos produzidos cheguem até o público-alvo e, mais do que isso, sensibilizem e promovam mudanças no comportamento e nos hábitos de consumo, de poupança e, principalmente, de previdência dos participantes da ELOS.

O Programa Integrado de Educação Financeira e Previdenciária ‘A Escolha Certa’, desenvolvido pelas Entidades que fazem parte da Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar (ASCPREV), inclusive a Fundação ELOS, conquistou o selo ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) para o seu portal –www.aescolhacerta.com.br. O site obteve o selo em 2015 por obedecer a critérios como ser inclusivo e gratuito, trabalhar conteúdos voltados à cidadania, consumo responsável, orçamento pessoal e familiar, poupança e investimento e planejamento financeiro e previdenciário.

ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO DOS PLANOS

Não houve alteração nos regulamentos de nenhum dos três planos em 2015. Porém, em relação ao Plano BD-ELOS/ELETROSUL, há propostas de alterações tramitando nos órgãos responsáveis, são elas:

- quanto ao pagamento pelas Pensionistas da despesa administrativas;
- quanto à regra de equacionamento de déficit, a alteração visa adequá-la à legislação vigente;
- quanto ao pagamento também paritário entre o participante e a patrocinadora do custo da conversão do tempo de serviço em atividade especial em tempo de serviço em atividade normal, o denominado SB-20 (sexo feminino) ou SB-40 (sexo masculino), e Aposentadoria Especial, custo este que era suportado até agora exclusivamente pela patrocinadora.

Essas alterações regulamentares foram determinadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar- PREVIC e aguardam aprovação do DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

A PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar publicou algumas alterações importantes na legislação em 2015. Entre elas a CNPC nº 22 de 25/nov /2015, publicada no dia 03 de dezembro de 2015, que traz novas regras de solvência e estabelece parâmetros diferenciados para distribuição de superávits e equacionamento de déficits, vinculados à realidade e características de cada plano de benefícios.

Em relação às regras de equacionamento, o limite está associado à duração média do passivo de cada plano e é calculado pela seguinte fórmula: Limite Déficit Técnico Acumulado (%) = 1% x (duração do passivo – 4). Somente o que exceder ao referido limite aceitável, deve ser equacionado já no próximo ano.

Como essa nova regra publicada no final de 2015, a PREVIC prorrogou excepcionalmente o prazo para apresentação do plano de equacionamento para o dia

31 de março de 2016 para as entidades que mesmo com a nova regra precisassem fazê-lo. Esse é o caso do Plano BD-ELOS/Tractebel, conforme será apresentado no próximo item.

DÉFICIT DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Todos os aposentados, pensionistas, vesting e autopatrocinadores até 23/dez/1997 foram para o recém-criado Plano BD-ELOS/TRACTEBEL, como consequência do processo de privatização do parque gerador de energia da Eletrosul em 1997. Este plano, desde sua criação, apresenta rentabilidade acumulada superior à meta atuarial. Porém, fatos não previstos dentro das hipóteses atuariais, como, por exemplo, demandas judiciais, mudanças na tábua de mortalidade, adoção de família efetiva, somados à rentabilidade inferior a meta atuarial nos últimos três anos, fizeram com que o passivo crescesse além do previsto.

Em 2013, devido à adequação e adoção de uma nova Tábua de Mortalidade, que prevê maior longevidade aos participantes e dependentes, a reserva exigida ao Plano aumentou consideravelmente e absorveu boa parte da rentabilidade acumulada. Neste mesmo ano, registrou-se um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 149.212.528,29. De acordo com a legislação que estava vigente, esse déficit só exigiria um plano de equacionamento caso fosse superior a 15% do patrimônio do Plano (índice que foi elevado neste mesmo ano em razão do cenário econômico adverso).

Em 2014, mais uma alteração importante no cálculo do passivo, que foi a adoção da Família Efetiva (causa que será explicada nos próximos tópicos), além de outros fatores, aumentou esse déficit para 201.583.143,88. Com esse cenário, a Fundação tinha a obrigação de apresentar um plano de equacionamento desse valor até o final de 2015. Porém, a governança da ELOS e a patrocinadora Tractebel vinham acompanhando os movimentos da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) para alterar a legislação que rege o tratamento dos resultados deficitários dos Fundos de Pensão.

Havia uma expectativa de que a forma de cálculo diminuísse substancialmente o valor que deveria ser equacionado. Fato que se confirmou. No dia 03 de

dezembro de 2015, foi publicada a Resolução do CNPC nº 22 de 25/nov /2015, que alterou a forma de calcular o percentual do déficit a ser equacionado. A nova regra leva em consideração a duração média do passivo de cada plano e determina a apresentação no ano seguinte de um plano de equacionamento do que excede o limite aceitável.

Como essa nova regra publicada no final do ano, a PREVIC prorrogou o prazo para apresentação do plano de equacionamento para o dia 31 de março de 2016. Os cálculos ficaram prontos no final de 2015 e foram apresentados para a patrocinadora Tractebel, pois ficou sob sua tutela o plano de equacionamento. A Fundação ELOS ficou no aguardo da definição da forma de equacionamento e posterior aprovação pelo Conselho Deliberativo para só então divulgar a informação completa aos participantes.

Após três reuniões do Conselho Deliberativo e alguns impasses, no dia 22 de março foi aprovada a forma de equacionamento do déficit, que será apresentada no decorrer deste relatório.

ALTERAÇÃO NOS REGULAMENTOS DOS EMPRÉSTIMOS DA ELOS

Foram aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da ELOS alterações nos regulamentos de empréstimo aos participantes dos Planos BD e CD. As novas regras visam minimizar os riscos e evitar prejuízos ao conjunto de participantes. Abaixo as principais mudanças:

Empréstimo do Plano CD Eletrosul (EEP):

- *aumento do limite máximo de concessão de 30 (R\$ 103.070,40) para 40 (R\$ 137.427,20) URE-CD**;
- *aumento do prazo máximo de amortização de 60 para 72 prestações mensais e sucessivas.*

* URE - Unidade de Referência ELOS. Ela é reajustada anualmente em janeiro pelo INPC.

1 URE-CD = R\$ 3.435,68
(até dezembro/15)

Plano de Empréstimo Especial dos Planos BD-ELOS/Eletrosul e BD-ELOS/Tractebel (PEE):

- *aumento do limite máximo de concessão de 30 (R\$ 109.771,80) para 40 (R\$ 146.362,40) URE-BD**;
- *redução da margem consignável para o pensionista de 40% para 30% do valor do benefício de complementação recebido. O limite de endividamento da prestação inicial não poderá exceder 30%;*
- *aumento do prazo máximo de 60 para 72 prestações mensais e sucessivas.*

* URE - Unidade de Referência ELOS. Ela é reajustada anualmente em junho pelo INPC.

1 URE-BD = R\$ 3.659,06
(até maio/2016)

Foi criada uma tabela com o número máximo de parcelas para concessão de empréstimo conforme a faixa de idade, que será implementada em etapas a partir de Janeiro de 2016, conforme quadro abaixo:

IDADE	2016	2017	2018	2019
<i>A partir de 90 anos</i>	36	24	12	12
<i>84 – 89 anos</i>	48	36	24	12
<i>81 – 83 anos</i>	48	36	24	24
<i>78 – 80 anos</i>	60	48	36	36
<i>75 – 77 anos</i>	60	60	48	48
<i>72 – 74 anos</i>	60	60	60	60
<i>Até 71 anos</i>	72	72	72	72

REVISÃO NO FUNDO DE RISCO DO PLANO CD

Após realizar estudos, a ELOS decidiu reduzir os valores destinados aos fundos de pecúlio por incapacidade e morte, descontados da contribuição da patrocinadora feita ao participante ativo, com até 55 anos de idade, do Plano CD. A partir de janeiro de 2016 estes valores serão reduzidos em 50%.

Isso significa que um montante maior da sua contribuição será destinado ao seu Saldo de Conta Individual. É importante ressaltar que esses fundos são constantemente monitorados e que o percentual destinado a eles pode ser alterado quando necessário.

DESINVESTIMENTO NA SPE LIVRAMENTO HOLDING S.A.

A Diretoria Executiva da ELOS, seguindo a recomendação do Conselho Deliberativo contida nas Atas n.º 321 e n.º 328 de 30 de julho de 2014 e 01 de junho de 2015, respectivamente, enviou a carta CE SUP – 0285/2015 formalizando a intenção da ELOS em exercer o direito de venda de sua participação à Eletrosul, conforme previsto na cláusula 9.1.7 do Acordo Global de Acionistas, incluída a partir de 04 de dezembro de 2013, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária. A carta enviada apresenta o valor das ações corrigidas até 21 de dezembro de 2015 na quantia total de R\$ 23.235 mil, e concede o prazo de até 30 (trinta) dias para manifestação da patrocinadora sobre o prazo necessário para aprovação junto aos seus órgãos de governança internos para liquidação e definição negociada entre as partes, acerca da forma do efetivo pagamento da opção de venda exercida pela ELOS, tendo naquela oportunidade apresentado renúncia coletiva dos seus indicados aos Conselhos de Administração e Fiscal na referida SPE. A Diretoria executiva da ELOS por meio da ata n.º 002 de 18 de janeiro de 2016, autorizou o reconhecimento contábil do valor atualizado a receber, que no final do exercício corresponde R\$ 16.339 mil e R\$ 7.018 mil para os planos BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL, respectivamente. Até que a Entidade receba a confirmação por parte da Eletrosul sobre o recebimento

dos valores acima citado, será mantida a classificação desses valores como investimentos em ações.

ELOS ONLINE

A equipe de Tecnologia da Informação da ELOS atualiza constantemente as ferramentas digitais de comunicação com o participante. A área restrita do Portal ELOS, de acesso exclusivo dos participantes, está com novas funcionalidades e informações mais completas sobre a rentabilidade de cada plano e, no caso dos participantes do Plano CD, com gráficos comparativos entre os perfis de investimento. Além disso, o simulador está mais dinâmico, permitindo alterar quase todas as condições.

A facilidade de navegação é um dos principais objetivos das alterações do site. Quanto mais intuitivo e autoexplicativo, mais fácil e agradável a sua navegação.

RESULTADOS CONSOLIDADOS DA ELOS NO ANO DE 2015

PATROCINADORAS

As empresas que ofertam, por intermédio da ELOS, planos de previdência complementar aos seus empregados, como benefício integrante de suas políticas de recursos humanos, são chamadas de patrocinadoras dos planos. São patrocinadoras da ELOS:

- *Eletrosul Centrais Elétricas S/A*
- *Tractebel Energia S/A*
- *Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS*

A ELETROSUL

Patrocinadora Instituidora, a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma empresa subsidiária de Centrais Elétricas do Brasil S.A. - ELETROBRAS, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Foi constituída em 23/12/1968. É uma sociedade de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e geração de energia elétrica.

Com sede em Florianópolis, capital de Santa Catarina, a empresa possui empreendimentos nos três estados da Região Sul, e nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

No segmento transmissão, integra e interliga as fontes de energia elétrica aos mercados consumidores, criando condições para a competição. Viabiliza, com os demais

países do MERCOSUL, a importação e/ou exportação de energia elétrica e garante a qualidade da energia nos pontos de suprimento. No segmento Geração, dá continuidade às atividades para implantação de empreendimentos hidrelétricos e de fontes alternativas, que consolidarão seu retorno a este mercado.

O Sistema Eletroenergético da Eletrosul conta com 91 subestações, uma conversora de frequência, 12.967km de linha de transmissão, 23 mil torres, 93.400km de cabos, 27.214,80 MVA de capacidade de transformação e 30 milhões de pessoas atendidas.

A TRACTEBEL

A Tractebel Energia S/A surgiu da aquisição da Gerasul, empresa que havia sido formada após um processo de privatização do parque gerador da Eletrosul, pelo grupo belga GDF Suez, e passou a ser chamada posteriormente de Tractebel Energia S/A. Com isso, a ELOS passou a ter duas patrocinadoras.

A Tractebel Energia é a maior geradora privada de energia do Brasil, a Companhia é sediada em Florianópolis, Santa Catarina, e suas usinas se encontram instaladas nas cinco regiões do país, mais precisamente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí e Ceará.

Seu parque gerador é composto por 28 plantas, todas operadas pela Companhia, das quais nove são hidrelétricas, cinco termelétricas e quatorze complementares: três a biomassa, sete eólicas, três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e uma solar. Entretanto, a capacidade instalada operada pela Tractebel é de 8.765 MW, pois quatro dessas usinas são exploradas comercialmente por meio de parcerias com outras empresas: Usina Hidrelétrica Itá, Usina Hidrelétrica Machadinho, Usina Hidrelétrica Estreito e Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética.

A Tractebel conta com mais de 1.100 empregados e seu portfólio de clientes é formado por distribuidoras, clientes livres e comercializadoras. Seu controle acionário é detido pela ENGIE Brasil, que responde por 68,71% do capital social da Tractebel Energia. A ENGIE Brasil é controlada pelo grupo franco-belga ENGIE, maior produtor independente de energia do mundo, com capacidade instalada de 115,3 GW, e que atua em toda a cadeia de valor da energia, tanto na exploração e produção quanto no transporte, distribuição e comercialização, em eletricidade e gás natural.

A ELOS

Os planos pela ELOS geridos também são ofertados aos seus colaboradores como parte integrante de sua política de recursos humanos.

PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ADMINISTRADOS

A ELOS administra, atualmente, três planos de previdência complementar, sendo dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Definida. São eles:

- *Plano BD-ELOS/Eletrosul (Patrocinadoras Eletrosul Centrais Elétricas S/A e Fundação ELOS)*
- *Plano BD-ELOS/Tractebel (Patrocinadora Tractebel Energia S/A)*
- *Plano CD-Eletrosul (Patrocinadoras Eletrosul Centrais Elétricas S/A e Fundação ELOS)*

DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

O Ativo Total administrado pela ELOS, apresentado a seguir, é composto pelas contribuições dos participantes e patrocinadoras, efetuadas até 31 de dezembro de 2015, bem como os resultados obtidos por meio de suas aplicações e investimentos para o mesmo período.

- *Ativo Total Administrado em 2015: R\$ 2.644.779 mil*
- *Ativo Total Administrado em 2014: R\$ 2.459.963 mil*

Assim, a ELOS encerrou o ano de 2015 com a gestão de um ativo total de aproximadamente R\$ 2.645 milhões, 7,5% maior que em 2014, quando o Ativo Total



correspondia a cerca de R\$ 2.460 milhões.

Parte deste valor já está comprometida com obrigações assumidas pela entidade, tais como:

- **Exigível Operacional: R\$ 6.100 mil**

Impostos a recolher e outros valores a pagar.

- **Exigível Contingencial: R\$ 33.102 mil**

Corresponde ao montante provisionado para gastos que possam vir a ocorrer provenientes de processos judiciais, tanto de natureza cível como trabalhista, movidos contra a Fundação.

- **Fundo Não Previdencial: R\$ 33.428 mil**

Refere-se aos valores de fundo administrativo (empregados na gestão da entidade e de seus planos) e fundo de investimentos (para cobertura de empréstimos em caso de morte de participante dos planos de benefício definido).

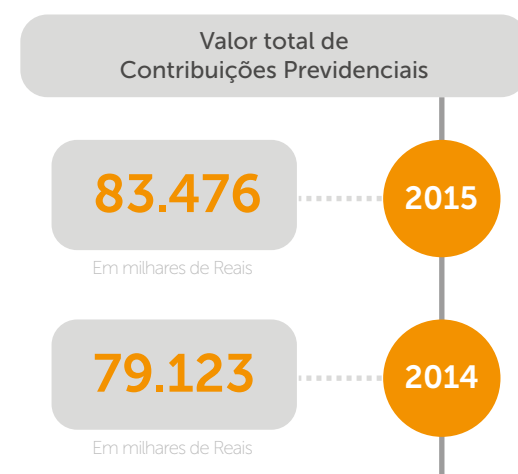
Do Ativo Total, descontadas as obrigações acima, obtém-se o Ativo Líquido, que quando superior às provisões matemáticas e previdenciais gera um superávit, em caso contrário um déficit; demonstrando a capacidade do plano em cumprir ou não suas obrigações futuras de pagamento de benefícios.

No quadro a seguir, é possível observar que o Ativo Líquido no final do exercício de 2015 foi de cerca de R\$ 2,6 bilhões e um déficit aproximado de R\$ 267 milhões.

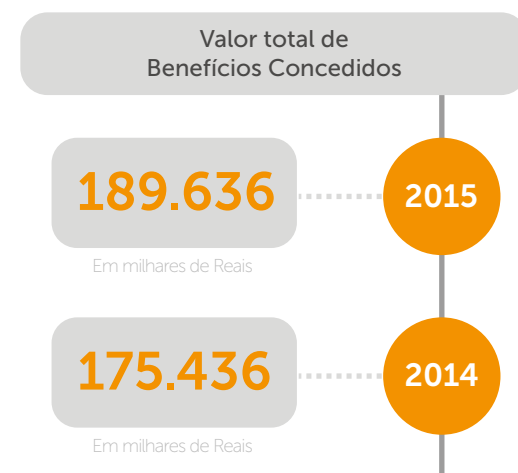


CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

Além das contribuições correntes efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, o valor abaixo inclui contribuições extraordinárias e recursos provenientes de contribuições contratadas, realizadas no ano de 2015, já descontadas as taxas administrativas.



Abaixo o valor total de benefícios pagos no ano de 2015, como aposentadorias, pensões e auxílios.



QUADRO DE PARTICIPANTES

O quadro de participantes da Fundação ELOS apresentou um pequeno aumento em relação ao ano de 2014, totalizando, em 31 de dezembro de 2015, 4.581 participantes. Destes, 1.255 são vinculados ao Plano BD-ELOS/Eletrosul, 2.112 ao plano BD-ELOS/Tractebel; ambos na modalidade de Benefício Definido, e 1.214 ao plano CD-Eletrosul, na modalidade de Contribuição Definida. Nestes números estão incluídas duas pensões suspensas do Plano BD-ELOS/Eletrosul e oito do Plano BD-ELOS/Tractebel.

PARTICIPANTES ATIVOS	
2015	1.583
2014	1.563

PARTICIPANTES ASSISTIDOS*	
2015	2.983
2014	2.982

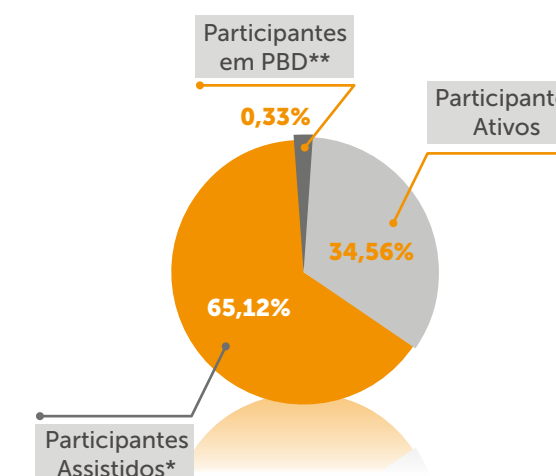
PARTICIPANTES em BPD**	
2015	15
2014	17

TOTAL de PARTICIPANTES	
2015	4.581
2014	4.562

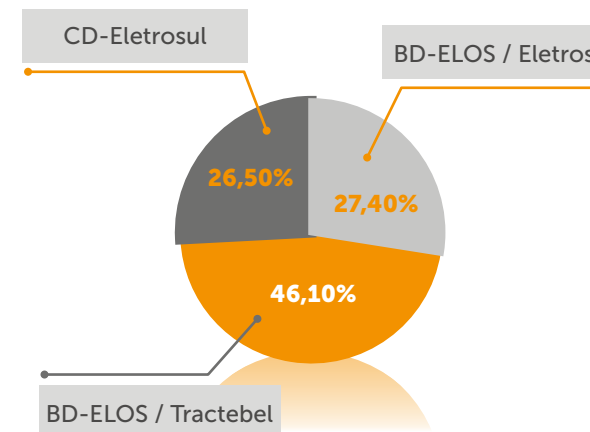
* Inclusive 10 pensões suspensas

** BPD: Benefício Proporcional Diferido. Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, proporcional aos seus direitos, observado sempre as condições estipuladas pelos respectivos Regulamentos dos Planos.

Total de participantes por condição de inscrição



Total de participantes por plano



INVESTIMENTOS

TOTAL DO PATRIMÔNIO NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Do Ativo Total administrado pela ELOS no ano de 2015, R\$ 2.515.580 mil está destinado ao programa de investimentos. No final de 2014, este valor correspondia a R\$ 2.338.003 mil.

- *Patrimônio Total Administrado em 2015:*
R\$ 2.644.779 mil

- *Patrimônio Total Administrado em 2014:*
R\$ 2.459.963 mil

- *Patrimônio Investido em 2015:* **R\$ 2.515.580 mil**

- *Patrimônio Investido em 2014:* **R\$ 2.338.003 mil**

O total do patrimônio no programa de investimentos corresponde ao valor total de contribuições vertidas ao plano pelos participantes e patrocinadoras, descontados os valores de taxa administrativa, direcionada para o Programa de Gestão Administrativa, devidamente rentabilizado por meio de suas aplicações e investimentos.

ALOCÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio está assim distribuído:

- **Renda Fixa:** 83,80% do patrimônio
R\$ 2.108.129 mil

- **Renda Variável:** 9,55% do patrimônio

R\$ 240.260 mil

- **Investimentos Estruturados:** 0,48% do patrimônio

R\$ 12.121 mil

- **Empréstimos a Participantes:** 2,96% do patrimônio

R\$ 74.377 mil

- **Imóveis:** 3,21% do patrimônio

R\$ 80.694 mil

CENÁRIO ECONÔMICO - 2015

O ano de 2015 apresentou um quadro de baixo crescimento e de inflação acima da meta, o PIB brasileiro teve queda de 3,8% no ano e o índice de inflação, IPCA, teve alta de 10,67%, ficando acima do teto da meta do Banco Central, de 6,5%. Os principais fatores que influenciaram a economia no ano foram a preocupação com uma forte desaceleração da economia chinesa, no cenário internacional, e a turbulência política, no cenário nacional. Para conter a alta da inflação, o Banco Central continuou o ciclo de alta da taxa básica de juros (Selic), que iniciou o ano em 11,75% a.a. e encerrou em 14,25% a.a. O dólar, influenciado pelos motivos citados anteriormente, somado a queda nos preços das commodities, sofreu alta de quase 50% do seu valor, finalizando o ano cotado a R\$ 3,90.

INDICADORES

	2015(%)	2014(%)
INPC	11,28	6,23
IPCA	10,67	6,41
SELIC	13,27	10,90
Poupança	7,94	7,02
IBOVESPA	(13,31)	(2,91)

EMPRÉSTIMOS

Além de ofertar planos de previdência complementar, a ELOS dispõe aos seus participantes interessados, a possibilidade de efetuar empréstimos especiais, de acordo com o plano no qual esteja inscrito, com a facilidade de juros acessíveis e abaixo dos praticados pelo mercado.

O saldo de Empréstimos em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 74.377 mil, correspondente a 2.502 contratos vigentes. Em 2014, a quantidade era de 2.516, somando R\$ 62.762 mil.

RESULTADOS DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

O plano de previdência complementar BD-ELOS/ELETROSUL atende os empregados da patrocinadora Eletrosul Centrais Elétricas S/A e também os da própria Fundação ELOS. Encontra-se fechado para novas adesões desde 1º de janeiro de 2010, em virtude da criação do Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 – CD-Eletrosul.

A migração para o Plano CD-ELETROSUL foi dada apenas aos participantes em atividade, sendo que aqueles que optaram por permanecer no plano, bem como a todos os assistidos (aposentados e pensionistas), ficaram garantidos os direitos, conforme estipulado em regulamento.

- **Início de Vigência** 17 de julho de 1973
- **Registro CNPB** 1974.0002-65

PATROCINADORAS

- Eletrosul Centrais Elétricas S/A
- Fundação ELOS

DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

O Ativo Total do plano BD-ELOS/ELETROSUL apresentado a seguir, é composto pelas contribuições dos participantes e patrocinadoras além de

contribuições contratadas, efetuadas até a data de 31 de dezembro de 2015, bem como os resultados obtidos por meio de suas aplicações e investimentos para o mesmo período.

Assim, o plano BD-ELOS/ELETROSUL encerrou o ano de 2015 com um ativo total de aproximadamente R\$ 1.054 milhões, 7,91% maior do que em 2014, quando o Ativo Total correspondia a cerca de R\$ 976 milhões.



Parte destes valores já está comprometida com obrigações assumidas pela entidade, tais como:

- **Exigível Operacional:** R\$ 850 mil
Impostos a recolher e outros valores a pagar
- **Exigível Contingencial:** R\$ 14.385 mil
Corresponde ao montante provisionado para gastos que possam vir a ocorrer provenientes de processos judiciais, tanto de natureza cível como trabalhista, movidos contra a Fundação.
- **Fundo Não Previdencial:** R\$ 23.030 mil
Refere-se aos valores de fundo administrativo (empregados na gestão da entidade e seus planos)

e fundo de investimentos (para cobertura de empréstimos em caso de morte de participante dos planos de benefício definido).

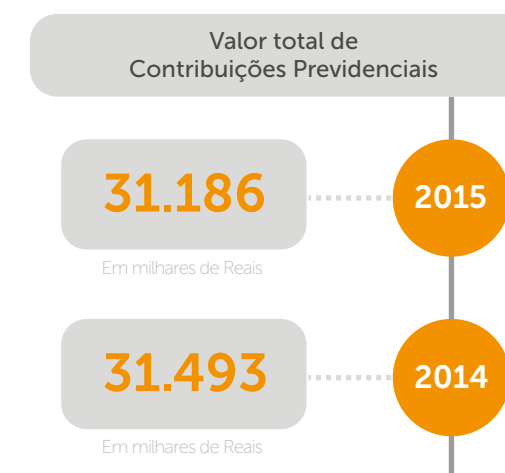
Do Ativo Total, descontadas as obrigações acima, obtém-se o Ativo Líquido, que quando superior às provisões matemáticas gera um superávit, em caso contrário um déficit; demonstrando a capacidade do plano em cumprir ou não suas obrigações futuras de pagamento de benefícios.

No quadro a seguir, é possível observar que o Ativo Líquido no final do exercício de 2015 foi de cerca de R\$ 1.015 milhões e um déficit aproximado de R\$ 141 milhões.

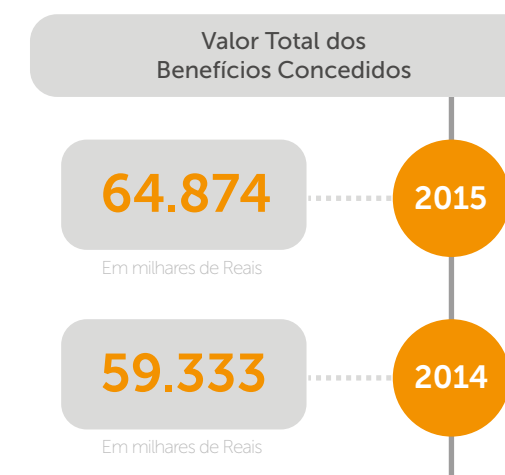


CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

Além das contribuições correntes efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, o valor abaixo inclui recursos provenientes de contribuições contratadas e valor para custeio administrativo, realizadas no ano de 2015.



Abaixo o valor total de benefícios pagos no ano de 2015, como aposentadorias, pensões e auxílios.



QUADRO DE PARTICIPANTES

O quadro de participantes do plano BD-ELOS/ELETROSUL apresentou um pequeno decréscimo de 0,55% em relação ao ano de 2014, totalizando, em 31 de dezembro de 2015, 1.255 participantes, incluindo duas pensões suspensas.

PARTICIPANTES ATIVOS	
2015	512
2014	528

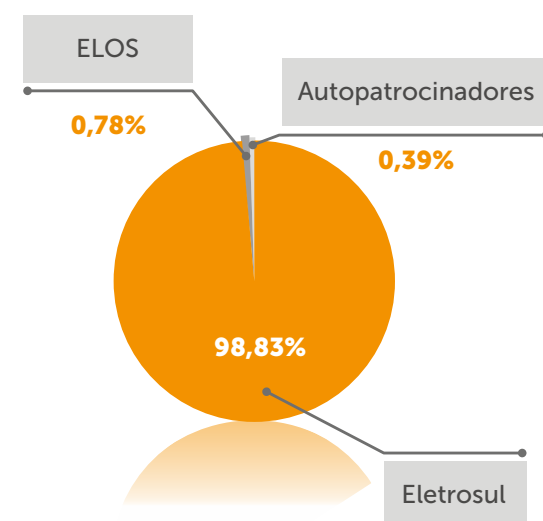
PARTICIPANTES ASSISTIDOS	
2015	738
2014	728

PARTICIPANTES em BPD*	
2015	5
2014	6

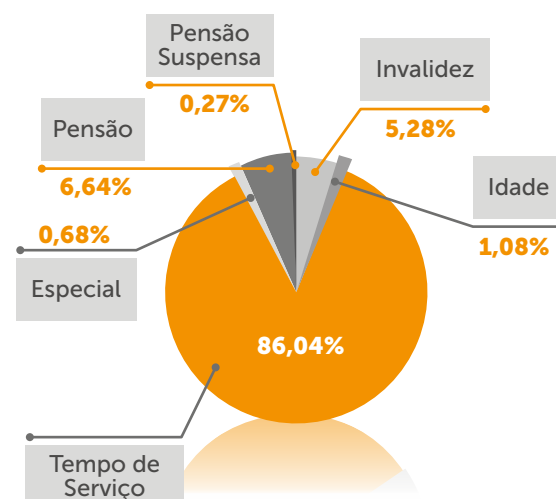
TOTAL de PARTICIPANTES	
2015	1.255
2014	1.262

Do total de participantes ativos, 506 são vinculados à patrocinadora Eletrosul Centrais Elétricas S/A, 4 à própria Fundação ELOS e 2 estão na condição de autopatrocinadores.

* Benefício Proporcional Diferido BPD: Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, proporcional aos seus direitos, observadas sempre as condições estipuladas pelos respectivos Regulamentos dos Planos.



Do total de assistidos, 635 são aposentados por tempo de serviço, 39 por invalidez, 8 por idade e 5 por condição especial. Há ainda 49 pensões e 2 pensões suspensas.



RESULTADO ATUARIAL

O resultado apresentado registra um déficit técnico ajustado de R\$ 96,0 milhões, apurado a partir de cálculos atuariais elaborados por nossa consultoria externa, e demonstra em um determinado momento, a diferença entre o ativo líquido e o total dos compromissos do plano (provisões matemáticas).

Podemos destacar como as causas mais prováveis da variação de uma situação deficitária em dez/2014 de R\$ 84,1 milhões para uma situação deficitária neste exercício de R\$ 96,0 milhões, as seguintes:

Déficit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2014 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2015. (*1)	(R\$ 127.279.839,15)
Perda decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2015 ter sido inferior a rentabilidade líquida correspondente a meta atuarial de rentabilidade.	(R\$ 42.331.188,61)
Adequação dos coeficientes de regressão adotados na função de Crescimento Real de Salário.	R\$ (8.552.353,38)
Adoção Taxa de Juros Anuais de 5,76% ao ano.	R\$ 12.705.596,00
Recálculo da Tábua de Mortalidade AT2000 (unissex) desagradada em 10%.	R\$ 163.783,33
Adoção do Fator de Capacidade de 96,71%	R\$ 9.449.060,75
Adoção da Hipótese de Entrada em Aposentadoria com 1 (um) ano após o momento em o Participante Ativo preencha as condições para recebimento do benefício pleno.	R\$ 25.837.693,11
Alteração de Benefícios em Função de Decisão Judicial.	R\$ (789.049,70)
Impacto decorrente da alteração no corte da base de dados de outubro, utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2014, para dezembro, utilizado nesta avaliação atuarial de 31/12/2015.	R\$ (9.008.932,32)
Outros Resultados Atuariais de Origens diversas e pulverizadas. (*2)	R\$ (1.548.721,56)
Déficit Técnico Acumulado no ano de 2015 antes do ajuste de precificação.	R\$ (141.353.951,53)
Ajuste de Precificação, conforme Res. CNPC nº 16/2014.	R\$ 45.291.126,41
Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015. (*3)	R\$ (96.062.825,12)

(*1): $\$ (127.279.839,15) = 108.535.720,26 \times 1,1727$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,13% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 1.156.740.266,93 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício. Sendo pelo princípio da imaterialidade/irrelevância dessa perda residual, está sendo designado como "Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*3): Equilíbrio Técnico Ajustado calculado com base na Resolução CNPC nº 26/2008, que representa 8,30% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 1.156.740.266,93, além de ser o percentual a ser observado no caso de equacionamento de resultado deficitário.

Merecendo destaque ainda:

* O "Ajuste de Precificação" corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial de 5,76% ao ano, e o valor contábil desses títulos, com base na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014.

INVESTIMENTOS

TOTAL DO PATRIMÔNIO NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Do patrimônio total do plano BD-ELOS/ELETROSUL no ano de 2015, cerca de R\$ 987 milhões estão destinados ao programa de investimentos. No final de 2014, este valor correspondia a cerca de R\$ 913 milhões.

- *Patrimônio Investido em 2015: R\$ 987.103 mil*
- *Patrimônio Investido em 2014: R\$ 912.955 mil*

RENTABILIDADE

- *Rentabilidade dos investimentos: 12,51%*
- *Meta Atuarial: 17,27%*

A carteira de investimentos do Plano BD-ELOS/ELETROSUL apresentou rentabilidade de 12,51% em 2015, percentual abaixo da meta atuarial de 17,27% para o mesmo período.

Em decorrência da alta inflação no ano, nenhum ativo no mercado financeiro atrelado à moeda local teve rentabilidade superior à meta atuarial. O segmento de renda fixa teve retorno de 15,44%, porém ainda abaixo da meta. Os investimentos em renda variável foram os que mais sofreram com as turbulências do mercado em 2015 e fecharam o ano com rentabilidade de 0,21%. O segmento de Imóveis registrou retorno de 12,34% e o de Empréstimos a Participantes apresentou valorização acima da meta atuarial, de 19,44%.

Já o segmento de Investimentos Estruturados apresentou resultado negativo, em 58,91%, principalmente devido à realização de um teste de *impairment** no fundo Rio Bravo Energia I FIP, onde se verificou a necessidade de uma redução ao valor recuperável de ativos na carteira do fundo. Esta reavaliação impactou a cota do fundo no mês de abril, que teve rentabilidade negativa de 43,59%. Os projetos a serem desenvolvidos por esse fundo foram impactados por custos extras não previstos na implantação, compra de lastro (energia) e atrasos na entrada em operação. Apesar do resultado negativo, o segmento de estruturados representa somente 0,43% do patrimônio total investido do plano, por isso não impacta na rentabilidade final.

**Impairment* é uma regra segundo a qual a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível (§3 do art. 183 da Lei 6.404/1976).

Na prática, quer dizer que as companhias terão que avaliar, periodicamente, os ativos que geram resultados antes de contabilizá-los no balanço. Cada vez que se verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.

Cabe destacar que os investimentos da Fundação ELOS são realizados num horizonte de longo prazo e como tal deve o retorno de seus investimentos ser avaliado.

*** Rentabilidade é o resultado obtido com os investimentos realizados, já descontados custos e tarifas.**

Meta Atuarial é a rentabilidade mínima esperada para o plano, definida com base na duração do passivo de cada plano.

ALOCÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio do plano BD-ELOS/ELETROSUL está assim distribuído:

- **Renda Fixa:** 81,95% do patrimônio
R\$ 808.902 mil
- **Renda Variável:** 11,28% do patrimônio
R\$ 111.381 mil
- **Investimentos Estruturados:** 0,43% do patrimônio
R\$ 4.226 mil
- **Empréstimos a Participantes:** 2,73% do patrimônio
R\$ 26.941 mil
- **Imóveis:** 3,61% do patrimônio
R\$ 35.653 mil

INDICADORES

	2015(%)	2014(%)
INPC	11,28	6,23
IPCA	10,67	6,41
SELIC	13,27	10,90
Poupança	7,94	7,02
IBOVESPA	(13,31)	(2,91)

EMPRÉSTIMOS

Empréstimos é mais um benefício ofertado pela ELOS aos seus participantes, sendo que os juros praticados, além de estarem abaixo dos praticados no mercado, retornam para o próprio plano, em forma de rentabilidade. A quantidade e valores especificados abaixo referem-se ao total concedido até a data de 31 de dezembro de 2015, especificamente aos participantes do plano BD-ELOS/ELETROSUL por meio do Plano Especial de Empréstimo (PEE) e Plano Especial de Contribuições para Autopatrocinador (PEA).

Plano Especial de Empréstimo (PEE)

Quantidade de Empréstimos: 859

- *Valor total de empréstimos: R\$ 26.941 mil*

RESULTADOS DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

O plano BD-ELOS/TRACTEBEL é um plano na modalidade Benefício Definido tendo a Tractebel Energia S/A como patrocinadora, ressaltando que neste plano existem apenas participantes assistidos e em Vesting/BPD.

- **Início de Vigência** 17 de julho de 1973
- **Registro CNPB** 1974.0003-38

PATROCINADORA

- *Tractebel Energia S/A*

DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

O Ativo Total do plano BD-ELOS/TRACTEBEL apresentado a seguir, é composto pelas contribuições dos participantes aposentados, e pelas contribuições contratadas, efetuadas até a data de 31 de dezembro de 2015, bem como os resultados obtidos por meio de suas aplicações e investimentos para o mesmo período.

Assim, o plano BD-ELOS/TRACTEBEL encerrou o ano de 2015 com um ativo total de aproximadamente R\$ 964 milhões, 1,86% maior do que em 2014, quando o Ativo Total correspondia a cerca de R\$ 946 milhões.



Parte destes valores já está comprometida com obrigações assumidas pela entidade, tais como:

- **Exigível Operacional:** R\$ 4.202 mil
Impostos a recolher e outros valores a pagar
- **Exigível Contingencial:** R\$ 15.037 mil
Corresponde ao montante provisionado para gastos que possam vir a ocorrer provenientes de processos judiciais, tanto de natureza cível como trabalhista, movidos contra a Fundação.
- **Fundo Não Previdencial:** R\$ 5.641 mil
Refere-se aos valores de fundo administrativo (empregados na gestão da entidade e seus planos) e fundo de investimentos (para cobertura de empréstimos em caso de morte de participante dos planos de benefício definido).

Do Ativo Total, descontadas as obrigações acima, obtém-se o Ativo Líquido, que quando superior às provisões matemáticas e previdenciais gera um superávit, em caso contrário, um déficit; demonstrando a capacidade do plano em cumprir ou não suas obrigações futuras de pagamento de benefícios.

No quadro a seguir, é possível observar que o Ativo Líquido no final do exercício de 2015 foi de cerca de R\$ 939 milhões e um déficit aproximado de R\$ 126 milhões.

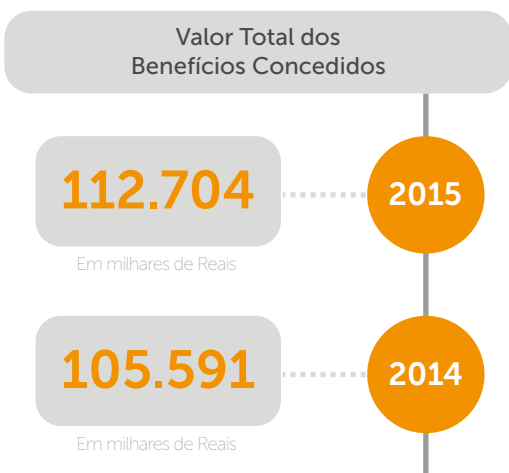


CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

Além das contribuições correntes efetuadas pelos participantes e patrocinadoras, o valor acima inclui recursos provenientes de contribuições contratadas, realizadas no ano de 2015.



Abaixo o valor total de benefícios pagos no ano de 2015, como aposentadorias, pensões e auxílios.



QUADRO DE PARTICIPANTES

O quadro de participantes do plano BD-ELOS/TRACTEBEL apresentou decréscimo em relação ao ano de 2014, totalizando, em 31 de dezembro de 2015, 2.112 participantes. O plano não possui participantes ativos, sendo seu quadro composto apenas por assistidos (aposentados e pensionistas) e participantes em BPD.

PARTICIPANTES ATIVOS	
2015	-
2014	-

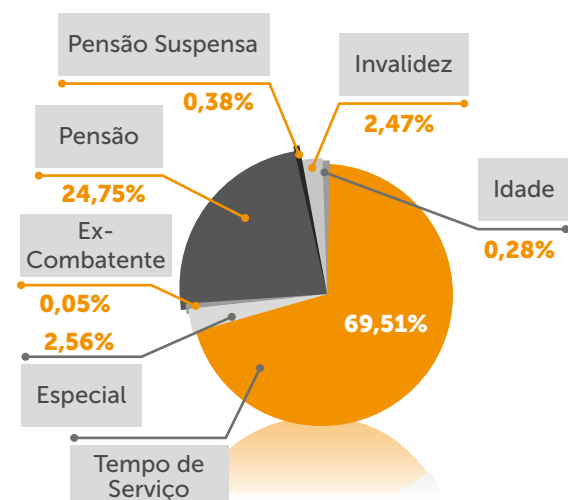
PARTICIPANTES ASSISTIDOS	
2015	2.109
2014	2.123

PARTICIPANTES em BPD*	
2015	3
2014	3

TOTAL de PARTICIPANTES	
2015	2.112
2014	2.126

*BPD: Benefício Proporcional Diferido. Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, proporcional aos seus direitos, observadas sempre as condições estipuladas pelo respectivo Regulamento do Plano.

Do total de assistidos, 1.466 são aposentados por tempo de serviço, 52 por invalidez, 6 por idade, 54 por condição especial e 1 na condição de ex-combatente. Há ainda 530 pensões, sendo 8 suspensas.



RESULTADO ATUARIAL

O resultado apresentado registra um déficit técnico de R\$ 78,8 milhões, apurado a partir de cálculos atuariais elaborados por nossa consultoria externa, e demonstra em um determinado momento, a diferença entre o ativo líquido e o total dos compromissos do plano (provisões matemáticas).

Podemos destacar como as causas mais prováveis da variação de uma situação deficitária em dez/2014 de R\$ 201,5 milhões para uma situação deficitária neste exercício de R\$ 78,8 milhões, as seguintes:

Déficit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2014 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2015 (*1).	R\$ (252.461.275,04)
Perda decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2015 ter sido inferior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade.	R\$ (33.583.730,55)
Recálculo da Tábua de Mortalidade AT2000 (unisex).	R\$ (1.823.491,00)
Adoção do Fator de Capacidade de 96,71%.	R\$ 10.130.122,00
Equacionamento do Déficit apurado em 31/12/2014.	R\$ 142.335.249,75
Alteração de benefícios em função de Decisão Judicial.	R\$ (913.876,61)
Impacto decorrente da revisão da base cadastral de dependentes/beneficiários de Participantes Assistidos, realizado em agosto/2015.	R\$ 6.345.969,37
Outros Resultados Atuariais de Origens diversas e pulverizadas (*2)	R\$ 3.472.610,36
Déficit Técnico Acumulado no ano de 2015 antes do ajuste de precificação	R\$ (126.498.421,72)
Ajuste de Precificação, conforme Res. CNPC nº 16/2014	R\$ 47.616.041,60
Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015 (*3)	R\$ (78.882.380,12)

(*1): R\$ (252.461.275,04) = (215.135.300,42) x 1,1735 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,32% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 1.065.749.021,14 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como "Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*3): Equilíbrio Técnico Ajustado calculado com base na legislação vigente, que representa 7,40% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 1.065.749.021,14, além de ser o percentual a ser observado no caso de equacionamento de resultado deficitário.

Merecendo destaque ainda:

* - O "Ajuste de Precificação" corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na avaliação atuarial de 5,75% ao ano, e o valor contábil desses títulos, com base na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014.

- Equacionamento do Déficit referente aos resultados de 2014: Entrarão em vigor, a partir de maio/2016, as contribuições adicionais da Patrocinadora e as contribuições adicionais dos Participantes, Aposentados, Pensionistas e Vesting/BPD, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano. Em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016 é de responsabilidade da Patrocinadora equacionar 2/3 (dois terços) e de responsabilidade dos Participantes, aposentados, pensionistas e Vesting/BPD equacionar 1/3 (um terço) do montante referenciado no item Equacionamento do Déficit apurado em 31/12/2014.

INVESTIMENTOS

TOTAL DO PATRIMÔNIO NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Do patrimônio total do plano BD-ELOS/TRACTEBEL no ano de 2015, cerca de R\$ 914 milhões estão destinados ao programa de investimentos. No final de 2014, este valor correspondia a cerca de R\$ 901 milhões.

- *Patrimônio Investido em 2015: R\$ 914.064 mil*
- *Patrimônio Investido em 2014: R\$ 900.671 mil*

O total do patrimônio no programa de investimentos corresponde ao valor total de contribuições vertidas ao plano pelos participantes e patrocinadoras.

RENTABILIDADE

- *Rentabilidade dos investimentos: 13,47%*
- *Meta Atuarial: 17,35%*

A carteira de investimentos do Plano BD-ELOS/TRACTEBEL apresentou rentabilidade de 13,47% em 2015, percentual abaixo da meta atuarial de 17,35% para o mesmo período.

Em decorrência da alta inflação no ano, nenhum ativo no mercado financeiro atrelado à moeda local teve rentabilidade superior à meta atuarial. O segmento de renda fixa teve um desempenho bom, com 16,77% de retorno, porém ainda abaixo da meta. Os investimentos em renda variável foram os que mais sofreram com as turbulências do mercado em 2015 e neste plano fecharam o ano com rentabilidade negativa de 6,21%. Os segmentos de Imóveis e o de Empréstimos a Participantes apresentaram valorização acima da meta atuarial, respectivamente com retornos de 27,01% e de 18,14%.

Já os Investimentos Estruturados apresentaram resultado negativo, em 58,91%, principalmente devido à realização de um teste de *impairment** no fundo Rio Bravo Energia I FIP, onde se verificou a necessidade de uma redução ao valor recuperável de ativos na carteira do fundo. Esta reavaliação impactou a cota do fundo no mês de abril, que teve rentabilidade negativa de 43,59%. Os projetos a serem desenvolvidos por esse

fundo foram impactados por custos extras não previstos na implantação, compra de lastro (energia) e atrasos na entrada em operação. Apesar do resultado negativo, o segmento de estruturados representa somente 0,66% do patrimônio total investido do plano, por isso não impacta na rentabilidade final.

*Impairment é uma regra segundo a qual a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível (§3 do art. 183 da Lei 6.404/1976).

Na prática, quer dizer que as companhias terão que avaliar, periodicamente, os ativos que geram resultados antes de contabilizá-los no balanço. Cada vez que se verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.

Cabe destacar que os investimentos da Fundação ELOS são realizados num horizonte de longo prazo e como tal deve o retorno de seus investimentos ser avaliado.



Rentabilidade é o resultado obtido com os investimentos realizados, já descontados custos e tarifas.

Meta Atuarial é a rentabilidade mínima esperada para o plano, definida com base na duração do passivo de cada plano.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio do plano BD-ELOS/TRACTEBEL está assim distribuído:

- **Renda Fixa: 85,82% do patrimônio**
R\$ 784.432 mil
- **Renda Variável: 7,16% do patrimônio**
R\$ 65.439 mil
- **Investimentos Estruturados: 0,66% do patrimônio**
R\$ 6.060 mil
- **Empréstimos a Participantes: 3,10% do patrimônio**
R\$ 28.380 mil
- **Imóveis: 3,25% do patrimônio**
R\$ 29.751 mil

INDICADORES

	2015(%)	2014(%)
INPC	11,28	6,23
IPCA	10,67	6,41
SELIC	13,27	10,90
Poupança	7,94	7,02
IBOVESPA	(13,31)	(2,91)

EMPRÉSTIMOS

Empréstimos é mais um benefício ofertado pela ELOS aos seus participantes, sendo que os juros praticados, além de estarem abaixo dos praticados no mercado, retornam para o próprio plano, em forma de rentabilidade. As quantidades e o valor a seguir são referentes ao total concedido até a data de 31 de dezembro de 2015, especificamente aos participantes do plano BD-ELOS/TRACTEBEL.

Plano Especial de Empréstimo (PEE)

Quantidade de Empréstimos: 996

Fundo de Assistência ao Participante (FAP)

Quantidade de Empréstimos: 1

- *Valor total de empréstimos: R\$ 28.380 mil*



RESULTADOS DO PLANO CD-ELETROSUL

O Plano de Benefícios Previdenciários n. 01 CD Eletrosul é um plano de previdência complementar na modalidade de Contribuição Definida (CD) e passou a ser ofertado a partir de 1º de janeiro de 2010 para os novos empregados da Eletrosul Centrais Elétricas S/A e também da Fundação ELOS, por meio de adesão ao plano. Sendo que, para os participantes ativos do Plano BD-ELOS/ELETROSUL foi ofertada a opção de migração para este Plano.

Através da Portaria nº 580, a Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) aprovou em 2014 a inclusão de Perfis de Investimento no Regulamento do plano. Essa alteração foi publicada no Diário Oficial da União em 06/11/2014.

- **Início de Vigência** 01 de janeiro de 2010
- **Registro CNPB** 2009.0037-56

PATROCINADORAS

- Eletrosul Centrais Elétricas S/A
- Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social ELOS

DOS RECURSOS ADMINISTRADOS

O Ativo Total do plano CD ELETROSUL, apresentado abaixo, é composto pelas contribuições dos participantes e patrocinadoras, efetuadas até a data

de 31 de dezembro de 2015, bem como os resultados obtidos por meio de suas aplicações e investimentos para o mesmo período.

Assim, o plano CD ELETROSUL encerrou o ano de 2015 com um ativo no total de aproximadamente R\$ 623 milhões, 16,75% maior do que em 2014, quando o Ativo Total correspondia a cerca de R\$ 533 milhões.



Parte destes valores já está comprometida com obrigações assumidas pela entidade, tais como:

- **Exigível Operacional: R\$ 285 mil**
Impostos a recolher e outros valores a pagar
- **Fundo Não Previdencial: R\$ 4.757 mil**
Refere-se aos valores de fundo administrativo (empregados na gestão da entidade e seus planos) e fundo de investimentos (para cobertura de empréstimos em caso de morte de participante dos planos de benefício definido).

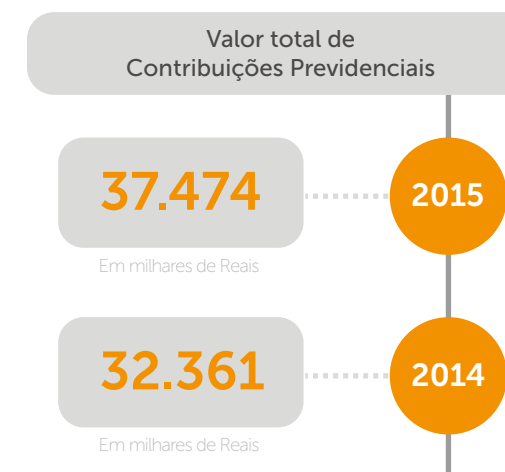
No quadro a seguir, é possível observar que o Ativo Líquido no final do exercício de 2015 foi de cerca de R\$ 618 milhões gerando um superávit aproximado de R\$

1 milhão, superávit este exclusivamente do sub-plano Benefício Proporcional Diferido Saldado – BPDS, dada suas características.

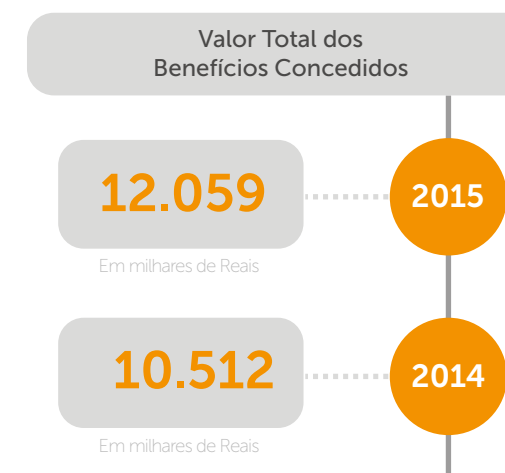


CONTRIBUIÇÕES E BENEFÍCIOS

O valor a seguir inclui contribuições correntes efetuadas pelos participantes e patrocinadoras no ano de 2015.



O valor abaixo corresponde ao total de benefícios pagos no ano de 2015.



QUADRO DE PARTICIPANTES

O quadro de participantes do plano CD-ELETROSUL apresentou aumento na ordem de 3,4% em relação ao ano de 2014, totalizando, na data de 31 de dezembro de 2015, 1.214 participantes, devido a novas adesões.

PARTICIPANTES ATIVOS

2015	1.071
2014	1.035

PARTICIPANTES ASSISTIDOS

2015	136
2014	131

PARTICIPANTES em BPD*

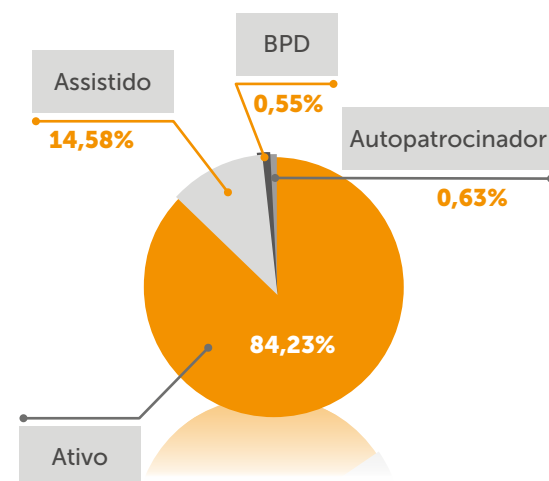
2015	7
2014	8

TOTAL de PARTICIPANTES

2015	1.214
2014	1.174

*BPD: Benefício Proporcional Diferido. Opção feita pelo participante que, desligando-se da patrocinadora, opta por não contribuir mais ao plano no qual estava inscrito, com direito a receber futuramente um benefício de aposentadoria, proporcional aos seus direitos, observadas sempre as condições estipuladas pelos respectivos Regulamentos dos Planos.

Do total de participantes, 1.063 são ativos, 8 são autopatrocinadores, 7 são BPD e 136 são assistidos. Do total de assistidos, 48 são optantes pela condição de Benefício Proporcional Diferido Saldado- BPDs. Ainda do total de participantes, 670 são migrações e 544 adesões ao plano. Em 2015, houve 2 solicitações de resgate e 2 de portabilidade.

Total de participantes por condição**RESULTADO ATUARIAL**

Considerando que o Plano CD ELOS/ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, este não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcional Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário variou de R\$ 2,9 mil em 31/12/2014 para R\$ 1,2 milhões em 31/12/2015, tendo sido as causas mais prováveis para essa variação, as seguintes:

Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2014 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2015 (*1)	R\$ 3.464.519,18
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2015 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2014 evoluído para 31/12/2015 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.	(R\$ 2.557.880,47)
Adoção Taxa de Juros Anuais de 5,70% ao ano.	R\$ 400.884,01
Recálculo da Tábua de Mortalidade AT2000 (unisex) desagravada em 10%	R\$ 9.009,08
Adoção do Fator de Capacidade de 96,71%.	R\$ 497.527,97
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)	(R\$ 537.406,98)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015 (*3)	R\$ 1.276.652,79

(*1): R\$ 3.464.519,18 = 2.955.350,48 x 1,1723 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,88% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcional Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 60.906.240,81 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício. Sendo pelo princípio da imaterialidade/irrelevância dessa perda residual, está sendo designado como "Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios Definido e de natureza solidária e grupal, como uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*3): Equivale a 2,10% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcional Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 60.906.240,81.

O Benefício Proporcional Diferido Saldado (sub-plano BPDs), foi uma opção realizada pelo participante no momento de sua migração ao Plano CD, na qual parte da reserva transferida gera um benefício de aposentadoria vitalício.

INVESTIMENTOS**TOTAL DO PATRIMÔNIO NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS**

Do patrimônio total do plano CD-ELETROSUL no ano de 2015, cerca de R\$ 614 milhões estão destinados ao programa de investimentos. No final de 2014, este valor correspondia a cerca de R\$ 524 milhões.

- Patrimônio Investido em 2015: **R\$ 614.414 mil**
- Patrimônio Investido em 2014: **R\$ 524.377 mil**

O total do patrimônio no programa de investimentos corresponde ao valor total de contribuições vertidas ao plano pelos participantes e patrocinadoras, incluídos os valores de taxa administrativa direcionada para o Programa de Gestão Administrativo, devidamente rentabilizado por meio de suas aplicações e investimentos.

No que se refere a investimentos, o CD-ELETROSUL assumirá duas nomenclaturas – CD Puro e CD BPDs, em virtude da necessidade de segregação dos patrimônios relativos à migração ao plano com a opção de Benefício Proporcional Diferido Saldado; na qual parte da reserva transferida gerará futuramente um benefício de aposentadoria vitalício, daí a necessidade de diferenciação.

Por se tratar de um plano financeiro, o CD-ELETROSUL sub-plano CD Puro não apresenta meta atuarial, ou seja, o mínimo de rentabilidade a ser atingida. Este plano usa como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com um mês de defasagem, para simples comparativo.

No caso do CD-ELETROSUL sub-plano CD Puro, as rentabilidades líquidas obtidas com os investimentos são repassadas para a conta do participante, porém, não significa que a rentabilidade acumulada seja a mesma do participante, pois a rentabilidade repassada para a conta do mesmo depende da data de realização da contribuição ou entrada do recurso na conta e do valor da cota naquele dia, pois a rentabilidade obtida é incorporada à cota.

SUB-PLANO CD PURO

PATRIMÔNIO

O patrimônio do Sub-Plano CD Puro aplicado no programa de investimentos em 2015 totalizou R\$ 552.232 mil. A rentabilidade acumulada no ano foi de 12,17%, percentual acima do índice de referência de 10,97% no mesmo período.

- *Patrimônio Investido em 2015: R\$ 552.232 mil*
- *Patrimônio Investido em 2014: R\$ 465.586 mil*

RENTABILIDADE

- *Rentabilidade registrada: 12,17%*

O ano apresentou um bom retorno para os ativos de renda fixa, sendo que este segmento teve rentabilidade de 15,01%. Os investimentos em renda variável foram o principal destaque negativo do plano, com rentabilidade negativa de 4,88%, porém com desempenho melhor do que seu índice referencial, o Ibovespa, que fechou o ano negativo em 13,31%. Os segmentos de Imóveis e de Empréstimos apresentaram boas valorizações no ano, respectivamente de 11,85% e 19,02%.

Já os Investimentos Estruturados apresentaram resultado negativo, em 58,91%, principalmente devido à realização de um teste de *impairment** no fundo Rio Bravo Energia I FIP, onde se verificou a necessidade de uma redução ao valor recuperável de ativos na carteira do fundo. Esta reavaliação impactou a cota do fundo no mês de abril, que teve rentabilidade negativa de 43,59%. Os projetos a serem desenvolvidos por esse fundo foram impactados por custos extras não previstos na implantação, compra de lastro (energia) e atrasos na entrada em operação. Apesar do resultado negativo, o segmento de estruturados representa somente 0,29% do patrimônio total investido do plano, por isso não impacta na rentabilidade final.

*Impairment é uma regra segundo a qual a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível (§3 do art. 183 da Lei 6.404/1976).

Na prática, quer dizer que as companhias terão que avaliar, periodicamente, os ativos que geram resultados antes de contabilizá-los no balanço. Cada vez que se verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.

A rentabilidade de cada perfil de investimento é diretamente relacionada à composição da carteira

pelos diferentes segmentos. Dessa forma, os perfis com maior participação em renda variável, que teve o pior desempenho em 2015, terão suas rentabilidades afetadas pela performance deste segmento.

Cabe destacar que os investimentos da Fundação ELOS são realizados num horizonte de longo prazo e como tal deve o retorno de seus investimentos ser avaliado.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio do Sub-Plano CD Puro está assim distribuído:

- *Renda Fixa: 84,57% do patrimônio*
R\$ 466.996 mil
- *Renda Variável: 9,61% do patrimônio*
R\$ 53.074 mil
- *Investimentos Estruturados: 0,29% do patrimônio*
R\$ 1.580 mil
- *Empréstimos a Participantes: 3,07% do patrimônio*
R\$ 16.968 mil
- *Imóveis: 2,47% do patrimônio*
R\$ 13.614 mil

INDICADORES		
	2015(%)	2014(%)
INPC	11,28	6,23
IPCA	10,67	6,41
SELIC	13,27	10,90
Poupança	7,94	7,02
IBOVESPA	(13,31)	(2,91)

SUB-PLANO BPDS

- *Patrimônio Investido em 2015: R\$ 62.181 mil*
- *Patrimônio Investido em 2014: R\$ 58.791 mil*

O patrimônio do Sub-Plano CD BPDS aplicado no programa de investimentos em 2015 totalizou R\$ 62.181 mil. A rentabilidade acumulada no ano foi 11,69%, e dadas as características deste sub-plano, este apresenta meta atuarial de rentabilidade, a qual foi de 17,23%, portanto a rentabilidade acumulada ficou abaixo da meta atuarial.

RENTABILIDADE

- *Rentabilidade registrada: 11,69%*
- *Meta Atuarial: 17,23%*

O ano apresentou um bom retorno para os ativos de renda fixa, sendo que este segmento teve rentabilidade de 15,96%. Os investimentos em renda variável foram o principal destaque negativo do plano, com rentabilidade negativa de 4,88%, porém com desempenho melhor do que seu índice referencial, o Ibovespa, que fechou o ano negativo em 13,31%. O segmento de Imóveis e de Empréstimos apresentaram boas valorizações no ano, respectivamente de 12,34% e 19,02%.

Já os Investimentos Estruturados apresentaram resultado negativo, em 58,91%, principalmente devido à realização de um teste de *impairment** no fundo Rio Bravo Energia I FIP, onde se verificou a necessidade de uma redução ao valor recuperável de ativos na carteira do fundo. Esta reavaliação impactou a cota do fundo no mês de abril, que teve rentabilidade negativa de 43,59%. Os projetos a serem desenvolvidos por esse fundo foram impactados por custos extras não previstos na implantação, compra de lastro (energia) e atrasos na entrada em operação. Apesar do resultado negativo, o segmento de estruturados representa somente 0,29% do patrimônio total investido do plano, por isso não impacta na rentabilidade final.

*Impairment é uma regra segundo a qual a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível (§3 do art. 183 da Lei 6.404/1976).

Na prática, quer dizer que as companhias terão que avaliar, periodicamente, os ativos que geram resultados antes de contabilizá-los no balanço. Cada vez que se verificar que um ativo esteja avaliado por valor não recuperável no futuro, ou seja, toda vez que houver uma projeção de geração de caixa em valor inferior ao montante pelo qual o ativo está registrado, a companhia terá que fazer a baixa contábil da diferença.

Cabe destacar que os investimentos da Fundação ELOS são realizados num horizonte de longo prazo e como tal deve o retorno de seus investimentos ser avaliado.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

* Rentabilidade é o resultado obtido com os investimentos realizados, já descontados custos e tarifas.

Meta Atuarial é a rentabilidade mínima esperada para o plano, definida com base na duração do passivo de cada plano.

Quanto à alocação dos recursos, o patrimônio do Sub-Plano BPDS está assim distribuído:

- *Renda Fixa: 76,87% do patrimônio*
R\$ 47.799 mil
- *Renda Variável: 16,67% do patrimônio*
R\$ 10.364 mil
- *Investimentos Estruturados: 0,41% do patrimônio*
R\$ 255 mil
- *Empréstimos a Participantes: 3,36% do patrimônio*
R\$ 2.088 mil
- *Imóveis: 2,69% do patrimônio*
R\$ 1.675 mil

INDICADORES		
	2015(%)	2014(%)
INPC	11,28	6,23
IPCA	10,67	6,41
SELIC	13,27	10,90
Poupança	7,94	7,02
IBOVESPA	(13,31)	(2,91)

EMPRÉSTIMOS

Empréstimos é mais um benefício ofertado pela ELOS aos seus participantes, sendo que os juros praticados, além de estarem abaixo dos praticados no mercado, retornam para o próprio plano, em forma de rentabilidade. As quantidades e valores especificados abaixo referem-se ao total concedido até a data de 31 de dezembro de 2015 aos participantes do plano CD por meio do Empréstimo Especial (EEP).

Empréstimo Especial (EEP)

- *Quantidade de Empréstimos: 646*
- *Valor total de empréstimos: R\$ 19.056 mil*



2

DETALHAMENTO
DOS RESULTADOS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas apresentadas a seguir estão de acordo com a planificação contábil do Plano de Contas definido pela PREVIC e de acordo com o Plano de Gestão Administrativa, proporcionando maior transparência e facilidade no acompanhamento das contas da Fundação.

As fontes de receitas da ELOS são originadas da taxa administrativa dos planos previdenciais que administra. Para o plano BD-ELOS/ELETROSUL, a receita administrativa é proveniente do percentual sobre as contribuições, de acordo com o plano de custeio. Para o plano CD-ELETROSUL, é a taxa de administração incidente sobre o total dos recursos administrados. E, para o plano BD-ELOS/TRACTEBEL, as despesas administrativas são reembolsadas. Além das fontes citadas, para os Planos de Benefício Definido, existe o ressarcimento de custos das despesas administrativas de investimentos e dos valores acumulados no Fundo Administrativo.

As despesas da **gestão de investimentos** estão segregadas na forma de Gestão Interna e Externa. A Gestão Interna dos investimentos engloba todas as despesas envolvidas nos processos de investimento, desembolsadas pela Entidade. A Gestão Externa é a abertura dos custos e despesas despendidas pelos fundos de investimentos, onde a ELOS é cotista.

TOTAL DAS DESPESAS

Nas despesas com conselheiros, dirigentes e pessoal próprio estão inclusos os encargos incidentes sobre a folha de pagamento, inclusive a remuneração variável que faz parte do Plano de Benefícios da Fundação. Cabe ressaltar que as Despesas Operacionais de Investimentos também estão inclusas.

Consolidado ELOS

CONSOLIDADO	2015		2014	2015/2014
<i>Conselheiros</i>	149.508,83	1,61%	141.110,40	5,95%
<i>Dirigentes</i>	1.828.591,70	19,64%	1.642.166,00	11,35%
<i>Pessoal Próprio</i>	2.281.949,52	24,51%	1.927.277,03	16,00%
<i>Encargos</i>	952.761,08	10,23%	824.101,68	15,61%
<i>Benefícios</i>	737.638,64	7,92%	559.718,91	31,79%
<i>Treinamentos / Congressos e Seminários</i>	157.203,93	1,69%	142.185,53	10,56%
<i>Viagens e Estadias</i>	85.671,03	0,92%	94.916,64	-9,74%
<i>Serviços de Terceiros</i>	1.658.983,94	17,82%	1.686.789,49	-1,65%
<i>Despesas Gerais</i>	661.275,83	7,10%	666.475,19	-0,78%
<i>Financeira, Tributárias e Impostos</i>	700.833,89	7,53%	685.398,15	2,25%
<i>Depreciações e Amortizações</i>	93.857,01	1,01%	108.185,90	-13,24%
<i>Outras Despesas</i>	3.330,65	0,04%	25.912,22	-87,15%
	9.311.606,05		8.544.237,14	8,98%

BD-ELOS/ELETROSUL

Reais

PGA BD ELETROSUL	2015		2014		2015/2014
Conselheiros	50.130,31	1,57%	47.455,38	1,51%	5,64%
Dirigentes	613.126,89	19,20%	552.260,47	17,57%	11,02%
Pessoal Próprio	765.137,71	23,96%	661.584,16	21,05%	15,65%
Encargos	319.460,77	10,00%	277.142,54	8,82%	15,27%
Benefícios	247.330,61	7,74%	188.233,94	5,99%	31,40%
Treinamentos / Congressos e Seminários	56.146,01	1,76%	47.722,66	1,52%	17,65%
Viagens e Estádias	28.725,55	0,90%	31.920,49	1,02%	-10,01%
Serviços de Terceiros	574.848,21	18,00%	713.202,18	22,69%	-19,40%
Despesas Gerais	243.793,12	7,63%	248.026,04	7,89%	-1,71%
Financeira, Tributárias e Impostos	251.023,67	7,86%	307.837,69	9,79%	-18,46%
Depreciações e Amortizações	43.905,47	1,37%	58.130,72	1,85%	-24,47%
Outras Despesas	-	0,00%	10.055,10	0,32%	-100,00%
	3.193.628,32		3.143.571,37		1,59%

BD-ELOS/TRACTEBEL

Reais

PGA BD TRACTEBEL	2015		2014		2015/2014
Conselheiros	64.423,49	2%	61.961,54	1,71%	3,97%
Dirigentes	787.940,09	20%	721.075,09	19,94%	9,27%
Pessoal Próprio	983.291,92	25%	863.740,08	23,88%	13,84%
Encargos	410.544,86	10%	361.838,57	10,00%	13,46%
Benefícios	317.848,65	8%	245.772,81	6,80%	29,33%
Treinamentos / Congressos e Seminários	61.906,25	2%	62.310,51	1,72%	-0,65%
Viagens e Estádias	36.915,65	1%	41.677,85	1,15%	-11,43%
Serviços de Terceiros	714.200,90	18%	657.283,37	18,17%	8,66%
Despesas Gerais	242.802,66	6%	258.498,21	7,15%	-6,07%
Financeira, Tributárias e Impostos	313.967,98	8%	279.323,60	7,72%	12,40%
Depreciações e Amortizações	49.951,54	1%	50.055,18	1,38%	-0,21%
Outras Despesas	3.330,65	0%	13.151,50	0,36%	-74,67%
	3.987.124,64		3.616.688,31		10,24%

CD-ELETROSUL

Reais

PGA CD PURO	2015		2014		2015/2014
Conselheiros	30.903,56	1,64%	27.784,76	1,77%	11,22%
Dirigentes	377.969,88	20,07%	323.342,55	20,62%	16,89%
Pessoal Próprio	471.678,91	25,04%	387.466,30	24,71%	21,73%
Encargos	196.935,50	10,46%	162.294,94	10,35%	21,34%
Benefícios	152.469,92	8,09%	110.208,81	7,03%	38,35%
Treinamentos / Congressos e Seminários	34.799,39	1,85%	28.221,63	1,80%	23,31%
Viagens e Estádias	17.708,18	0,94%	18.689,12	1,19%	-5,25%
Serviços de Terceiros	327.068,66	17,36%	277.307,24	17,68%	17,94%
Despesas Gerais	155.375,93	8,25%	140.095,64	8,93%	10,91%
Financeira, Tributárias e Impostos	118.727,42	6,30%	90.440,87	5,77%	31,28%
Depreciações e Amortizações	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outras Despesas	-	0,00%	2.371,93	0,15%	0,00%
	1.883.637,35		1.568.223,79		20,11%

CD-ELETROSUL (BPDS)

Reais

PGA CD BPDS	2015		2014		2015/2014
Conselheiros	4.051,47	1,64%	3.908,72	1,81%	3,83%
Dirigentes	49.554,84	20,05%	45.487,89	21,08%	8,94%
Pessoal Próprio	61.840,98	25,01%	54.486,49	25,25%	13,50%
Encargos	25.819,95	10,44%	22.825,63	10,58%	13,17%
Benefícios	19.989,46	8,09%	15.503,35	7,19%	28,91%
Treinamentos / Congressos e Seminários	4.352,28	1,76%	3.930,73	1,82%	10,72%
Viagens e Estádias	2.321,65	0,94%	2.629,18	1,22%	11,70%
Serviços de Terceiros	42.866,17	17,34%	38.996,70	18,07%	9,92%
Despesas Gerais	19.304,12	7,81%	19.855,30	9,20%	-2,78%
Financeira, Tributárias e Impostos	17.114,82	6,92%	7.795,99	3,61%	119,53%
Depreciações e Amortizações	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outras Despesas	-	0,00%	333,69	0,15%	-100,00%
	247.215,74		215.753,67		14,58%

DESPESAS DE INVESTIMENTOS

			2015
NATUREZA DO GASTO	BD ESUL	CD	BD TBEL
GESTÃO INTERNA	1.276.535,43	786.894,37	1.469.448,35
<i>Despesas Operacionais</i>	<i>1.174.346,49</i>	<i>718.576,24</i>	<i>1.387.563,98</i>
<i>Pessoal e Encargos</i>	<i>774.294,06</i>	<i>539.903,80</i>	<i>995.058,72</i>
<i>Treinamentos / Congressos</i>	<i>11.535,20</i>	<i>8.043,85</i>	<i>12.054,60</i>
<i>Viagens e Estádias</i>	<i>20.219,72</i>	<i>14.098,89</i>	<i>25.984,69</i>
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>188.316,72</i>	<i>129.956,33</i>	<i>240.207,84</i>
<i>Despesas Gerais</i>	<i>34.259,21</i>	<i>23.875,96</i>	<i>34.419,26</i>
<i>Outras Despesas</i>	<i>145.721,58</i>	<i>2.697,41</i>	<i>79.838,87</i>
<i>Carteira Própria</i>	<i>102.188,94</i>	<i>68.318,13</i>	<i>81.884,37</i>
GESTÃO EXTERNA	77.504,56	305.954,03	724.595,97
<i>Corretagens</i>	<i>53.456,54</i>	<i>33.192,93</i>	<i>54.381,58</i>
<i>CETIP / SELIC</i>	<i>76.700,12</i>	<i>34.924,92</i>	<i>36.993,69</i>
<i>Taxa CVM</i>	<i>70.735,08</i>	<i>27.616,92</i>	<i>37.465,73</i>
<i>Taxa de Administração</i>	<i>501.742,96</i>	<i>178.385,04</i>	<i>553.414,03</i>
<i>Taxa de Custódia</i>	<i>34.033,19</i>	<i>15.652,66</i>	<i>25.354,22</i>
<i>Outras Despesas</i>	<i>37.836,67</i>	<i>16.181,55</i>	<i>16.986,72</i>
TOTAL	2.051.039,99	1.092.848,40	2.194.044,32

DESPESAS DE INVESTIMENTOS

			2014
NATUREZA DO GASTO	BD ESUL	CD	BD TBEL
GESTÃO INTERNA	1.134.103,48	577.306,41	1.332.502,60
<i>Despesas Operacionais</i>	<i>1.030.749,85</i>	<i>523.016,30</i>	<i>1.237.813,40</i>
<i>Pessoal e Encargos</i>	<i>677.305,86</i>	<i>396.555,28</i>	<i>884.344,17</i>
<i>Treinamentos / Congressos</i>	<i>7.667,57</i>	<i>4.489,32</i>	<i>10.011,42</i>
<i>Viagens e Estádias</i>	<i>21.388,93</i>	<i>12.523,06</i>	<i>27.927,07</i>
<i>Serviços de Terceiros</i>	<i>154.162,32</i>	<i>89.289,42</i>	<i>213.090,89</i>
<i>Despesas Gerais</i>	<i>32.029,63</i>	<i>18.555,57</i>	<i>35.051,51</i>
<i>Outras Despesas</i>	<i>138.195,54</i>	<i>1.603,65</i>	<i>67.388,34</i>
<i>Carteira Própria</i>	<i>103.353,63</i>	<i>54.290,11</i>	<i>94.689,20</i>
GESTÃO EXTERNA	800.404,00	374.323,93	618.055,63
<i>Corretagens</i>	<i>77.716,74</i>	<i>44.747,40</i>	<i>44.945,02</i>
<i>CETIP / SELIC</i>	<i>89.535,54</i>	<i>37.563,70</i>	<i>38.872,28</i>
<i>Taxa CVM</i>	<i>64.287,33</i>	<i>31.592,67</i>	<i>30.600,00</i>
<i>Taxa de Administração</i>	<i>472.691,35</i>	<i>228.385,82</i>	<i>465.177,37</i>
<i>Taxa de Custódia</i>	<i>34.769,19</i>	<i>16.311,68</i>	<i>21.012,68</i>
<i>Outras Despesas</i>	<i>61.403,86</i>	<i>15.722,65</i>	<i>17.448,28</i>
TOTAL	1.934.507,48	951.630,34	1.950.558,23

INVESTIMENTOS

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

Carteira Consolidada da Fundação ELOS, com posição de dezembro de 2015 e 2014, com os percentuais de aplicação em cada segmento.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2015		2014	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
<i>Renda Fixa</i>	2.108.129	83,80	1.910.928	81,73
<i>Renda Variável</i>	240.260	9,55	263.635	11,28
<i>Investimento Estruturado</i>	12.121	0,48	29.494	1,26
<i>Imóveis</i>	80.694	3,21	71.183	3,04
<i>Empréstimos a Participantes</i>	74.377	2,96	62.762	2,68
ELOS	2.515.580	100,00	2.338.003	100,00

Evolução Total de Recursos Administrados pela ELOS desde 1999



* Em 2003 foram transferidos R\$162,5 milhões para a PREVIG.

Indicadores

INDICADORES	2015(%)	2014 (%)
INPC	11,28	6,23
IPCA	10,67	6,41
SELIC	13,27	10,90
POUPANÇA	7,94	7,02
IBOVESPA	(13,31)	(2,91)

INFORMAÇÕES REFERENTES AO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

Programa de Investimentos

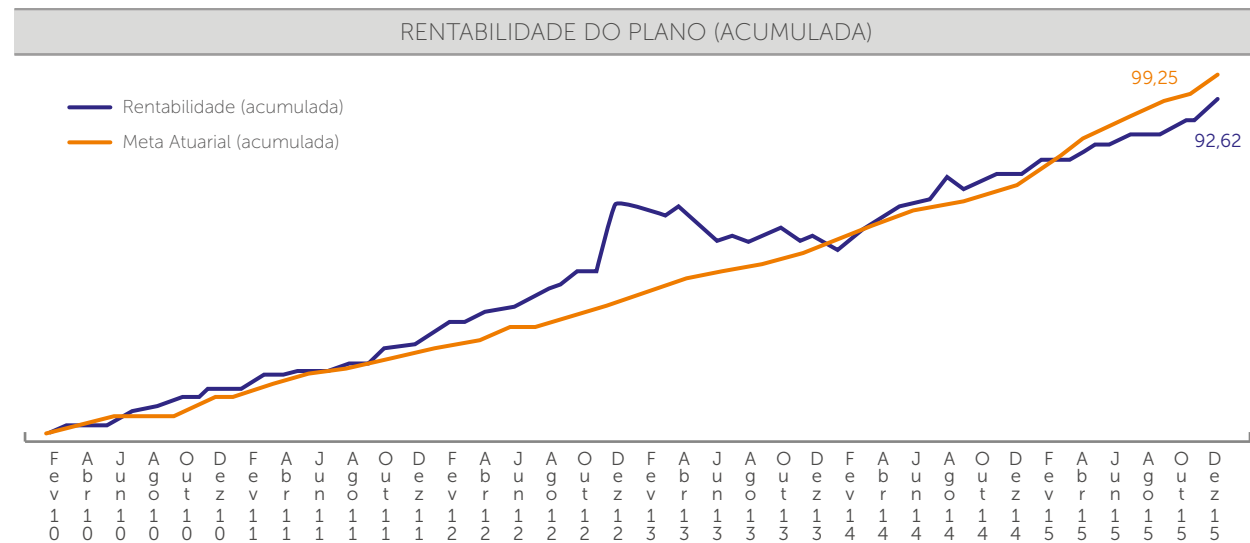
Em milhares de Reais

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2015		2014	
	R\$ MIL	%	RS MIL	%
<i>Renda Fixa</i>	808.902	81,95	715.664	78,39
<i>Carteira Própria</i>	631.932	64,02	494.781	54,20
<i>Fundos</i>	176.969	17,93	220.883	24,19
<i>Renda Variável</i>	111.381	11,28	131.147	14,37
<i>Investimentos Estruturados</i>	4.226	0,43	10.283	1,13
<i>Imóveis</i>	35.653	3,61	32.766	3,59
<i>Empréstimos a Participantes</i>	26.941	2,73	23.095	2,53
PLANO BD ELETROSUL	987.103	100,00	912.955	100,00

Rentabilidade por Segmento de Aplicação

APLICACÕES	2015 (%)	2014 (%)
PLANO BD ELETROSUL	12,51	10,30
Renda Fixa	15,44	12,42
Renda Variável	0,21	(2,74)
Investimentos Estruturados	(58,91)	(2,16)
Imóveis	12,34	20,79
Empréstimos a Participantes	19,44	13,80
META ATUARIAL	17,27	11,65

Rentabilidade Histórica X Meta Atuarial



LISTAGEM DE INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em milhares de Reais

PLANO BD - ELOS/ELETROSUL	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	MÊS (%)	RENTABILIDADE NO ANO (%)
TOTAL RENDA FIXA	808.891	81,95%	1,99	15,44
NTN-B (IPCA)	588.553	72,76%	1,69	16,40
LFT (SELIC)	3.702	0,46%	1,16	13,26
DPGE (IPCA)	37.120	4,59%	1,71	16,85
FIM INGLESES	61.513	7,60%	1,44	14,15
FIM BARRA VELHA	52.967	6,55%	2,05	14,77
FIM FICUS	15.720	1,94%	1,23	9,74
FIM JOAQUINA	26.190	3,24%	1,41	10,49
FI VOTORANTIM ATUARIAL CP	4.185	0,52%	2,08	13,90
FI VINCI RF IMOBILIÁRIO CP	9.024	1,12%	2,27	12,97
FIDC VINCI CRED E DES I	7.371	0,91%	1,66	18,16
LETRA FIN. TES. ESTADO SC (A RECEBER)	2.547	0,31%		
RENDA VARIÁVEL	111.381	11,28%	3,85	0,21
FIC FIA BRAVA	36.241	32,54%	(2,24)	(7,93)
SULAMERICA GOVERNANÇA I	4.904	4,40%	(0,08)	(15,24)
FDO FATOR SINERGIA IV	1.931	1,73%	(7,88)	(54,88)
VINCI GAS	4.652	4,18%	0,68	(13,96)
SULAMERICA EXPERTISE	4.509	4,05%	(2,50)	(38,09)
FATOR SINERGIA V	3.218	2,89%	(1,75)	(19,10)
QUEST SMALL CAPS FIA	6.159	5,53%	(4,12)	(6,47)
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS	4.642	4,17%	(2,55)	(4,92)
VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	7.281	6,54%	(1,55)	(2,96)
ATMOS INST FIC FIA	4.414	3,96%	(1,23)	5,70
SPE UIRAPURU LINHA DE TRANSMISSÃO	17.091	15,35%	1,48	18,22
SPE LIVRAMENTO HOLDING S.A.	-	0,00%	(100,00)	(100,00)
VALOR A RECEBER - SPE LIVRAMENTO S.A.	16.339	14,67%		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	4.226	0,43%	1,96	(58,91)
FIP RIO BRAVO ENERGIA I	4.226	100,00%	1,96	(58,91)
IMÓVEIS	35.653	3,61%	8,79	12,34
CENTRO REGIONAL SC	31.786	89,15%		
CENTRO SÉCULO XXI	3.867	10,85%		
EMPRÉSTIMO A PARTICIPANTE	26.941	2,73%	1,76	19,44
TOTAL GERAL	987.091	100,00%	2,42	12,51

INFORMAÇÕES REFERENTES AO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

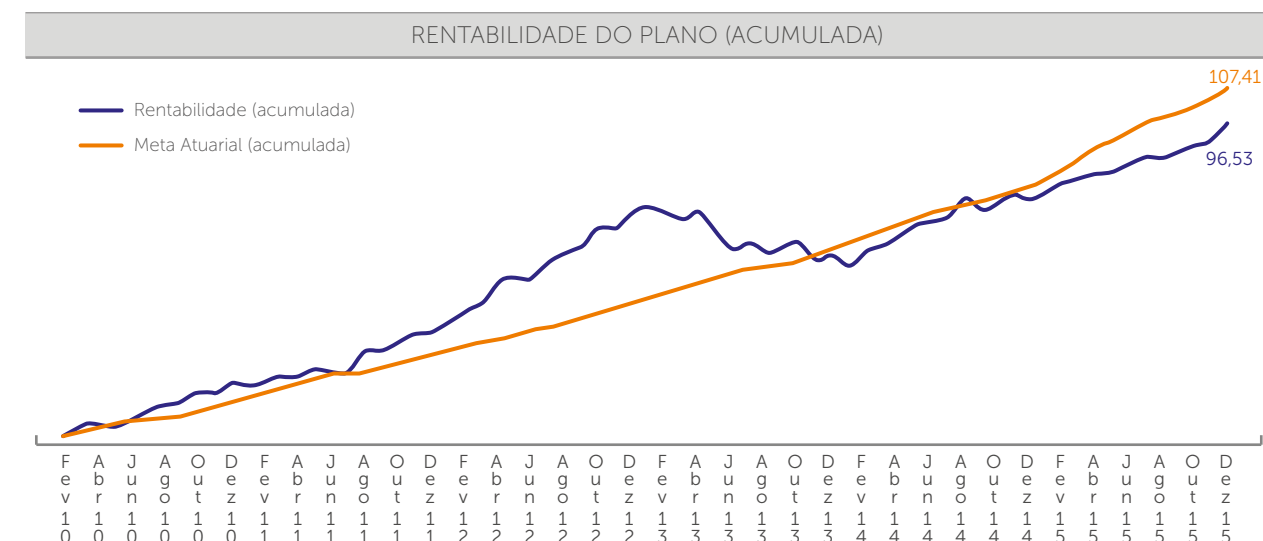
Em milhares de Reais

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2015		2014	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
RENDA FIXA	784.432	85,82	758.994	84,27
<i>Carteira Própria</i>	735.643	80,48	596.175	66,19
<i>Fundos</i>	48.789	5,34	162.818	18,08
RENDA VARIÁVEL	65.439	7,16	77.756	8,63
<i>Investimentos Estruturados</i>	6.060	0,66	14.747	1,64
<i>Imóveis</i>	29.751	3,25	24.376	2,71
<i>Empréstimos a Participantes</i>	28.380	3,10	24.798	2,75
PLANO BD TRACTEBEL	914.064	100,00	900.671	100,00

Rentabilidade por Segmento de Aplicação

APLICACÕES	2015 (%)	2014 (%)
PLANO BD TRACTEBEL	13,47	11,34
<i>Renda Fixa</i>	16,77	12,91
<i>Renda Variável</i>	(6,61)	(2,50)
<i>Investimentos Estruturados</i>	(58,91)	(2,16)
<i>Imóveis</i>	27,01	18,27
<i>Empréstimos a Participantes</i>	18,14	12,56
META ATUARIAL	17,35	12,45

RENTABILIDADE HISTÓRICA X META ATUARIAL



LISTAGEM DE INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em milhares de Reais

PLANO BD - ELOS/TRACTEBEL	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	MÊS (%)	RENTABILIDADE NO ANO (%)
TOTAL RENDA FIXA	784.423	85,82%	2,66	16,77
<i>NTN-B (IPCA)</i>	656.072	83,64%	1,67	16,11
<i>DPGE (IPCA)</i>	71.613	9,13%	1,49	17,40
<i>SAMBAQUI</i>	22.239	2,84%	1,01	13,12
<i>FI VOTORANTIM ATUARIAL CP</i>	4.185	0,53%	2,08	13,90
<i>FI VINCI RF IMOBILIÁRIO CP</i>	15.000	1,91%	2,27	12,97
<i>FIDC VINCI CRED E DES I</i>	7.366	0,94%	1,66	18,16
<i>LETRA FIN. TES. ESTADO SC (A RECEBER)</i>	7.949	1,01%		
RENDA VARIÁVEL	65.439	7,16%	(1,94)	(6,61)
<i>CAMPECHE FIC FIA</i>	39.225	59,94%	(2,08)	(7,59)
<i>VINCI GAS DIVIDENDOS FIA</i>	16.077	24,57%	(1,55)	(2,96)
<i>ATMOS INST FIC FIA</i>	10.138	15,49%	(1,23)	5,70
<i>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</i>	6.060	0,66%	1,96	(58,91)
<i>FIP RIO BRAVO ENERGIA I</i>	6.060	100,00%	1,96	(58,91)
IMÓVEIS	29.751	3,25%	22,64	27,01
<i>EDIFÍCIO SEDE</i>	5.516	18,54%		
<i>CENTRO SÉCULO XXI</i>	24.235	81,46%		
EMPRÉSTIMO A PARTICIPANTE	28.380	3,10%	1,71	18,14
TOTAL GERAL	914.054	100,00%	2,81	13,47

INFORMAÇÕES REFERENTES AO PLANO CD-ELETROSUL | SUB-PLANO CD PURO

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Em milhares de Reais

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2015		2014	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
<i>Renda Fixa</i>	466.996	84,57	389.365	83,63
<i>Carteira Própria</i>	371.244	67,23	318.189	68,34
<i>Fundos</i>	95.752	17,34	71.177	15,29
<i>Renda Variável</i>	53.074	9,61	46.907	10,07
<i>Investimentos Estruturados</i>	1.580	0,29	3.774	0,81
<i>Imóveis</i>	13.614	2,47	12.404	2,66
<i>Empréstimos a Participantes</i>	16.968	3,07	13.135	2,82
PLANO CD PURO	552.232	100,00	465.586	100,00

Rentabilidade por Segmento de Aplicação

APLICACÕES	2015 (%)	2014 (%)
PLANO CD PURO	12,17	9,71
<i>Renda Fixa</i>	15,01	11,89
<i>Renda Variável</i>	(4,88)	(7,07)
<i>Investimentos Estruturados</i>	(58,91)	(2,16)
<i>Imóveis</i>	11,85	20,79
<i>Empréstimos a Participantes</i>	19,02	13,43
* Índ. Referência	10,97	6,33

LISTAGEM DE INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em milhares de Reais

PLANO CD ELETROSUL - PURO	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	MÊS (%)	RENTABILIDADE NO ANO (%)
TOTAL RENDA FIXA	454.543	84,21%	1,59	15,01
<i>NTN-B (IPCA)</i>	242.619	53,38%	1,75	16,84
<i>LFT (SELIC)</i>	114.259	25,14%	1,16	13,27
<i>DPGE (IPCA)</i>	14.357	3,16%	1,70	17,30
<i>FIM MOÇAMBIQUE</i>	38.246	8,41%	1,99	12,71
<i>FIM PORTO BELO</i>	36.249	7,97%	1,25	9,76
<i>FI VINCI RF IMOBILIÁRIO CP</i>	5.467	1,20%	2,27	12,97
<i>FIDC VINCI CRED E DES I</i>	3.347	0,74%	1,66	18,16
RENDA VARIÁVEL	53.075	9,83%	2,02	(4,88)
<i>FIC FIA BRAVA</i>	14.404	27,14%	(2,24)	(7,93)
<i>SULAMERICA GOVERNANÇA I</i>	1.762	3,32%	(0,08)	(15,24)
<i>FDO FATOR SINERGIA IV</i>	694	1,31%	(7,88)	(54,88)
<i>VINCI GAS</i>	1.671	3,15%	0,68	(13,96)
<i>SULAMERICA EXPERTISE</i>	2.317	4,36%	(2,50)	(38,09)
<i>SULAMERICA EXPERTISE II</i>	3.631	6,84%	(6,29)	(32,91)
<i>FATOR SINERGIA V</i>	1.209	2,28%	(1,75)	(19,10)
<i>QUEST SMALL CAPS FIA</i>	2.315	4,36%	(4,12)	(6,47)
<i>ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS</i>	3.886	7,32%	(2,55)	(4,92)
<i>VINCI GAS DIVIDENDOS FIA</i>	7.222	13,61%	(1,55)	(2,96)
<i>ATMOS INST FIC FIA</i>	1.950	3,67%	(1,23)	5,70
<i>SPE UIRAPURU LINHA DE TRANSMISSÃO</i>	6.141	11,57%	1,48	18,22
<i>SPE LIVRAMENTO HOLDING S.A.</i>	-	0,00%	(100,00)	(100,00)
<i>VALOR A RECEBER - SPE LIVRAMENTO S.A.</i>	5.871	11,06%		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.580	0,29%	1,96	(58,91)
<i>FIP RIO BRAVO ENERGIA I</i>	1.580	100,00%	1,96	(58,91)
IMÓVEIS	13.614	2,52%	8,79	12,34
<i>CENTRO REGIONAL SC</i>	12.040	88,44%		
<i>CENTRO SÉCULO XXI</i>	1.574	11,56%		
EMPRÉSTIMO A PARTICIPANTE	16.968	3,14%	1,70	19,02
TOTAL GERAL	539.780	100,00%	1,77	12,17

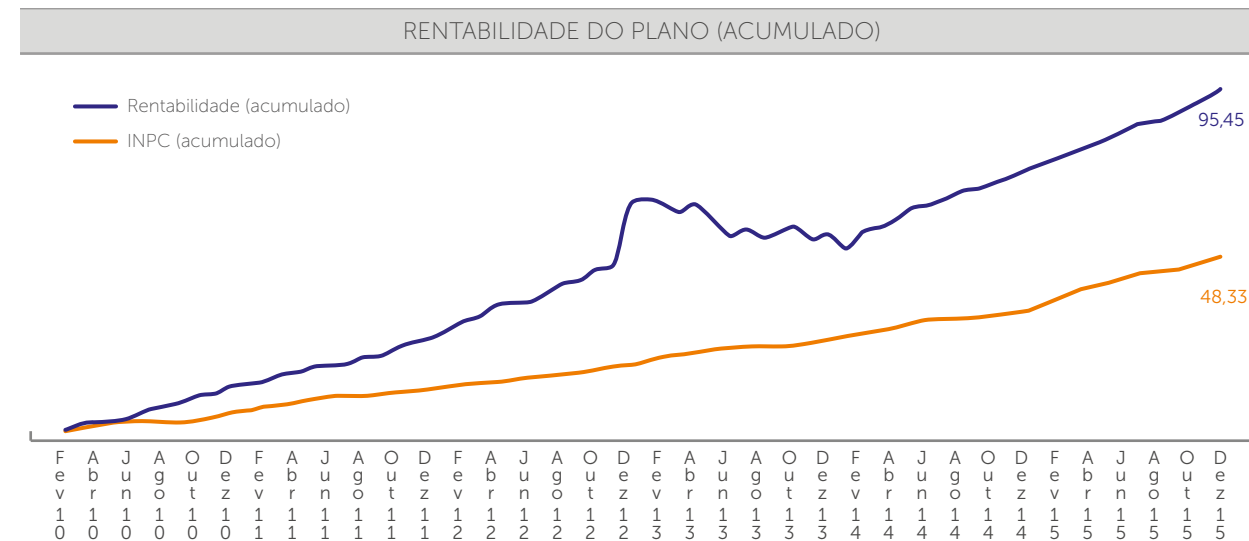
RENTABILIDADES DOS PERFIS DE INVESTIMENTO

PERFIS DESTINADOS AOS PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Perfil AI

Composição da Carteira de Investimentos

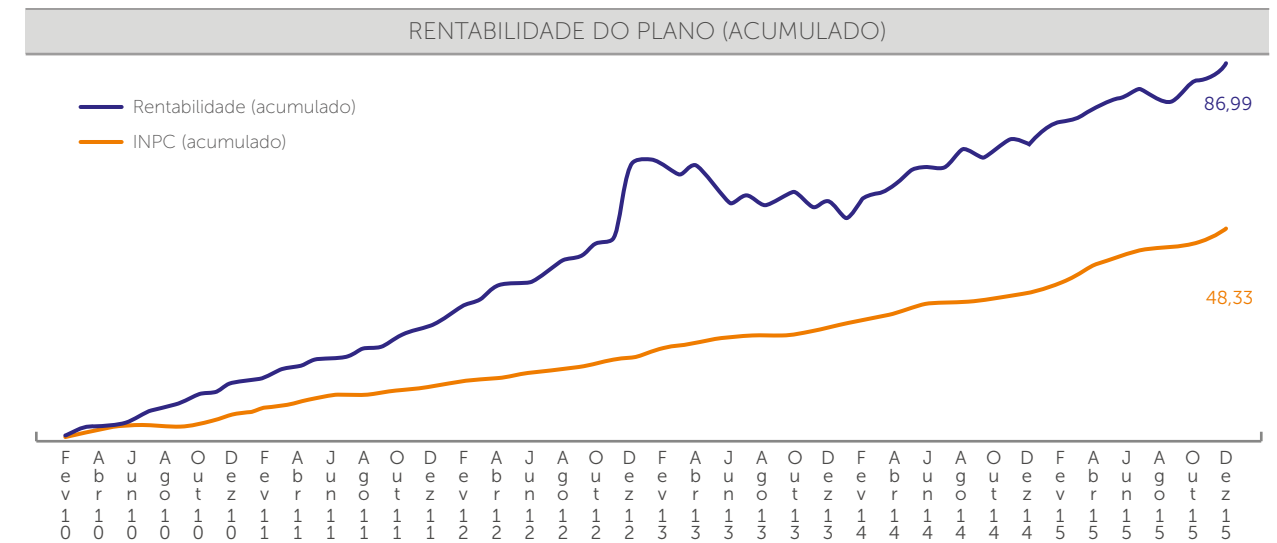
	ANO (%)	R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO
PLANO CD ELETROSUL	13,58	122.688	100,00%
Renda Fixa	13,44	115.430	94,08%
Renda Variável	-	-	-
Investimentos Estruturados	-	-	-
Imóveis	12,34	3.231	2,63%
Empréstimos a Participantes	19,02	4.027	3,28%
* Índ. Referência	10,97		



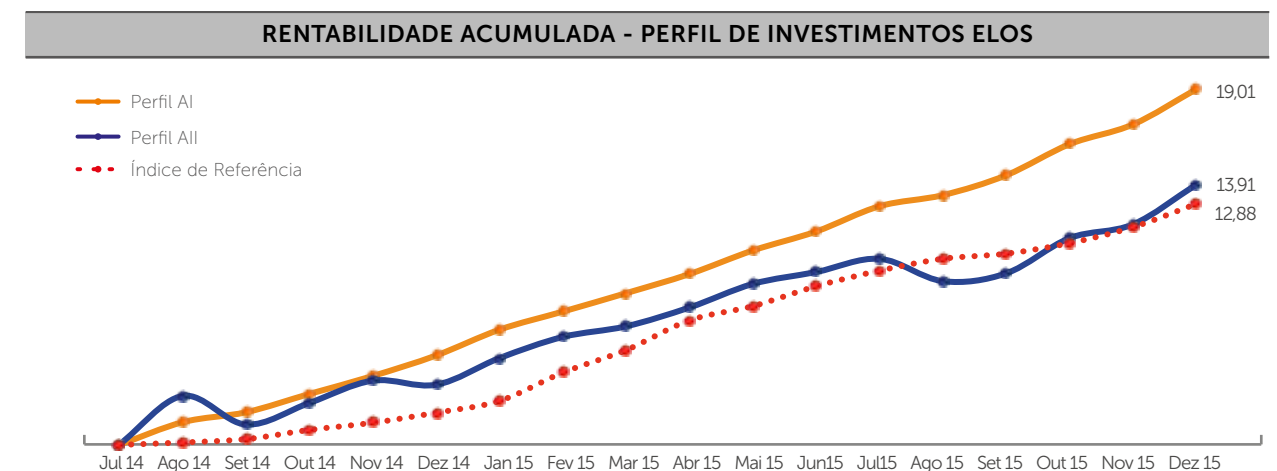
Perfil All

Composição da Carteira de Investimentos

	ANO (%)	R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO
PLANO CD ELETROSUL	10,36	46.215	100,00%
Renda Fixa	12,30	39.895	86,32%
Renda Variável	(4,88)	3.376	7,30%
Investimentos Estruturados	(58,91)	187	0,40%
Imóveis	12,34	1.228	2,66%
Empréstimos a Participantes	19,02	1.530	3,31%
* Índ. Referência	10,97		



Comparativo das rentabilidades x índice de referência (desde a implantação dos perfis)

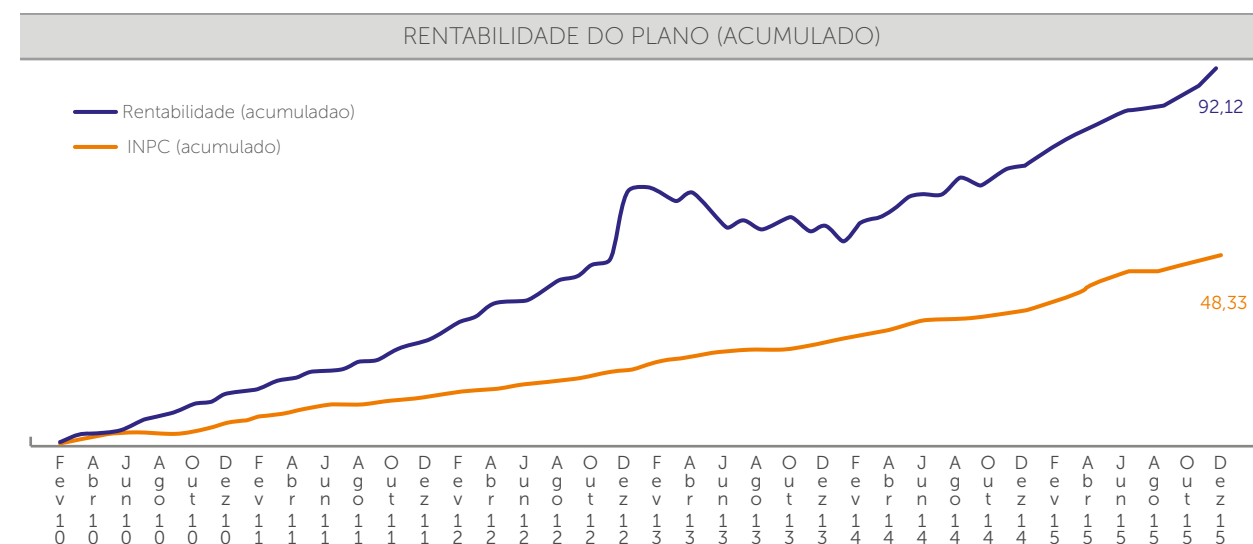


PERFIS DE ATIVOS

Perfil BI

Composição da Carteira de Investimentos

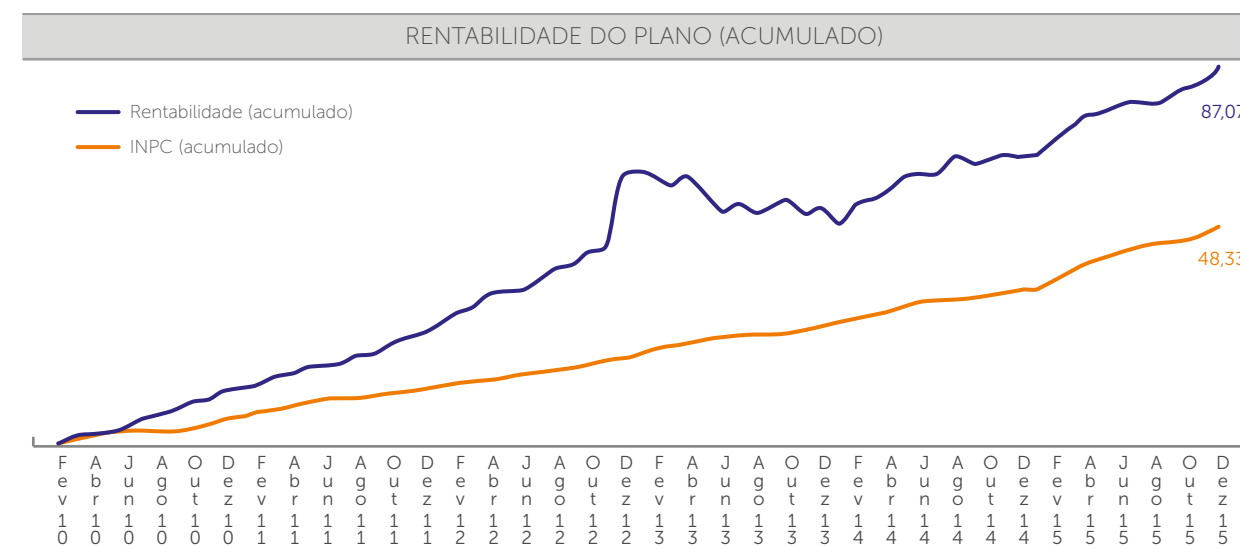
	ANO (%)	R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO
<i>Plano CD Eletrosul</i>	13,30	96.839	100,00%
<i>Renda Fixa</i>	15,71	84.503	87,26%
<i>Renda Variável</i>	(4,88)	6.588	6,80%
<i>Investimentos Estruturados</i>	(58,91)	365	0,38%
<i>Imóveis</i>	12,34	2.396	2,47%
<i>Empréstimos a Participantes</i>	19,02	2.986	3,08%
* Índ. Referência	10,97		



Perfil BII

Composição da Carteira de Investimentos

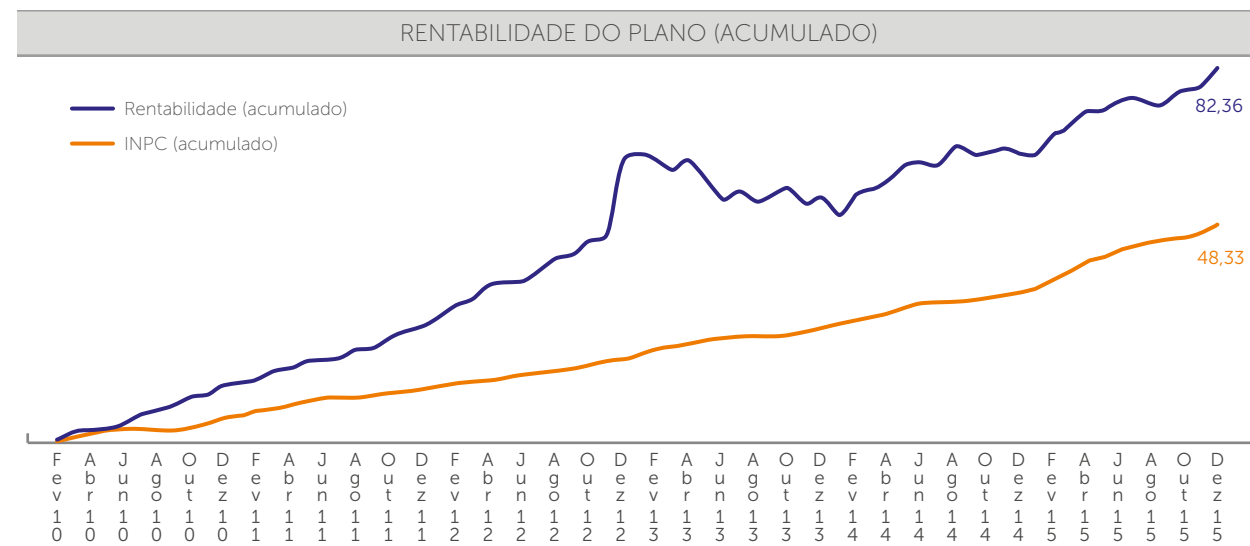
	ANO (%)	R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO
PLANO CD ELETROSUL	11,60	258.507	100,00%
<i>Renda Fixa</i>	16,00	203.715	78,80%
<i>Renda Variável</i>	(4,88)	39.484	15,27%
<i>Investimentos Estruturados</i>	(58,91)	971	0,38%
<i>Imóveis</i>	12,34	6.382	2,47%
<i>Empréstimos a Participantes</i>	19,02	7.955	3,08%
* Índ. Referência	10,97		



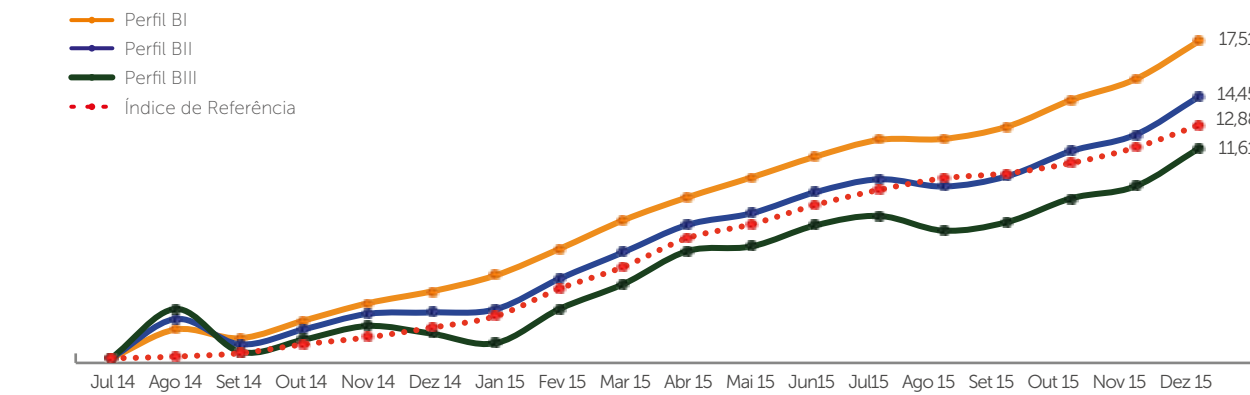
Perfil BIII

Composição da Carteira de Investimentos

	ANO (%)	R\$ (MIL)	PARTICIPAÇÃO
PLANO CD ELETROSUL	10,08	15.531	100,00%
<i>Renda Fixa</i>	16,40	11.001	70,83%
<i>Renda Variável</i>	(4,88)	3.626	23,35%
<i>Investimentos Estruturados</i>	(58,91)	57	0,37%
<i>Imóveis</i>	12,34	377	2,43%
<i>Empréstimos a Participantes</i>	19,02	469	3,02%
* Índ. Referência	10,97		



COMPARATIVO DAS RENTABILIDADES X ÍNDICE DE REFERÊNCIA (DESDE A IMPLANTAÇÃO DOS PERFIS)



INFORMAÇÕES REFERENTES AO PLANO CD-ELETROSUL | SUB-PLANO BPDS

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

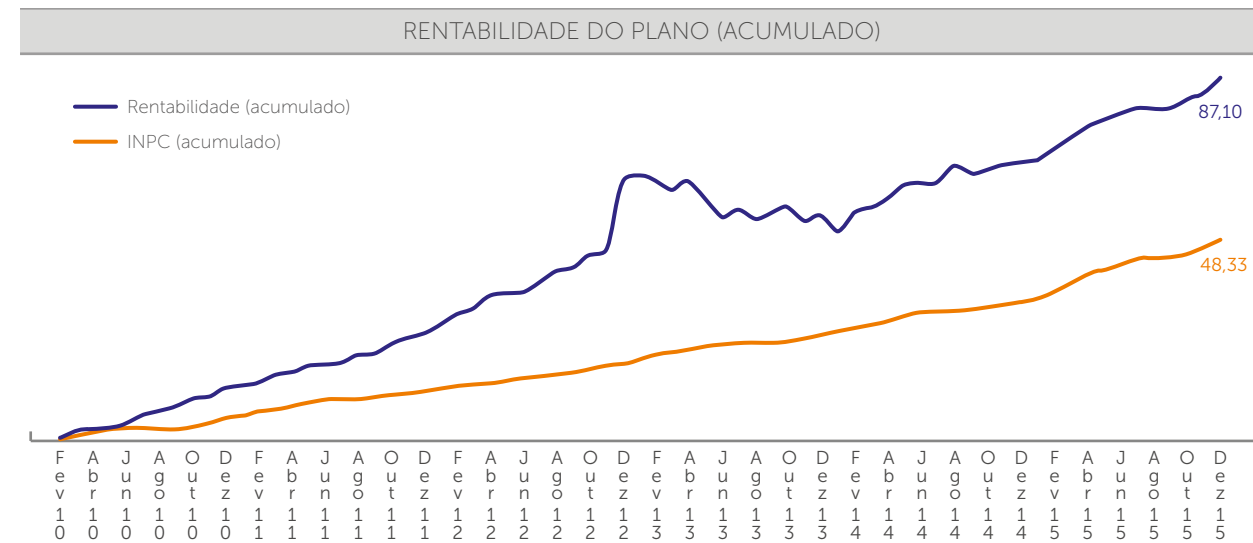
Em milhares de Reais

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	2015		2014	
	R\$ MIL	%	R\$ MIL	%
RENDA FIXA	47.799	76,87	46.906	79,78
<i>Carteira Própria</i>	39.580	63,65	32.997	56,13
<i>Fundos</i>	8.219	13,22	13.909	23,66
<i>Renda Variável</i>	10.364	16,67	7.825	13,31
<i>Investimentos Estruturados</i>	255	0,41	690	1,17
<i>Imóveis</i>	1.675	2,69	1.637	2,78
<i>Empréstimos a Participantes</i>	2.088	3,36	1.733	2,95
PLANO CD-BPDS	62.181	100,00	58.791	100,00

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

APLICACÕES	2015 (%)	2014 (%)
PLANO CD-BPDS	11,69	8,35
<i>Renda Fixa</i>	15,96	11,20
<i>Renda Variável</i>	(4,88)	(7,07)
<i>Investimentos Estruturados</i>	(58,91)	(2,16)
<i>Imóveis</i>	12,34	20,79
<i>Empréstimos a Participantes</i>	19,02	13,43
<i>Índice de Referência</i>	10,97	6,33

RENTABILIDADE HISTÓRICA X ÍNDICE DE REFERÊNCIA



Listagem de Investimentos em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de Reais

PLANO CD ELETROSUL- BPDS	PATRIMÔNIO	PARTICIPAÇÃO	MÊS (%)	NO ANO (%)
TOTAL RENDA FIXA	47.799	76,87%	1,66	15,96
NTN-B (IPCA)	35.182	73,60%	1,69	17,82
LFT (SELIC)	2.631	5,50%	1,16	13,27
DPGE (IPCA)	1.767	3,70%	1,70	17,30
FIM MOÇAMBIQUE	3.773	7,89%	1,99	12,71
FIM PORTO BELO	3.576	7,48%	1,25	9,76
FI VINCI RF IMOBILIÁRIO CP	539	1,13%	2,27	12,97
FIDC VINCI CRED E DES I	330	0,69%	1,66	18,16
RENTA VARIÁVEL	10.364	16,67%	2,02	(4,88)
FIC FIA BRAVA	2.813	27,14%	(2,24)	(7,93)
SULAMERICA GOVERNANÇA I	344	3,32%	(0,08)	(15,24)
FDO FATOR SINERGIA IV	136	1,31%	(7,88)	(54,88)
VINCI GAS	326	3,15%	0,68	(13,96)
SULAMERICA EXPERTISE	452	4,36%	(2,50)	(38,09)
SULAMERICA EXPERTISE II	709	6,84%	(6,29)	(32,91)
FATOR SINERGIA V	236	2,28%	(1,75)	(19,10)
QUEST SMALL CAPS FIA	452	4,36%	(4,12)	(6,47)
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS	759	7,32%	(2,55)	(4,92)
VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	1.410	13,61%	(1,55)	(2,96)
ATMOS INST FIC FIA	381	3,67%	(1,23)	5,70
SPE UIRAPURU LINHA DE TRANSMISSÃO	1.199	11,57%	1,48	18,22
SPE LIVRAMENTO HOLDING S.A.	-	0,00%	(100,00)	(100,00)
VALOR A RECEBER - SPE LIVRAMENTO S.A.	1.146	11,06%		
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	255	0,41%	1,96	(58,91)
FIP RIO BRAVO ENERGIA I	255	100,00%	1,96	(58,91)
IMÓVEIS	1.675	2,69%	8,79	12,34
CENTRO REGIONAL SC	1.482	88,44%		
CENTRO SÉCULO XXI	194	11,56%		
EMPRÉSTIMO A PARTICIPANTE	2.088	3,36%	1,70	19,02
TOTAL GERAL	62.181	100,00%	1,90	11,69

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é a descrição da filosofia e das práticas de investimentos da Instituição. Ela é desenvolvida para orientar e disciplinar a gestão dos recursos financeiros confiados à Fundação.

Todas as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), obrigatoriamente, possuem uma Política de Investimentos, que deve ser aprovada pelo seu Conselho Deliberativo e deve estar de acordo com as determinações e a legislação do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. Atualmente a legislação que disciplina os investimentos das EFPC é a Resolução do CMN 3.792.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

A presente política de investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos confiados à entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre ativos e passivos do plano.

Os limites e critérios aqui apresentados estão fundamentados na Resolução CMN n.º 3.792, de 28 de setembro de 2009, legislação que estabelece, quando da aprovação desta política de investimentos, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das EFPC.

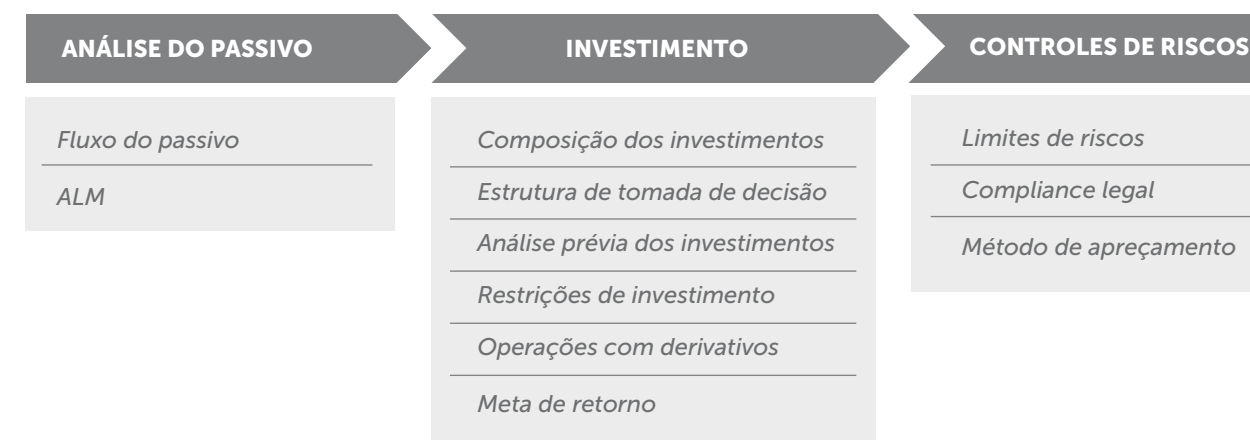
Entende-se, dessa forma, que as diretrizes ora estabelecidas são complementares àquelas definidas pela Resolução CMN n.º 3.792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

Caso haja mudanças na legislação, os investimentos devem ser adequados gradativamente à nova regulamentação. Se houver necessidade de negociação de ativos, a entidade estabelecerá um plano com critérios e prazos para a realização dessas operações, de forma a garantir a preservação dos recursos, sem prejuízos à rentabilidade dos investimentos.

A entidade poderá deixar de monitorar, da mesma forma, limites e restrições obrigatórios que eventualmente venham a ser revogados pela legislação aplicável.

As diretrizes aqui definidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2015, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V, "Da Política de Investimento", da Resolução CMN n.º 3.792. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC n.º 7, de 4 de dezembro de 2003.

Esta política de investimentos está estruturada conforme mostra o fluxograma a seguir.



Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, que responde civil, criminal e administrativamente pela gestão, alocação, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos de benefícios, conforme estabelece o Art. 22, da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001.

Dessa forma, a Fundação ELOS nomeou como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado o Sr. Geazi Correa, CPF n.º 153.802.979-00, tel.: (48) 2107-7507.

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios, que responde pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, conforme estabelece o item 3 do regulamento anexo à Resolução CGPC n.º 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, o Sr. Nelso Müller, CPF n.º 446.772.510-53, tel.: (48) 2107-7507 foi nomeado como ARPB do Plano BD – ELOS/Eletrosul.

Expectativas de Retorno

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em

consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer, mensuradas através de um modelo estocástico que observa a volatilidade histórica apresentada por eles para estimar as possíveis variações, dada uma expectativa de retorno. O resultado desta análise se encontra no quadro abaixo, que demonstra a expectativa de retorno da Entidade em relação a cada segmento de aplicação, bem como os compara com o que foi observado nos últimos períodos.

SEGMENTO	RENTABILIDADES		
	2013	1º SEMESTRE 2014	ESTIMATIVA 2015
Consolidado	(4,74)%	5,87%	13,34%
Renda Fixa	(6,69)%	7,10%	12,60%
Renda Variável	0,07%	0,88%	17,41%
Investimentos Estruturados	(0,30)%	(1,00)%	15,08%
Investimentos no Exterior	-	-	0,00%
Imóveis	2,59%	1,57%	11,89%
Operações com Participantes	12,88%	7,78%	12,95%

Limites por Segmento

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN n.º 3.792/2009. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo. Esta definição está em linha com os itens 54 e 55 do Guia de Melhores Práticas para Investimentos PREVIC.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
<i>Renda Fixa</i>	100,00%	72,00%	61,00%	82,00%
<i>Renda Variável</i>	70,00%	18,00%	8,00%	28,00%
<i>Investimentos Estruturados</i>	20,00%	2,00%	0,00%	10,00%
<i>Investimentos no Exterior</i>	10,00%	2,00%	0,00%	5,00%
<i>Imóveis</i>	8,00%	3,00%	0,00%	8,00%
<i>Operações com Participantes</i>	15,00%	3,00%	0,00%	10,00%

Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, "Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco", da Resolução CMN n.º 3.792/2009, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

Reforçado pelo Guia de Melhores Práticas da PREVIC a verificação e controle dos riscos inerentes à gestão do plano de benefícios devem ser realizados de forma proativa pela Entidade, estabelecendo os alicerces para a implementação do modelo de Supervisão Baseada em Risco.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal, sistêmico e terceirização.

RISCO	MONITORAMENTO	CONTROLES
<i>Mercado</i>	<ul style="list-style-type: none"> Modelos de VaR e de B-VaR; Teste de Stress. 	<ul style="list-style-type: none"> Controle mensal pelo gestor da carteira; Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; Acompanhamento do desempenho e do deslocamento em relação aos índices pré-estabelecidos na PI.
<i>Crédito</i>	<ul style="list-style-type: none"> Limitação por contrapartes; Diversificação; Acompanhamento de ratings. 	<ul style="list-style-type: none"> Controle mensal pelo gestor da carteira; Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; Enquadramento em relação à legislação aplicável e em relação à política de investimento do plano.
<i>Liquidez</i>	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de caixa; Liquidez ativos; Qualidade dos ativos. 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo de macroalocação de ativos (ALM); Monitoramento de carência e resgate de fundos; Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; Monitoramento dos ativos em carteira.
<i>Legal</i>	<ul style="list-style-type: none"> Violação da legislação; Faltas em contratos; Erros de aplicação da lei. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de relatório de enquadramento em relação à legislação e a política de investimento; Avaliação técnica e criteriosa dos contratos firmados com gestores e prestadores de serviços; Sempre que necessário, a EFPC recorrerá a profissionais para defender seus interesses na esfera legal.
<i>Operacional</i>	<ul style="list-style-type: none"> Controles inadequados; Falhas de gerenciamento; Erros humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação e mapeamento de processos e rotina de trabalho; Adoção de práticas de governança corporativa; Certificação de profissionais que participam do processo de tomada de decisão dos investimentos.
<i>Atuarial</i>	<ul style="list-style-type: none"> Incapacidade de cumprir as obrigações previdenciárias. 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de avaliações atuariais pelo menos uma vez ao ano; Estudo de macroalocação de ativos (ALM); Validação de premissas com o comportamento do passivo atuarial.
<i>Sistêmico</i>	<ul style="list-style-type: none"> Problema generalizado do mercado financeiro causando perdas em diversos tipos de investimentos 	<ul style="list-style-type: none"> Priorizar o investimento em títulos soberanos e em títulos que disponham de garantias; Levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores.
<i>Terceirização</i>	<ul style="list-style-type: none"> Alguns processos dependem de terceiros em determinadas etapas. 	<ul style="list-style-type: none"> Definição de métricas para seleção de gestores, custodiantes e corretores e demais prestadores de serviços. Acompanhamento das equipes gestoras atualmente investidas pela "Fundação".

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

A presente política de investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos confiados à entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre ativos e passivos do plano.

Os limites e critérios aqui apresentados estão fundamentados na Resolução CMN n.º 3.792, de 28 de setembro de 2009, legislação que estabelece, quando da aprovação desta política de investimentos, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das EFPC.

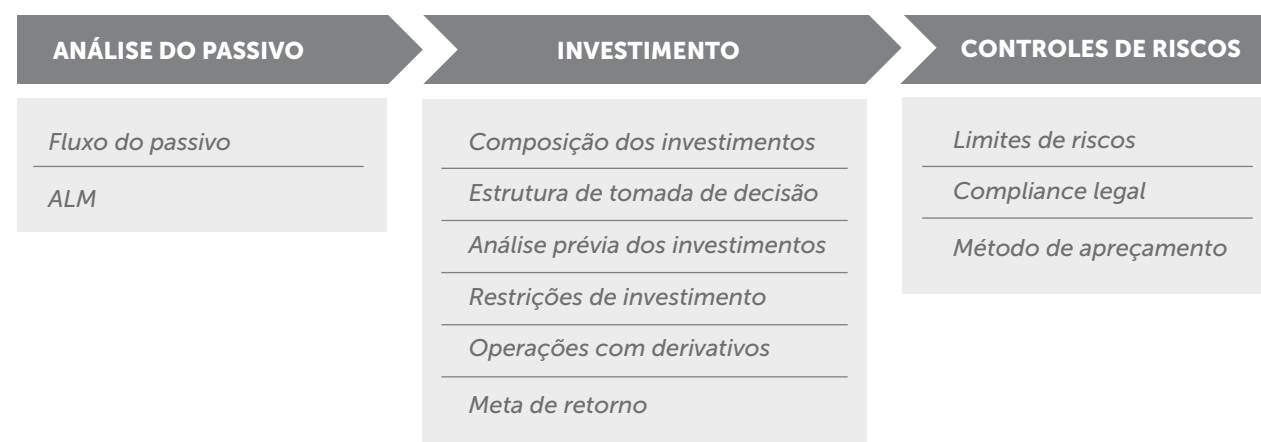
Entende-se, dessa forma, que as diretrizes ora estabelecidas são complementares àquelas definidas pela Resolução CMN n.º 3.792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

Caso haja mudanças na legislação, os investimentos devem ser adequados gradativamente à nova regulamentação. Se houver necessidade de negociação de ativos, a entidade estabelecerá um plano com critérios e prazos para a realização dessas operações, de forma a garantir a preservação dos recursos, sem prejuízos à rentabilidade dos investimentos.

A entidade poderá deixar de monitorar, da mesma forma, limites e restrições obrigatórios que eventualmente venham a ser revogados pela legislação aplicável.

As diretrizes aqui definidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2015, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V, "Da Política de Investimento", da Resolução CMN n.º 3.792. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC n.º 7, de 4 de dezembro de 2003.

Esta política de investimentos está estruturada conforme mostra o fluxograma a seguir.



Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, que responde civil, criminal e administrativamente pela gestão, alocação, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de

seus planos de benefícios, conforme estabelece o Art. 22, da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001.

Dessa forma, a Fundação ELOS nomeou como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado o Sr. Geazi Correa, CPF n.º 153.802.979-00, tel.: (48) 2107-7507.

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios, que responde pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, conforme estabelece o item 3 do regulamento anexo à Resolução CGPC n.º 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, o Sr. Nelso Müller, CPF n.º 446.772.510-53, tel.: (48) 2107-7507 foi nomeado como ARPB do Plano BD – ELOS/Tractebel.

Expectativas de Retorno

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer, mensuradas através de um modelo estocástico que observa a volatilidade histórica apresentada por eles para estimar as possíveis variações, dada uma expectativa de retorno. A correlação entre os ativos que já se encontram na carteira e os que são passíveis de aplicação também é uma variável importante para esta definição.

SEGMENTO	RENTABILIDADES		
	2013	1º SEMESTRE 2014	ESTIMATIVA 2015
Consolidado	(7,73)%	6,65%	13,01%
Renda Fixa	(9,35)%	7,29%	12,55%
Renda Variável	(0,03)%	2,88%	17,25%
Investimentos Estruturados	(0,30)%	(1,00)%	15,08%
Investimentos no Exterior	-	-	0,00%
Imóveis	2,31%	1,47%	11,89%
Operações com Participantes	13,07%	7,76%	12,95%

Limites por Segmento

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN n.º 3.792/2009. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo. Esta definição está em linha com os itens 54 e 55 do Guia de Melhores Práticas para Investimentos PREVIC.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	79,00%	48,00%	100,00%
Renda Variável	70%	12,00%	0,00%	22,00%
Investimentos Estruturados	20%	2,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	10%	2,00%	0,00%	5,00%
Imóveis	8%	2,00%	0,00%	5,00%
Operações com Participantes	15%	3,00%	0,00%	10,00%

Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, "Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco", da Resolução CMN n.º 3.792/2009, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

Reforçado pelo Guia de Melhores Práticas da PREVIC a verificação e controle dos riscos inerentes à gestão do plano de benefícios devem ser realizados de forma proativa pela Entidade, estabelecendo os alicerces para a implementação do modelo de Supervisão Baseada em Risco.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal, sistêmico e terceirização.

RISCO	MONITORAMENTO	CONTROLES
Mercado	<ul style="list-style-type: none"> Modelos de VaR e de B-VaR; Teste de Stress. 	<ul style="list-style-type: none"> Controle mensal pelo gestor da carteira; Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; Acompanhamento do desempenho e do deslocamento em relação aos índices pré-estabelecidos na PI.
Crédito	<ul style="list-style-type: none"> Limitação por contrapartes; Diversificação; Acompanhamento de ratings. 	<ul style="list-style-type: none"> Controle mensal pelo gestor da carteira; Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; Enquadramento em relação à legislação aplicável e em relação à política de investimento do plano.
Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de caixa; Liquidez ativos; Qualidade dos ativos. 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo de macroalocação de ativos (ALM); Monitoramento de carência e resgate de fundos; Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; Monitoramento dos ativos em carteira.
Legal	<ul style="list-style-type: none"> Violação da legislação; Faltas em contratos; Erros de aplicação da lei. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de relatório de enquadramento em relação à legislação e a política de investimento; Avaliação técnica e criteriosa dos contratos firmados com gestores e prestadores de serviços; Sempre que necessário, a EFPC recorrerá a profissionais para defender seus interesses na esfera legal.
Operacional	<ul style="list-style-type: none"> Controles inadequados; Falhas de gerenciamento; Erros humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação e mapeamento de processos e rotina de trabalho; Adoção de práticas de governança corporativa; Certificação de profissionais que participam do processo de tomada de decisão dos investimentos.
Atuarial	<ul style="list-style-type: none"> Incapacidade de cumprir as obrigações previdenciárias. 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de avaliações atuariais pelo menos uma vez ao ano; Estudo de macroalocação de ativos (ALM); Validação de premissas com o comportamento do passivo atuarial.
Sistêmico	<ul style="list-style-type: none"> Problema generalizado do mercado financeiro causando perdas em diversos tipos de investimentos 	<ul style="list-style-type: none"> Priorizar o investimento em títulos soberanos e em títulos que disponham de garantias; Levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores.
Terceirização	<ul style="list-style-type: none"> Alguns processos dependem de terceiros em determinadas etapas. 	<ul style="list-style-type: none"> Definição de métricas para seleção de gestores, custodiantes e corretores e demais prestadores de serviços. Acompanhamento das equipes gestoras atualmente investidas pela "Fundação".

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CD-ELETROSUL

A presente política de investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos confiados à entidade, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre ativos e passivos do plano.

Os limites e critérios aqui apresentados estão fundamentados na Resolução CMN n.º 3.792, de 28 de setembro de 2009, legislação que estabelece, quando da aprovação desta política de investimentos, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das EFPC.

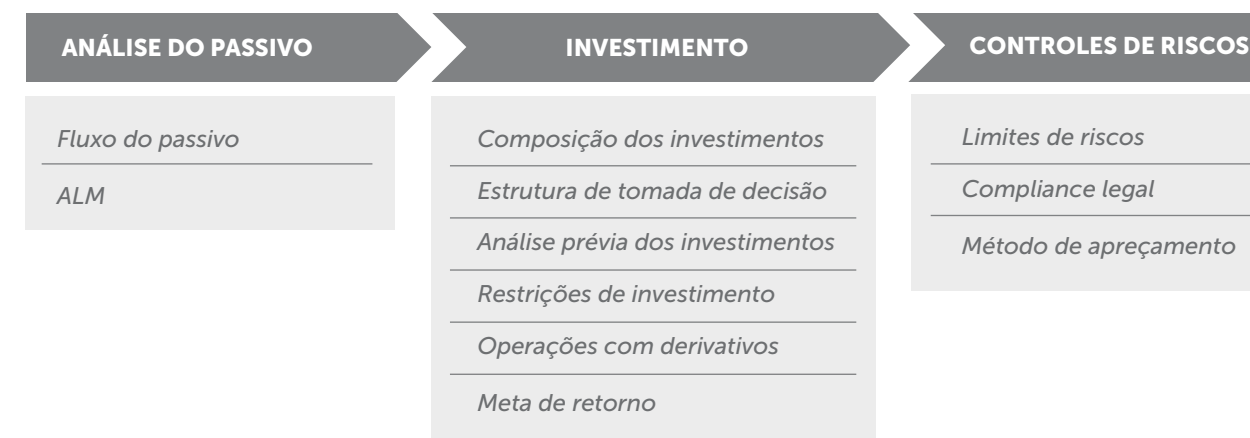
Entende-se, dessa forma, que as diretrizes ora estabelecidas são complementares àquelas definidas pela Resolução CMN n.º 3.792, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras, restrições e condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

Caso haja mudanças na legislação, os investimentos devem ser adequados gradativamente à nova regulamentação. Se houver necessidade de negociação de ativos, a entidade estabelecerá um plano com critérios e prazos para a realização dessas operações, de forma a garantir a preservação dos recursos, sem prejuízos à rentabilidade dos investimentos.

A entidade poderá deixar de monitorar, da mesma forma, limites e restrições obrigatórios que eventualmente venham a ser revogados pela legislação aplicável.

As diretrizes aqui definidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2015, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V, "Da Política de Investimento", da Resolução CMN n.º 3.792. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC n.º 7, de 4 de dezembro de 2003.

Esta política de investimentos está estruturada conforme mostra o fluxograma a seguir.



Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, que responde civil, criminal e administrativamente pela gestão, alocação, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de

seus planos de benefícios, conforme estabelece o Art. 22, da Lei Complementar 108, de 29 de maio de 2001.

Dessa forma, a Fundação ELOS nomeou como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado o Sr. Geazi Correa, CPF n.º 153.802.979-00, tel.: (48) 2107-7507.

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)

Toda entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios, que responde pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, conforme estabelece o item 3 do regulamento anexo à Resolução CGPC n.º 18, de 28 de março de 2006. Dessa forma, o Sr. Nelso Müller, CPF n.º 446.772.510-53, tel.: (48) 2107-7507 foi nomeado como ARPB do Plano CD Eletrosul.

Expectativas de Retorno

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer, mensuradas através do modelo de Markowitz que observa a volatilidade histórica apresentada por eles para estimar as possíveis variações, dada uma expectativa de retorno. A correlação entre os ativos que já se encontram na carteira e os que são passíveis de aplicação também é uma variável importante para esta definição.

Limites por Segmento

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN n.º 3.792/2009. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita a expectativa de retorno almejada pelo participante do plano. Esta definição está em linha com os itens 54 e 55 do Guia de Melhores Práticas para Investimentos PREVIC.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	75,00%	58,00%	85,00%
Renda Variável	70,00%	15,00%	5,00%	25,00%
Investimentos Estruturados	20,00%	2,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no Exterior	10,00%	2,00%	0,00%	5,00%
Imóveis	8,00%	3,00%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15,00%	3,00%	0,00%	10,00%

SEGMENTO	RENTABILIDADES		
	2013	1º SEMESTRE DE 2014	ESTIMATIVA 2015
Consolidado	(5,09)%	5,20%	13,06%
Renda Fixa	(6,54)%	6,25%	12,44%
Renda Variável	(1,36)%	(0,23)%	17,25%
Investimentos Estruturados	(0,30)%	(1,00)%	15,08%
Investimentos no Exterior	-	-	0,00%
Imóveis	2,59%	1,57%	11,89%
Operações com Participantes	13,32%	7,96%	12,95%

Limites por Perfil de Investimentos – Plano CD Eletrosul

A tabela a seguir apresenta a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN n.º 3.792. Essa alocação foi definida com base na estratégia adotada para cada perfil mediante a sua expectativa de retorno, dado um orçamento de risco.

Perfil AI

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	94,00%	84,00%	100,00%
IMA-S	100,00%	66,00%	60,00%	72,00%
IMA-B 5	100,00%	18,00%	12,00%	24,00%
Fundos de Renda Fixa	100,00%	10,00%	4,00%	16,00%
Renda Variável	70,00%	0,00%	0,00%	1,00%
Investimentos Estruturados	20,00%	0,00%	0,00%	1,00%
Investimentos no Exterior	10,00%	0,00%	0,00%	1,00%
Imóveis	8,00%	3,00%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

Perfil All

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100,00%	84,00%	74,00%	94,00%
IMA-S	100,00%	25,00%	19,00%	31,00%
IMA-B 5	100,00%	34,00%	28,00%	40,00%
IMA-B	100,00%	15,00%	9,00%	21,00%
Fundos de Renda Fixa	100,00%	10,00%	4,00%	16,00%
Renda Variável	70,00%	8,00%	3,00%	13,00%
Investimentos Estruturados	20,00%	2,00%	0,00%	7,00%
Investimentos no Exterior	10,00%	0,00%	0,00%	1,00%
Imóveis	8,00%	3,00%	0,00%	8,00%
Operações com Participantes	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

Perfil BI

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
<i>Renda Fixa</i>	100,00%	82,00%	72,00%	92,00%
<i>IMA-S</i>	100,00%	9,00%	3,00%	15,00%
<i>IMA-B 5</i>	100,00%	3,00%	0,00%	9,00%
<i>IMA-B *</i>	100,00%	50,00%	44,00%	60,00%
<i>Fundos de Renda Fixa</i>	100,00%	20,00%	14,00%	26,00%
<i>Renda Variável</i>	70,00%	8,00%	3,00%	13,00%
<i>Investimentos Estruturados</i>	20,00%	2,00%	0,00%	7,00%
<i>Investimentos no Exterior</i>	10,00%	2,00%	0,00%	7,00%
<i>Imóveis</i>	8,00%	3,00%	0,00%	8,00%
<i>Operações com Participantes</i>	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

(*) Para o item IMA-B as NTN-Bs em carteira própria são precificadas pela curva de vencimento.

Perfil BII

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
<i>Renda Fixa</i>	100,00%	72,00%	62,00%	82,00%
<i>IMA-S</i>	100,00%	4,00%	0,00%	10,00%
<i>IMA-B 5</i>	100,00%	3,00%	0,00%	9,00%
<i>IMA-B *</i>	100,00%	50,00%	44,00%	60,00%
<i>Fundos de Renda Fixa</i>	100,00%	15,00%	9,00%	21,00%
<i>Renda Variável</i>	70,00%	18,00%	13,00%	23,00%
<i>Investimentos Estruturados</i>	20,00%	2,00%	0,00%	7,00%
<i>Investimentos no Exterior</i>	10,00%	2,00%	0,00%	7,00%
<i>Imóveis</i>	8,00%	3,00%	0,00%	8,00%
<i>Operações com Participantes</i>	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

(*) Para o item IMA-B as NTN-Bs em carteira própria são precificadas pela curva de vencimento.

Perfil BIII

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
<i>Renda Fixa</i>	100,00%	62,00%	52,00%	72,00%
<i>IMA-S</i>	100,00%	0,00%	0,00%	6,00%
<i>IMA-B 5</i>	100,00%	3,00%	0,00%	9,00%
<i>IMA-B *</i>	100,00%	50,00%	44,00%	60,00%
<i>Fundos de Renda Fixa</i>	100,00%	9,00%	3,00%	15,00%
<i>Renda Variável</i>	70,00%	28,00%	23,00%	33,00%
<i>Investimentos Estruturados</i>	20,00%	2,00%	0,00%	7,00%
<i>Investimentos no Exterior</i>	10,00%	2,00%	0,00%	7,00%
<i>Imóveis</i>	8,00%	3,00%	0,00%	8,00%
<i>Operações com Participantes</i>	15,00%	3,00%	0,00%	8,00%

(*) Para o item IMA-B as NTN-Bs em carteira própria são precificadas pela curva de vencimento.

Política de Rebalanceamento

A Entidade poderá adotar no quesito de alocação estratégica dos segmentos, um modelo de rebalanceamento de carteiras. Estudos realizados com dados reais de mercado concluíram que, através do estabelecimento de um procedimento simples de adoção de bandas, as oscilações do mercado de renda variável podem ser exploradas e convertidas em maior rentabilidade e menor risco. Este procedimento consiste no estabelecimento de variações positivas e negativas limitadas a um percentual da alocação objetivo.

Dessa forma, quando há valorização ou desvalorização dos ativos dos segmentos e a proporção superar os limites inferiores ou superiores da **banda**, o gestor deverá submeter à Diretoria Executiva a possibilidade de venda ou compra de ativos ou cotas de fundos e realizar o movimento de saída ou entrada no segmento de renda fixa.

RENDA VARIÁVEL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	BANDA	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
<i>Consolidado</i>	15,00%	+ -10,00%	5,00%	25,00%
<i>PERFIL AI</i>	0,00%	+ -1,00%	0,00%	1,00%
<i>PERFIL AII</i>	8,00%	+ -5,00%	3,00%	13,00%
<i>PERFIL BI</i>	8,00%	+ -5,00%	3,00%	13,00%
<i>PERFIL BII</i>	18,00%	+ -5,00%	13,00%	23,00%
<i>PERFIL BIII</i>	28,00%	+ -5,00%	23,00%	33,00%

ESTRUTURADOS	ALOCAÇÃO OBJETIVO	BANDA	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
<i>Consolidado</i>	2,00%	+/-500%	0,00%	7,00%
<i>PERFIL AI</i>	0,00%	+/-1,00%	0,00%	1,00%
<i>PERFIL AII</i>	2,00%	+/-5,00%	0,00%	7,00%
<i>PERFIL BI</i>	2,00%	+/-5,00%	0,00%	7,00%
<i>PERFIL BII</i>	2,00%	+/-5,00%	0,00%	7,00%
<i>PERFIL BIII</i>	2,00%	+/-5,00%	0,00%	7,00%

Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, "Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco", da Resolução CMN n.º 3.792/2009, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

Reforçado pelo Guia de Melhores Práticas da PREVIC a verificação e controle dos riscos inerentes à gestão do plano de benefícios devem ser realizados de forma proativa pela Entidade, estabelecendo os alicerces para a implementação do modelo de Supervisão Baseada em Risco.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal, sistêmico e terceirização.

RISCO	MONITORAMENTO	CONTROLES
<i>Mercado</i>	<ul style="list-style-type: none"> Modelos de VaR e de B-VaR; Teste de Stress. 	<ul style="list-style-type: none"> Controle mensal pelo gestor da carteira; Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; Acompanhamento do desempenho e do deslocamento em relação aos índices pré-estabelecidos na PI.
<i>Crédito</i>	<ul style="list-style-type: none"> Limitação por contrapartes; Diversificação; Acompanhamento de ratings. 	<ul style="list-style-type: none"> Controle mensal pelo gestor da carteira; Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; Enquadramento em relação à legislação aplicável e em relação à política de investimento do plano.
<i>Liquidez</i>	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de caixa; Liquidez ativos; Qualidade dos ativos. 	<ul style="list-style-type: none"> Estudo de macroalocação de ativos (ALM); Monitoramento de carência; Monitoramento periódico pela entidade através de relatórios de Risco Integrado e Mapa Simplificado de Controle de Riscos; Monitoramento dos ativos em carteira.
<i>Legal</i>	<ul style="list-style-type: none"> Violação da legislação; Faltas em contratos; Erros de aplicação da lei. 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de relatório de enquadramento em relação à legislação e a política de investimento; Avaliação técnica e criteriosa dos contratos firmados com gestores e prestadores de serviços; Sempre que necessário, a EFPC recorrerá a profissionais para defender seus interesses na esfera legal.
<i>Operacional</i>	<ul style="list-style-type: none"> Controles inadequados; Falhas de gerenciamento; Erros humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação e mapeamento de processos e rotina de trabalho; Adoção de práticas de governança corporativa; Certificação de profissionais que participam do processo de tomada de decisão dos investimentos.
<i>Atuarial</i>	<ul style="list-style-type: none"> Incapacidade de cumprir as obrigações previdenciárias. 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de avaliações atuariais pelo menos uma vez ao ano; Estudo de macroalocação de ativos (ALM); Validação de premissas com o comportamento do passivo atuarial.
<i>Sistêmico</i>	<ul style="list-style-type: none"> Problema generalizado do mercado financeiro causando perdas em diversos tipos de investimentos 	<ul style="list-style-type: none"> Priorizar o investimento em títulos soberanos e em títulos que disponham de garantias; Levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores.
<i>Terceirização</i>	<ul style="list-style-type: none"> Alguns processos dependem de terceiros em determinadas etapas. 	<ul style="list-style-type: none"> Definição de métricas para seleção de gestores, custodiantes e corretores e demais prestadores de serviços. Acompanhamento das equipes gestoras atualmente investidas pela "Fundação".

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

A presente política de investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos do Plano de Gestão Administrativo.

Os recursos líquidos do PGA serão aplicados de acordo com a política de investimentos aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da ELOS:

- *Parágrafo Primeiro: Os recursos poderão ser aplicados de forma segregada por plano de benefício, em fundos exclusivos ou fundos abertos, a critério da ELOS. Desta forma os rendimentos auferidos serão incorporados ao montante dos seus recursos, proporcionalmente ao capital investido.*
- *Parágrafo Segundo: Poderão ainda, ser aplicados em forma condominial em fundos abertos e em conjunto com os recursos dos seus respectivos planos de benefícios. Sendo que os rendimentos decorrentes deste serão rateados proporcionalmente aos recursos líquidos dos fundos administrativos relativos a cada plano de benefícios.*

Diretrizes de aplicação

Os valores a serem aplicados nos diversos segmentos foram definidos por uma estratégia de longo prazo para a gestão administrativa dos Planos de Benefícios previdenciais de responsabilidade da Entidade.

Composição dos investimentos

A tabela a seguir mostra os limites e os índices de referência (benchmarks) dos mandatos.

ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DA POLÍTICA			
SEGMENTO / MANDATO	BENCHMARK	LIMITES	
		INFERIOR	SUPERIOR
Recursos do PGA		0,00%	100,00%
Títulos Públicos	IPCA + 5,00%	0,00%	100,00%
Fundos Abertos / Exclusivos	CDI	0,00%	100,00%

Cotas de fundos de investimento

No caso de aquisição de cotas de fundos de investimentos de condomínio aberto, a análise de risco deve considerar, no mínimo:

- *A liquidez dos investimentos;*
- *Indicadores de desempenho, tais como: risco-retorno, Índice de Sharpe e Volatilidade.*



3

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

ATIVO	NOTA	2015	2014
DISPONÍVEL		129	324
REALIZÁVEL		2.644.358	2.459.314
<i>Gestão Previdencial</i>	4	98.689	94.235
<i>Gestão Administrativa</i>	4	3.845	3.389
<i>Investimentos</i>		2.541.824	2.361.690
<i>Títulos Públicos</i>	5	1.643.017	1.335.872
<i>Créditos Privados e Depósitos</i>	5	124.856	106.270
<i>Ações</i>	5	47.789	39.100
<i>Fundos de Investimento</i>	5	556.269	745.015
<i>Investimentos Imobiliários</i>	5	80.686	71.176
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	5	74.377	62.762
<i>Depósitos Judiciais / Recursais</i>	8	1.572	1.495
<i>Outros Realizáveis</i>	5	13.258	-
PERMANENTE	6	292	325
<i>Imobilizado</i>		292	325
		2.644.779	2.459.963

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

PASSIVO	NOTA	2015	2014
EXIGÍVEL OPERACIONAL	7	6.100	2.638
<i>Gestão Previdencial</i>		1.398	1.308
<i>Gestão Administrativa</i>		1.644	1.245
<i>Investimentos</i>		3.058	85
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	8	33.102	31.671
<i>Gestão Previdencial</i>		27.849	26.894
<i>Gestão Administrativa</i>		3.680	3.282
<i>Investimentos</i>		1.572	1.495
PATRIMÔNIO SOCIAL		2.605.577	2.425.654
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO		2.559.528	2.383.858
<i>Provisões Matemáticas</i>	9	2.826.104	2.704.574
<i>Benefícios Concedidos</i>		2.241.826	2.074.814
<i>Benefícios a Conceder</i>		758.636	659.982
<i>(-) Provisões Matemáticas a Constituir</i>		(174.358)	(30.223)
<i>Equilíbrio Técnico</i>	10	(266.576)	(320.716)
<i>Resultados Realizados</i>		(266.576)	(320.716)
<i>(-) Déficit Técnico Acumulado</i>		(266.576)	(320.716)
FUNDOS	10	46.049	41.797
<i>Fundos Previdenciais</i>		12.621	8.838
<i>Fundos Administrativos</i>		21.460	22.179
<i>Fundos dos Investimentos</i>		11.968	10.780
		2.644.779	2.459.963

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	1.053.651	976.365	7,92
<i>Disponível</i>	53	19	173,74
<i>Recebível</i>	66.506	63.391	4,91
Investimento	987.093	912.955	8,12
<i>Títulos Públicos</i>	592.255	463.013	27,91
<i>Créditos Privados e Depósitos</i>	37.120	31.768	16,85
<i>Ações</i>	33.431	27.352	22,22
<i>Fundos de Investimento</i>	259.146	334.960	(22,63)
<i>Investimentos Imobiliários</i>	35.653	32.766	8,81
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	26.941	23.095	16,65
<i>Outros Realizáveis</i>	2.547	-	100,00
2. OBRIGAÇÕES	15.235	13.124	16,09
<i>Operacional</i>	850	714	19,04
<i>Contingencial</i>	14.385	12.410	15,92
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	23.030	22.203	3,72
<i>Fundos Administrativos</i>	14.896	15.031	(0,90)
<i>Fundos dos Investimentos</i>	8.134	7.172	13,41
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	1.015.386	941.038	7,90
<i>Provisões Matemáticas</i>	1.156.740	1.049.574	10,21
<i>Superávit/Déficit Técnico</i>	(141.354)	(108.536)	30,24
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	(96.063)	(84.124)	14,19
<i>a) Equilíbrio Técnico</i>	(141.354)	(108.536)	30,24
<i>b) (+/-) Ajuste de Precificação</i>	45.291	24.412	85,53
<i>c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)</i>	(96.063)	(84.124)	14,19

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL DO PLANO CD-ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	622.554	533.224	16,75
<i>Disponível</i>	31	57	(45,46)
<i>Recebível</i>	8.119	8.790	(7,63)
Investimento	614.403	524.377	17,17
<i>Títulos Públicos</i>	394.690	337.441	16,97
<i>Créditos Privados e Depósitos</i>	16.123	13.745	17,30
<i>Ações</i>	14.358	11.747	22,22
<i>Fundos de Investimento</i>	154.886	132.534	16,87
<i>Investimentos Imobiliários</i>	15.290	14.041	8,89
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	19.056	14.868	28,17
2. OBRIGAÇÕES	285	244	16,28
<i>Operacional</i>	285	244	16,28
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	4.757	5.569	(14,58)
<i>Fundos Administrativos</i>	4.757	5.569	(14,58)
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	617.512	527.410	17,08
<i>Provisões Matemáticas</i>	603.615	515.617	17,07
<i>Superávit/Déficit Técnico</i>	1.277	2.955	(56,80)
<i>Fundos Previdenciais</i>	12.621	8.838	42,81

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	964.130	946.492	1,86
Disponível	20	33	(38,23)
Recebível	45.722	44.293	3,22
Investimento	918.388	902.166	1,80
Títulos Públicos	656.072	535.418	22,53
Créditos Privados e Depósitos	71.613	60.757	17,87
Fundos de Investimento	120.289	255.321	(52,89)
Investimentos Imobiliários	29.751	24.376	22,05
Empréstimos e Financiamentos	28.380	24.798	14,44
Depósitos Judiciais / Recursais	1.572	1.495	5,18
Outros Realizáveis	10.711	-	100,00
2. OBRIGAÇÕES	19.239	17.059	12,78
Operacional	4.202	1.079	289,35
Contingencial	15.037	15.980	(5,90)
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	5.641	5.186	8,77
Fundos Administrativos	1.807	1.578	14,49
Fundos dos Investimentos	3.834	3.608	6,26
4. RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)	939.250	924.247	1,62
Provisões Matemáticas	1.065.749	1.139.383	(6,46)
Superávit/Déficit Técnico	(126.498)	(215.135)	(41,20)
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	(78.882)	(201.583)	(60,87)
a) Equilíbrio Técnico	(126.498)	(215.135)	(41,20)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	47.616	13.552	251,35
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(78.882)	(201.583)	(60,87)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS - CONSOLIDADA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL – INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.425.654	2.303.200	5,32
1. Adições	381.204	311.718	22,29
(+) Contribuições Previdenciais	83.476	79.123	5,50
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	287.948	222.364	29,49
(+) Receitas Administrativas	5.931	6.254	(5,16)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	2.662	2.837	(6,16)
(+) Constituição de Fundos de Investimento	1.188	1.141	4,13
2. Destinações	(201.282)	(189.264)	6,35
(-) Benefícios	(189.636)	(175.436)	8,09
(-) Constituição líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(2.334)	(5.284)	(55,82)
(-) Despesas Administrativas	(9.312)	(8.544)	8,98
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	179.922	122.454	46,93
(+/-) Provisões Matemáticas	121.530	134.796	(9,84)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	54.140	(17.221)	(414,38)
(+/-) Fundos Previdenciais	3.783	3.192	18,52
(+/-) Fundos Administrativos	(719)	547	(231,57)
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.188	1.141	4,13
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) PATRIMÔNIO SOCIAL – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	2.605.577	2.425.654	7,42

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO	941.038	896.583	4,96
1. Adições	141.124	110.741	27,44
<i>(+) Contribuições</i>	31.186	31.493	(0,97)
<i>(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial</i>	109.938	79.248	38,73
2. Destinações	(66.776)	(66.286)	0,74
<i>(-) Benefícios</i>	(64.874)	(59.333)	9,34
<i>(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial</i>	(1.899)	(5.489)	(65,40)
<i>(-) Custeio Administrativo</i>	(3)	(1.464)	(99,81)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	74.348	44.455	67,24
<i>(+/-) Provisões Matemáticas</i>	107.166	(2.261)	(4.839,69)
<i>(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício</i>	(32.818)	46.716	(170,25)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	1.015.386	941.038	7,90
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	23.030	22.203	3,72
<i>(+/-) Fundos Administrativos</i>	14.896	15.031	(0,90)
<i>(+/-) Fundos dos Investimentos</i>	8.134	7.172	13,41

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL DO PLANO CD-ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO	527.410	457.399	15,31
1. Adições	102.801	80.565	27,60
<i>(+) Contribuições</i>	37.474	32.361	15,80
<i>(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial</i>	65.327	48.204	35,52
2. Destinações	(12.699)	(10.554)	20,33
<i>(-) Benefícios</i>	(12.059)	(10.512)	14,71
<i>(-) Custeio Administrativo</i>	(640)	(41)	1.455,61
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	90.102	70.011	28,70
<i>(+/-) Provisões Matemáticas</i>	87.998	64.834	35,73
<i>(+/-) Fundos Previdenciais</i>	3.783	3.192	18,52
<i>(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício</i>	(1.679)	1.986	(184,54)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	617.512	527.410	17,08
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	4.757	5.569	(14,58)
<i>(+/-) Fundos Administrativos</i>	4.757	5.569	(14,58)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL DO PLANO BD-ELOS/ TRACTEBEL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO	924.247	917.946	0,69
1. Adições	130.741	114.270	14,41
(+) <i> Contribuições</i>	18.058	19.153	(5,72)
(+) <i> Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial</i>	112.683	94.912	18,72
(+) <i> Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial</i>	-	205	(100,00)
2. Destinações	(115.739)	(107.970)	7,19
(-) <i> Benefícios</i>	(112.704)	(105.591)	6,74
(-) <i> Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial</i>	(435)	-	100,00
(-) <i> Custeio Administrativo</i>	(2.600)	(2.379)	9,28
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	15.003	6.301	138,12
(+/-) <i> Provisões Matemáticas</i>	(73.634)	72.224	(201,95)
(+/-) <i> Superávit (Déficit) Técnico do Exercício</i>	88.637	(65.923)	(234,46)
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)	939.250	924.247	1,62
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	5.641	5.186	8,77
(+/-) <i> Fundos Administrativos</i>	1.807	1.578	14,49
(+/-) <i> Fundos dos Investimentos</i>	3.834	3.608	6,26

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	22.179	21.632	2,53
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	8.593	9.091	(5,47)
1.1. Receitas	8.593	9.091	(5,47)
<i>Custeio Administrativo da Gestão Previdencial</i>	3.242	3.884	(16,52)
<i>Custeio Administrativo dos Investimentos</i>	2.562	2.269	12,93
<i>Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos</i>	125	96	30,04
<i>Resultado Positivo Líquido dos Investimentos</i>	2.662	2.837	(6,16)
<i>Outras Receitas</i>	2	5	(66,77)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(9.312)	(8.544)	8,98
2.1. Administração Previdencial	(6.031)	(5.653)	6,69
<i>Pessoal e encargos</i>	(3.641)	(3.120)	16,69
<i>Treinamentos/congressos e seminários</i>	(126)	(119)	5,18
<i>Viagens e estadias</i>	(25)	(31)	(18,99)
<i>Serviços de terceiros</i>	(1.101)	(1.218)	(9,62)
<i>Despesas gerais</i>	(656)	(658)	(0,32)
<i>Depreciações e amortizações</i>	(94)	(108)	(13,24)
<i>Tributos</i>	(385)	(398)	(3,21)
<i>Outras Despesas</i>	(3)	-	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	(3.281)	(2.866)	14,50
<i>Pessoal e encargos</i>	(2.309)	(2.014)	14,66
<i>Treinamentos/congressos e seminários</i>	(32)	(23)	38,75
<i>Viagens e estadias</i>	(60)	(64)	(5,18)
<i>Serviços de terceiros</i>	(558)	(469)	19,06
<i>Despesas gerais</i>	(93)	(88)	4,84
<i>Tributos</i>	(228)	(208)	10,06
2.4. Outras Despesas	-	(26)	(99,99)
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	-	-	-
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	(719)	547	(231,57)
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	(719)	547	(231,57)
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	21.460	22.179	(3,24)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO BD-ELOS/
ELETROSUL**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	15.031	13.889	8,22
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.058	4.285	(28,63)
1.1. Receitas	3.058	4.285	(28,63)
<i>Custeio Administrativo da Gestão Previdencial</i>	3	1.464	(99,81)
<i>Custeio Administrativo dos Investimentos</i>	1.174	1.031	13,93
<i>Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos</i>	43	35	23,14
<i>Resultado Positivo Líquido dos Investimentos</i>	1.837	1.754	4,73
<i>Outras Receitas</i>	1	1	(55,16)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.194)	(3.144)	1,59
2.1. Administração Previdencial	(2.019)	(2.103)	(3,97)
2.1.1. Despesas Comuns	(1.783)	(1.596)	11,69
2.1.2. Despesas Específicas	(236)	(506)	(53,35)
<i>Treinamento/congressos e seminários</i>	(6)	-	100,00
<i>Serviços de terceiros</i>	(42)	(238)	(82,19)
<i>Despesas gerais</i>	(82)	(82)	0,34
<i>Depreciações e amortizações</i>	(44)	(58)	(24,47)
<i>Tributos</i>	(62)	(128)	(51,65)
2.2. Administração dos Investimentos	(1.174)	(1.031)	13,93
2.2.1. Despesas Comuns	(1.018)	(885)	14,96
2.2.2. Despesas Específicas	(157)	(146)	7,67
<i>Treinamentos/congressos e seminários</i>	(2)	-	100,00
<i>Serviços de terceiros</i>	(5)	(5)	7,58
<i>Despesas gerais</i>	(7)	(5)	43,10
<i>Tributos</i>	(142)	(136)	4,72
2.3. Outras Despesas	-	(10)	(100,00)
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	-	-	-
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	(135)	1.142	(111,86)
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	(135)	1.142	(111,86)
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	14.896	15.031	(0,90)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO CD-
ELETROSUL**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.569	6.329	(12,00)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.319	1.025	28,72
1.1. Receitas	1.319	1.025	28,72
<i>Custeio Administrativo da Gestão Previdencial</i>	640	41	1.455,61
<i>Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos</i>	39	25	56,52
<i>Resultado Positivo Líquido dos Investimentos</i>	639	957	(33,25)
<i>Outras Receitas</i>	-	1	(58,91)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.131)	(1.784)	19,44
2.1. Administração Previdencial	(1.412)	(1.185)	19,21
2.1.1. Despesas Comuns	(1.243)	(1.066)	16,59
2.1.2. Despesas Específicas	(169)	(118)	42,82
<i>Treinamentos/congressos e seminários</i>	(4)	-	1.346,54
<i>Despesas gerais</i>	(42)	(32)	30,64
<i>Tributos</i>	(123)	(86)	43,09
2.2. Administração dos Investimentos	(719)	(597)	20,45
2.2.1. Despesas Comuns	(710)	(591)	20,03
2.2.2. Despesas Específicas	(9)	(5)	66,50
<i>Treinamentos/congressos e seminários</i>	(2)	-	100,00
<i>Serviços de terceiros</i>	(2)	(2)	7,58
<i>Despesas gerais</i>	(5)	(3)	57,56
2.3. Outras Despesas	-	(3)	(100,00)
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	-	-	-
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	(812)	(759)	6,93
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	(812)	(759)	6,93
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	4.757	5.569	(14,58)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.578	1.414	11,60
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	4.216	3.781	11,51
1.1. Receitas	4.216	3.781	11,51
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.600	2.379	9,28
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.388	1.238	12,10
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	42	36	18,15
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	186	125	48,12
Outras Receitas	1	3	(75,00)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.987)	(3.617)	10,24
2.1. Administração Previdencial	(2.600)	(2.366)	9,88
2.1.1. Despesas Comuns	(2.291)	(2.084)	9,93
2.1.2. Despesas Específicas	(308)	(281)	9,52
Serviços de terceiros	(32)	(25)	27,33
Despesas gerais	(40)	(35)	13,45
Depreciações e amortizações	(50)	(50)	(0,21)
Tributos	(183)	(171)	7,02
Outras Despesas	(3)	-	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	(1.388)	(1.238)	12,10
2.2.1. Despesas Comuns	(1.308)	(1.156)	13,15
2.2.2. Despesas Específicas	(80)	(82)	(2,73)
Serviços de terceiros	(5)	(18)	(74,23)
Tributos	(75)	(64)	17,27
2.3. Outras Despesas	-	(13)	(100,00)
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	-	-	-
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	229	164	25,73
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	229	164	25,73
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	1.807	1.579	14,33

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	1.038.755	961.334	8,05
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.156.740	1.049.574	10,21
1.1. Benefícios Concedidos	781.456	704.117	10,98
Benefício Definido	781.456	704.117	10,98
1.2. Benefícios a Conceder	375.284	345.457	8,63
Benefício Definido	375.284	345.457	8,63
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(141.354)	(108.536)	30,24
2.1. Resultados Realizados	(141.354)	(108.536)	30,24
(-) Déficit técnico acumulado	(141.354)	(108.536)	30,24
3. FUNDOS	8.134	7.172	13,41
3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	8.134	7.172	13,41
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	850	714	19,04
4.1. Gestão Previdencial	819	709	15,43
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	31	5	553,68
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	14.385	12.410	15,92
5.1. Gestão Previdencial	14.385	12.410	15,92

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO CD-ELETROSUL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	617.797	527.655	17,08
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	603.615	515.618	17,07
1.1. Benefícios Concedidos	221.110	201.879	9,53
Contribuição Definida	168.776	154.409	9,30
Benefício Definido	52.334	47.470	10,25
1.2. Benefícios a Conceder	382.505	313.739	21,92
Contribuição Definida	373.933	305.418	22,43
Saldo de contas – parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	252.094	212.550	18,60
Saldo de contas – parcela participantes	121.839	92.868	31,20
Benefício Definido	8.572	8.320	3,03
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	1.277	2.955	(56,80)
2.1. Resultados Realizados	1.277	2.955	(56,80)
Superávit técnico acumulado	1.277	2.955	(56,80)
Reserva de contingência	1.277	2.955	(56,80)
3. FUNDOS	12.621	8.838	42,81
3.1. Fundos Previdenciais	12.621	8.838	42,81
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	284	244	16,28
4.1. Gestão Previdencial	255	169	50,89
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	29	75	(61,59)
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	-	-	-

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	962.323	944.914	1,84
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.065.749	1.139.383	(6,46)
1.1. Benefícios Concedidos	1.239.260	1.168.818	6,03
Benefício Definido	1.239.260	1.168.818	6,03
1.2. Benefícios a Conceder	846	787	7,48
Benefício Definido	846	787	7,48
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(174.358)	(30.223)	476,90
(-) Déficit equacionado	(174.358)	(30.223)	476,90
(-) Patrocinador(es)	(126.912)	(30.223)	319,92
(-) Participantes	(32)	-	100,00
(-) Assistidos	(47.413)	-	100,00
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(126.498)	(215.135)	(41,20)
2.1. Resultados Realizados	(126.498)	(215.135)	(41,20)
(-) Déficit técnico acumulado	(126.498)	(215.135)	(41,20)
3. FUNDOS	3.834	3.608	6,26
3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	3.834	3.608	6,26
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	4.202	1.079	289,35
4.1. Gestão Previdencial	1.205	1.074	12,17
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.997	5	62.959,82
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	15.037	15.979	(5,90)
5.1. Gestão Previdencial	13.464	14.484	(7,04)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.573	1.495	5,18

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais)

1. CONSTITUCIONAL E CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – (ELOS) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, autorizada pela Portaria n.º 1.757, de 20 de agosto de 1979, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 1979, em conformidade com as Leis n.º 108 e 109, de 29 de maio de 2001, regulada pelo Decreto n.º 4.942, de 30 de dezembro de 2003. A Entidade foi instituída pela empresa Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL, hoje denominada ELETROBRAS ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. - (ELETROSUL).

Os recursos de que a ELOS dispõe são oriundos das contribuições vertidas pelas patrocinadoras, ELETROSUL, Tractebel Energia S.A. - (TRACTEBEL) e ELOS, e por seus participantes, como também pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer aos normativos do Conselho Monetário Nacional – (CMN).

A ELOS administra três Planos de Benefícios inscritos no Cadastro Nacional de Plano de Benefício - (CNPB) da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - (PREVIC) e um Plano de Gestão Administrativa.

BD-ELOS/ELETROSUL – CNPB n.º 1974.0002-65, modalidade de benefício definido estruturado em regime financeiro de capitalização, patrocinado pela ELETROSUL e fechado a novas adesões de participantes desde 01 de janeiro de 2010. Os benefícios oferecidos pelo plano são os seguintes:

- I. Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição;
- II. Complementação de Aposentadoria por idade;
- III. Complementação de Aposentadoria por invalidez;

- IV. Complementação de Aposentadoria Especial;
- V. Complementação de Pensão;
- VI. Complementação de Auxílio – Reclusão;
- VII. Auxílio-Funeral por morte de beneficiário;
- VIII. Abono Anual.

BD-ELOS/TRACTEBEL – CNPB n.º 1974.0003-38, modalidade de benefício definido estruturado em regime financeiro de capitalização, patrocinado pela TRACTEBEL e fechado a novas adesões de participantes desde 09 de abril de 2008. Os benefícios abrangidos por este plano são os seguintes:

- I. Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- II. Complementação de Aposentadoria por idade;
- III. Complementação de Aposentadoria por invalidez;
- IV. Complementação de Aposentadoria Especial e do Ex-Combatente;
- V. Complementação de Pensão;
- VI. Complementação de Auxílio – Reclusão;
- VII. Auxílio-Funeral por morte de beneficiário;
- VIII. Abono Anual.

CD-ELETROSUL – CNPB n.º 2009.0037-56, plano ativo de modalidade de contribuição definida, patrocinado pela ELETROSUL e ELOS, estruturado pelo regime financeiro de capitalização individual. O plano inclui também Benefício Proporcional Diferido Saldado (BPDS), que por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, estão estruturados em regime financeiro de capitalização. Os benefícios oferecidos pelo plano são os seguintes:

- I. Benefício de Aposentadoria - Participante;
- II. Benefício de Pecúlio por Incapacidade - Participante;
- III. Benefício de Pecúlio por Morte - Beneficiários;
- IV. Benefício de Auxílio Reclusão - Beneficiários.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA, tem por finalidade registrar as atividades referentes à gestão administrativa da ELOS. O plano possui regulamento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo em 23 de novembro de 2009 por meio da ata n.º 275.

A ELOS possui em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as seguintes quantidades de participantes e idade média:

TIPO	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES						IDADE MÉDIA	
	BD ELOS/ESUL	CD-ELETROSUL	BD - ELOS/TBEL	BD ELOS/ESUL	CD-ELETROSUL	BD-ELOS/TBEL	2015	2014
Ativos	512	528	1.071	1.035	-	-	49	48
Assistidos	738	728	136	131	2.132	2.123	62	60
Benefício Proporcional Diferido - BPD	5	6	7	8	3	3	53	53
TOTAL	1.255	1.262	1.214	1.174	2.135	2.126		

A ELOS não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e observa as disposições previstas na legislação aplicável, utilizando-se dos livros obrigatórios Diário e Razão, além de livros auxiliares.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

2.1 Legislação

As demonstrações contábeis de 2015 e 2014 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), por meio das diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e das normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, através da Resolução MPS/CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações posteriores e pela Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e não circulantes, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

As demonstrações são apresentadas de maneira consolidada e também por cada um dos planos de benefícios quando requerido.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria da ELOS em 07 de abril de 2016, submetendo-se nesta data à aprovação do Conselho Deliberativo e apreciação do Conselho Fiscal.

2.2 Consolidação das Demonstrações

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução MPS/CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011 e a ITG 2001 – Entidades Fechada de Previdência Complementar.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis da ELOS foram realizados os seguintes ajustes e eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Em milhares de Reais

	BD-ELOS/ ELETROSUL	CD-ELETROSUL	BD-ELOS/ TRACTEBEL	PGA	PLANO CONSOLIDADOR
Gestão administrativa - contas a receber	-	-	-	943	(943)
Gestão administrativa - participação no PGA	14.896	4.757	1.807	-	(21.460)
TOTAL DO ATIVO	14.896	4.757	1.807	943	(22.403)
Gestão previdencial - outras exigibilidades	(206)	(157)	(580)	-	943
Fundos - participação no fundo administrativo	(14.896)	(4.757)	(1.807)	-	21.460
TOTAL DO PASSIVO	(15.102)	(4.914)	(2.387)	-	22.403

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas para registrar certos ativos, passivos e outras transações, como, por exemplo, a determinação das taxas de depreciação do ativo imobilizado e as provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras as quais, apesar de refletirem a melhor estimativa e julgamento possível por parte da Administração da ELOS, podem apresentar variações em relação aos dados efetivos, quando realizados. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cuja as probabilidades de êxito foram informadas pela assessoria jurídica da entidade. Anualmente são revisadas as estimativas e as premissas.

As principais práticas contábeis adotadas pela ELOS são:

a. **Apuração do Resultado:** é apurado pelo regime de competência considerando adições provenientes dos recursos coletados e deduções dos recursos utilizados da Gestão Previdencial, as receitas e as despesas da Gestão Administrativa e as variações líquidas dos Fluxos de Investimentos.

O Superávit/Déficit Técnico Acumulado é apurado em consonância com o cálculo das provisões matemáticas para o exercício.

No exercício de 2014 foi criado o ajuste de precificação por meio da Resolução CNPC n.º 16, de 19 de novembro de 2014 que alterou a Resolução MPS/CGPC n.º 26, de 29 de setembro de 2008 e da Instrução MPS/Previc n.º 19, de 4 de fevereiro de 2015. O ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. O ajuste está restrito aos planos da modalidade Benefício Definido ou assemelhado cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros desses títulos sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos dos seus benefícios. O valor desse ajuste em 2014 foi evidenciado no quadro de informações complementares de apuração do equilíbrio técnico ajustado da Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefícios, e a partir de 2015, como parte integrante da referida Demonstração.

b. **Disponível:** registra os recursos financeiros existentes em caixa e bancos conta movimento na data do balanço.

c. **Gestão Previdencial:** registra as adições provenientes das Contribuições da Patrocinadora, Participantes, Autopatrocinados e Assistidos, pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidos(as).

d. **Gestão Administrativa:** em conformidade com a Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais, e regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

Para cobertura do custeio administrativo da Gestão Previdencial (despesas de funcionamento), a ELOS utilizou das seguintes fontes de custeio para o PGA:

Plano BD-ELOS/ELETROSUL: Cobrança realizada por meio da incidência de uma taxa de carregamento correspondente a 12% aplicada sobre as contribuições previdenciárias. O Conselho Deliberativo no exercício anterior autorizou a suspensão da cobrança da taxa de carregamento, bem como a utilização do Fundo Administrativo para cobrir as despesas administrativas vinculadas ao plano até o limite mínimo de 12 vezes o valor da despesa mensal.

Plano CD-ELETROSUL: Para o exercício de 2015 foi utilizado o percentual mensal de 0,018% sobre o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Participante a ser atribuída para cada uma das partes, participante e patrocinadora. Parte das despesas administrativas do PGA desse plano de benefícios está sendo coberta pelo Fundo Administrativo vinculado a esse plano de benefícios.

Plano BD-ELOS/TRACTEBEL: As despesas administrativas previdenciais são reembolsadas integralmente pela patrocinadora TRACTEBEL.

As despesas relacionadas à administração dos investimentos dos planos BD-ELOS/ELETROSUL e BD-ELOS/TRACTEBEL são custeadas mensalmente pelo resultado dos investimentos e taxa de administração dos empréstimos.

e. **Investimentos:** Para a avaliação contábil de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias e das carteiras de fundos de investimentos exclusivos da Fundação ELOS foram observadas a legislação estabelecida pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e para fins de registro foram observados os critérios da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de

2002, que estabeleceu que os respectivos títulos devessem ser registrados pelo valor efetivamente pago e, dependendo de sua categoria, classificados em Títulos para Negociação que devem ser ajustados pelo valor de mercado e em Títulos Mantidos até o Vencimento que devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações, decorrentes de investimentos em ações, foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

aa. **Ativos de Renda Fixa:** Os registros e a avaliação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários integrantes das Carteiras Próprias e de fundos de investimentos exclusivos da ELOS obedecem aos critérios da legislação vigente, que estabelecem que os respectivos títulos devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, dependendo de sua categoria, classificados em: i) Títulos para Negociação, que devem ser ajustados pelo valor de mercado e; ii) Títulos Mantidos até o Vencimento, estes avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescido dos rendimentos pactuados.

bb. **Ações:** corresponde a participação acionária da ELOS em Sociedade de Propósito Específico – SPE. Pela inexistência de um mercado ativo, para os investimentos em fase operacional o valor justo é apurado por meio de análise do fluxo de caixa descontado e para os investimentos em fase pré-operacional a avaliação é dada pelo custo.

cc. **Fundos de Investimentos:** representados por aplicações efetuadas em fundos de investimentos em ações, participações, multimercados e fundos de investimentos em direitos creditórios administrados por instituições financeiras, registrados com base no valor das cotas na data do balanço.

dd. **Investimentos Imobiliários:** são contabilizados pelo custo de aquisição, conforme previsto na legislação, e ajustados pelo valor de mercado com base em reavaliação executada por empresas especializadas, mediante emissão de

laudo técnico conforme anexo A, item 19 da Instrução n.º 34, de 24 de setembro de 2009. A Entidade realiza anualmente a reavaliação dos investimentos imobiliários, dessa forma, está dispensada do registro da depreciação

- ee. **Empréstimos:** representados por empréstimos concedidos a participantes, amortizados pelo Sistema Price, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados, líquidos de provisão para fazer frente a prováveis perdas na realização dos créditos.
- f. **Depósitos Judiciais / Recursais:** representa o total depositado em juízo relativo às contingências das Gestões Previdencial, Administrativa e dos Investimentos.
- g. **Ativo Permanente / Imobilizado:** representado substancialmente por móveis, utensílios, computadores e softwares, contabilizados ao custo de aquisição e deduzidos os valores de depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas estabelecidas.

DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA ANUAL
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	20%
Software	20%

- h. **Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa – PCLD:** A provisão referente aos direitos de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos valores dos créditos vencidos e vincendos, conforme o número de dias de atrasos. Para apuração do saldo da provisão é adotado o percentual estabelecido no anexo A da Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009 utilizando como base para constituição a parcela em atraso mais antiga.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foram adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

PERÍODO DE ATRASO NO RECEBIMENTO DO CRÉDITO	% PARA A PROVISÃO SOBRE OS CRÉDITOS
Entre 61 dias e 120 dias	25%
Entre 121 dias e 240 dias	50%
Entre 241 dias e 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

- i. **Exigível Operacional:** representa as obrigações incorridas e contratadas ainda não pagas.
- j. **Exigível Contingencial:** representa as provisões com reclamatórias de participantes, calculadas com base nas expectativas da Assessoria Jurídica da ELOS, quanto ao desfecho de processos em discussão judicial.
- k. **Patrimônio de Cobertura do Plano:** representa os benefícios concedidos, a conceder, resultados realizados e provisões matemáticas a constituir, com base no demonstrativo atuarial dos Planos de Benefícios da ELOS.
- l. **Benefícios Concedidos:** representa o valor presente dos benefícios concedidos.
 - aa. **Contribuição Definida:** registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada.
 - bb. **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização / Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos:** registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros programados dos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, líquido de suas contribuições.
 - cc. **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização / Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos:** registra, de acordo com nota técnica, o valor atual dos benefícios futuros não programados dos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, líquido de suas contribuições.
- m. **Benefícios a Conceder:** representa o valor presente dos benefícios à conceder.
 - aa. **Contribuição Definida: Saldo de Contas Patrocinadoras - Saldo de Contas Participante:**

Registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, referentes às parcelas de contribuição dos patrocinadores e participantes, acrescida da correspondente rentabilidade.

- bb. **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado / Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados:** registra de acordo com nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros programados a serem pagos pelo plano aos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.
- cc. **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado / Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados:** registra de acordo com nota técnica atuarial, o valor dos benefícios futuros não programados a serem pagos pelo plano aos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.

dd. **Provisões Matemáticas a Constituir:** registra de acordo com nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente a déficit equacionado dos patrocinadores/participantes.

- n. **Fundos:** registra os fundos previdenciais, administrativo e de investimentos, com base nos regulamentos e nota técnica atuarial.

Imposto de Renda na Fonte: a lei de n.º 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações financeiras.

Pis/Cofins: as contribuições de PIS e COFINS são apuradas conforme Instrução Normativa SRF n.º 247, de 21 de novembro de 2002 alterada pelas Instruções Normativas RFB n.º 1.285, de 13 de agosto de 2012 e n.º 1.544, de 26 de janeiro de 2015 que definem a base de cálculo e alíquota para as entidades de previdência complementar e depositadas em juízo.

4. REALIZÁVEL

4.1 Gestão Previdencial

No Balanço Patrimonial, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da Gestão Previdencial é composto da seguinte forma:

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015				2014			
	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL
Contrib. do Mês e s/ 13º Salário	1.450	3.231	459	5.140	1.453	3.164	431	5.048
Contribuições Contratadas (i) e (ii)	46.898	-	40.645	87.543	44.241	-	39.194	83.435
Outros Créditos a Receber (ii)	-	36	-	36	-	5	2	7
Depósitos judiciais	3.160	-	2.810	5.969	2.659	-	3.086	5.745
TOTAL	51.508	3.267	43.915	98.689	48.353	3.169	42.713	94.235

(i) Composição das Contribuições das Contratadas:

Em milhares de Reais

COMPOSIÇÃO	ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO E TAXA DE JUROS ANUAIS	VALOR DA PARCELA 12/2015	2015	2014
PLANO BD-ELOS/ELETROSUL				
Reserva Matemática - Serviço Passado (a)	INPC + 6%	106	9.014	8.892
Recomposição de Reserva Matemática (b)	INPC + 6%	42	5.386	5.022
Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios de Geração Atual (c)	INPC + 6%	249	32.498	30.327
SUBTOTAL		397	46.898	44.241
PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL				
Reserva Matemática - Serviço Passado (d)	INPC + 6%	298	22.920	22.624
Piso Mínimo (e)	INPC + 6%	466	4.592	4.324
Recomposição de Reserva Matemática (f)	INPC + 6%	103	13.133	12.246
SUBTOTAL		867	40.645	39.194
TOTAL		1.264	87.543	83.435

Todos os contratos são calculados pela Tabela Price. INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As contribuições contratadas para a ELETROSUL são sumariadas da seguinte forma:

- a. **Reserva Matemática Contratada – Serviço Passado:** contratado em 1 de abril de 2008, para ser liquidado em 192 parcelas mensais até dezembro 2023.
- b. **Recomposição de Reserva Matemática** – Contrato assinado em 19 de agosto de 2011 para ser liquidado em 252 parcelas mensais com vencimento todo dia 25 de cada mês.
- c. **Contribuições da Patrocinadora sobre Benefícios de Geração Atual:** contratado no exercício por meio do aditivo n.º 1 em 26 de abril de 2012 para ser liquidado em 240 parcelas mensais até abril de 2032, vencimento sempre no 5º dia útil de cada mês.

As contribuições contratadas para a TRACTEBEL são sumariadas da seguinte forma:

- d. **Reserva Matemática Contratada – Serviço Passado:** contratado em 27 de março de 2006 para ser liquidado em 212 parcelas mensais até novembro de

2023, com vencimento todo 5º dia útil de cada mês subsequente ao de competência.

- e. **Piso Mínimo** – Contrato assinado em 12 de janeiro de 2009 para serem liquidadas em 21 parcelas anuais, com vencimento sempre no 5º dia útil de janeiro de cada ano subsequente ao de competência.
- f. **Recomposição de Reserva Matemática** – Contrato assinado em 18 de julho de 2011 para ser liquidado em 252 parcelas mensais com vencimento todo dia 25 de cada mês.

Garantia dos recursos a receber de contribuições contratadas

Em garantia do cumprimento das obrigações contratuais, as patrocinadoras assinaram contrato de constituição de garantia ou outorgaram procuração por instrumento público em favor da ELOS autorizando transferir os valores existentes em contas bancárias da(s) patrocinadora(s) para o recebimento direto dos valores vencidos e não pagos mediante aviso formal com antecedência de 30 dias.

(ii) Outros Créditos a receber:

Em atendimento à letra "k", do item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas "OUTROS" são:

Conta 1.2.1.1.04.99 – Outros Recursos a Receber – contempla os contratos de Recomposição de Reserva Matemática, Contribuição da Patrocinadora s/ Benefício de Geração Atual e Piso Mínimo.

Conta 1.2.1.1.99 – Outros Recursos a Receber

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015				2014			
	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL
Créditos com Patrocinadora	-	36	-	36	-	5	-	5
Créditos com Participantes	-	-	-	-	-	-	2	2
TOTAL	-	36	-	36	-	5	2	7

4.2 Gestão Administrativa

No Balanço Patrimonial, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da Gestão Administrativa é composto da seguinte forma:

Em milhares de Reais

	2015	2014
Responsabilidade dos Empregados	52	38
Despesas Antecipadas	2	23
Depósito judicial / recursal – Administrativo	3.742	3.281
Credores Serviços de terceiros, Patrocinadora e seguros a receber	49	47
TOTAL	3.845	3.389

5. INVESTIMENTOS

Os limites de investimentos da ELOS são estabelecidos pela Resolução BACEN n.º 3.792, de 24 de setembro de 2009 alterada pelas Resoluções BACEN n.º 3.846, de 25 de março de 2010 e n.º 4.275, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional, que determina como devem ser aplicados os recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e também estão de acordo com a Política de Investimento aprovada na ATA n.º 324 de 02 de dezembro de 2014, pelo Conselho Deliberativo da ELOS. A Entidade adota a estrutura MULTIFUNDO para todos os planos de benefícios, situação que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios. A ELOS está enquadrada nos limites estabelecidos no regulamento anexo à referida resolução.

5.1 Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	2015	2014
RENDA FIXA		
<i>Títulos de Responsabilidade do Governo Federal</i>		
Notas do Tesouro Nacional – NTN (Carteira Própria)	1.522.425	1.219.488
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (Carteira Própria)	120.592	116.384
SUBTOTAL	1.643.017	1.335.872
<i>Títulos de Responsabilidade de Governo Estadual</i>		
Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (i)	-	3.024
Provisão para Perdas - LFT (i)	-	(3.024)
SUBTOTAL	-	-
<i>Aplicações em Instituições Financeiras</i>		
Certificados de Depósito Bancário	4.929	4.929
Provisão para Perdas com Certificados de Depósito Bancário	(4.929)	(4.929)
Depósito a prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	124.856	106.270
Fundos de Investimentos – FI	333.263	475.401
Fundos Investimentos Direitos Creditórios	18.415	15.585
Debêntures não Conversíveis	1.899	1.899
Provisão para Perdas - Debêntures	(1.899)	(1.899)
SUBTOTAL	476.534	597.256
<i>Títulos de Empresas</i>		
Debêntures Conversíveis – Fenícia Par	2.363	2.363
Provisão para Perdas - Debêntures	(2.363)	(2.363)
SUBTOTAL	-	-
SUBTOTAL	2.119.551	1.933.128
RENDA VARIÁVEL		
<i>Mercado de Ações</i>		
Fundos de Investimentos em ações (ii)	192.471	224.535
SUBTOTAL	192.471	224.535

<i>Sociedade de Propósito Específico</i>		
Sociedades de Propósito Específico – SPE	47.789	39.100
Subtotal	47.789	39.100
SUBTOTAL	240.260	263.635
ESTRUTURADO		
<i>Fundos de Participações</i>		
Fundos de Participações	12.120	29.494
SUBTOTAL	12.120	29.494
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		
Edificações para Uso Próprio	5.508	4.087
Edificações Locadas a Patrocinadora	45.308	42.091
Edificações Locadas a Terceiros	29.870	24.998
SUBTOTAL	80.686	71.176
EMPRÉSTIMOS		
Empréstimos	74.756	63.143
Provisão para Perdas	(379)	(381)
SUBTOTAL	74.377	62.762
DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS – INVESTIMENTO		
Depósitos Judiciais / Recursais – (Conforme nota n. 8)	1.572	1.495
SUBTOTAL	1.572	1.495
OUTROS REALIZÁVEIS		
Precatório – Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - LTESC (i)	13.258	-
Subtotal	13.258	-
TOTAL	2.541.824	2.361.690

• **Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - LTESC:** A Entidade adquiriu em 08 de novembro de 1996, 1.855 Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, desembolsando à época a quantia de R\$ 1.999 mil, com vencimento previsto para 01 de agosto de 1998. O pagamento de tais papéis não foi honrado pelo Estado de Santa Catarina em seu vencimento, fato este que motivou o reconhecimento da provisão para crédito de liquidação duvidosa do valor contábil (PCLD), como também a abertura de um litígio pela Elos.

Em 20 de janeiro de 2010, foi expedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) a Requisição de Pagamento de Precatório no montante de R\$ 13.551 mil junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, relativo ao processo n.º 023.01.032963-6/003, com

trânsito em julgado na ação judicial movida pela ELOS para reivindicar o pagamento dos referidos títulos.

Até o exercício anterior a Fundação tratava esse assunto como "Ativo Contingente", e, em recente decisão do Juízo da Vara de Execuções contra a Fazenda Pública e Precatórios, atendendo ao pedido do Procurador Geral do Estado, foi sobrestado pagamento superior à quantia de R\$ 10.916 mil, frente ao valor de R\$ 13.551 mil (valor de inicial do precatório) expedido anteriormente pelo TJSC. Considerando que a parte contrária, manifestou-se favorável ao pagamento de R\$ 10.916 mil, a Diretoria Executiva da ELOS por meio da Ata RDE n.º 034 de 22 de dezembro de 2015, respaldado na opinião técnica da assessoria jurídica da entidade, autorizou o reconhecimento contábil do valor incontroverso

atualizado do precatório que no final de 2015 perfazia o montante de R\$ 13.258 mil (valor de face inicial - R\$ 10.916 mil).

O valor reconhecido na rubrica 1.2.3.9.00.00.00 – Outros Realizáveis foi rateado entre os Planos de benefícios BD-ELOS/ELETROSUL e BD-ELOS/TRACTEBEL, conforme disposto no “Termo de Acordo de Separação dos Ativos e Passivos da ELOS”, firmado em 06 de abril de 2000 e “Termo de Liquidação do Conta Corrente que entre si celebram a Eletrosul e a Tractebel Energia com interveniência da ELOS”, firmado em 11 de dezembro de 2002, proporcional aos percentuais estabelecidos nos referidos instrumentos, quais sejam, 19,2138% do valor total pertencem ao BD-ELOS/ELETROSUL e 80,7862% ao plano BD-ELOS/TRACTEBEL. Do valor pertencente ao plano BD-ELOS/TRACTEBEL, 25,7866% foi reconhecido no exigível operacional para transferência da parcela pertencente à PREVIG, que somente ocorrerá quando do efetivo recebimento dos valores pela ELOS. O percentual foi apurado segundo o critério de rateio determinado pelo “Termo de Acordo para transferência parcial dos Direitos e Obrigações do Plano de Benefícios de Responsabilidade da Tractebel Energia na ELOS para o gerenciamento da PREVIG”, de 05 de janeiro de 2003 e “Termo de Transferência que entre si celebram a ELOS e a PREVIG com interveniência anuência da Tractebel Energia”, firmado em 31 de janeiro de 2008.

- **Fundos de investimentos em Ações:** A composição dos investimentos em renda variável em 2015 inclui também papéis com características de renda fixa, no montante R\$ 29.540 mil (R\$ 2.913 mil em 2014).

5.2 Composição da Carteira de Investimentos Segundo os Prazos

No quadro abaixo demonstramos a composição da carteira de investimentos, segundo os prazos de vencimento, conforme Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002.

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	2015	2014
RENDA FIXA		
Aplicações em Instituições Financeiras e Títulos públicos		
<i>Sem Prazo</i>		
Operações Compromissadas – ADELIC	63.043	60.825
Subtotal	63.043	60.825
<i>Até 1 ano</i>		
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	19.681	60.571
Letras Tesouro Nacional – LTN	5.997	1.887
Nota Tesouro Nacional Série B – NTN-B	44.887	40.848
Subtotal	70.565	103.306
<i>De 1 a 2 anos</i>		
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	25.086	23.864
Nota Tesouro Nacional Série F – NTN-F	100	-
Nota Tesouro Nacional Série B – NTN-B	45.069	49.786
Subtotal	70.255	73.650
<i>Acima de 2 anos</i>		
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	161.454	228.855
Nota Tesouro Nacional Série B – NTN-B	1.527.284	1.256.973
Nota Tesouro Nacional Série F – NTN-F	-	100
Subtotal	1.688.738	1.485.928
Contas a Pagar / Receber / Tesouraria	199	124
Subtotal	199	124
<i>Títulos de Empresas</i>		
Certificado de Depósito Bancário	1.920	10.611
Certificado de Recebíveis Imobiliários	7.748	5.519
Depósito à Prazo com Garantia Especial	129.407	115.493
Debêntures	33.622	31.351
Fundo de Investimento em Direito Creditório	18.415	15.585
Letra Financeira	35.639	30.736
Subtotal	226.751	209.295
TOTAL	2.119.551	1.933.128
RENDA VARIÁVEL		
Fundos de Investimentos em ações	192.471	224.535
Sociedade de Propósito Específico	47.789	39.100
Subtotal	240.260	263.635
TOTAL	2.359.811	2.196.763

5.3 Gestores

Os gestores e administradores dos fundos de investimento, que compõem a carteira de renda fixa e renda variável, são apresentados a seguir:

Em milhares de Reais

GESTORES	2015	2014
HSBC Bank Brasil S/A	187.668	172.767
BNP Paribas Asset Management Brasil S/A	26.190	27.281
Sulamerica Invest. De Títulos e Valores Mobiliários S.A	67.163	147.676
ARX Investimentos Ltda.	83.752	250.017
Fator Administração de Recursos S.A	7.424	11.883
Vinci Partners	87.084	49.895
Tarpon Investimentos S/A	7.011	8.271
Rio Bravo Investimentos	12.121	29.494
AZ Quest Investimentos	8.926	9.543
Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda	9.287	-
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda	16.883	-
Itaú Unibanco S.A	34.391	30.840
Votorantim Asset Management	8.369	7.348
TOTAL	556.269	745.015

5.4 Custódia dos Títulos e Valores Mobiliários

Em milhares de Reais

CUSTÓDIA	2015	2014
Fundos de Investimentos de Renda Fixa e Renda Variável		
Banco Bradesco S.A.	88.190	130.281
Caixa Econômica Federal	25.064	23.313
Banco BTG Pactual S.A.	-	9.543
Itaú Unibanco S.A.	425.720	574.530
Citibank	8.369	7.348
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	8.926	-
Subtotal	556.269	745.015
Títulos Públicos Federais / Créditos Privados e Depósitos – Carteira Própria		
Itaú Unibanco S.A.	1.767.873	1.442.142
Subtotal	1.767.873	1.442.142
TOTAL	2.324.142	2.187.157

5.5 Títulos Públicos Federais / Créditos Privados e Depósitos

Atendendo as disposições estabelecidas no art. 8 da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 22, de 25 de setembro de 2006, apresentamos a seguir os Títulos e Valores Mobiliários mantidos pela ELOS de acordo com as seguintes categorias de classificação, valores definidos pela Marcação na Curva e a Mercado, considerando a data base 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

a. Plano BD-ELOS/ELETROSUL

Em milhares de Reais

TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	2015			2014		
		CURVA	MERCADO	TOTAL	CURVA	MERCADO	TOTAL
NTN-B	15/05/2015	-	-	-	-	19.768	19.768
DPGE	06/07/2016	-	15.149	15.149	-	12.990	12.990
DPGE	07/07/2016	-	15.182	15.182	-	13.024	13.024
DPGE	21/11/2016	-	6.789	6.789	-	5.754	5.754
NTN-B	15/05/2017	-	-	-	-	40.193	40.193
LFT	01/03/2018	-	3.702	3.702	-	3.269	3.269
NTN-B	15/08/2018	22.982	-	22.982	20.751	-	20.751
NTN-B	15/08/2022	101.042	-	101.042	53.919	-	53.919
NTN-B	15/08/2024	-	-	-	-	45.767	45.767
NTN-B	15/08/2030	147.256	-	147.256	45.483	-	45.483
NTN-B	15/05/2035	14.553	-	14.553	13.175	-	13.175
NTN-B	15/08/2040	132.824	-	132.824	61.811	-	61.811
NTN-B	15/05/2045	-	690	690	-	54.091	54.091
NTN-B	15/08/2050	169.206	-	169.206	71.309	33.478	104.786
TOTAL		587.863	41.512	629.375	266.448	228.333	494.781

b. Plano CD-ELETROSUL

Em milhares de Reais

TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	2015			2014		
		CURVA	MERCADO	TOTAL	CURVA	MERCADO	TOTAL
NTN-B	15/05/2015	-	-	-	-	14.825	14.825
DPGE	06/07/2016	-	7.604	7.604	-	6.541	6.541
LFT	07/09/2016	-	19.251	19.251	-	16.997	16.997
DPGE	21/11/2016	-	8.519	8.519	-	7.204	7.204
NTN-B	15/05/2017	22.417	12.928	35.345	20.296	11.807	32.103
LFT	01/03/2019	-	93.336	93.336	-	96.118	96.118
NTN-B	15/05/2019	16.939	21.402	38.341	-	9.752	9.752
NTN-B	15/08/2020	18.577	5.145	23.722	16.753	-	16.753
LFT	01/09/2021	-	4.302	4.302	-	-	-
NTN-B	15/08/2022	27.584	-	27.584	24.864	-	24.864
NTN-B	15/08/2024	39.365	3.736	43.101	35.472	3.639	39.111
NTN-B	15/05/2035	21.252	3.462	24.714	19.174	3.550	22.724
NTN-B	15/05/2045	27.299	-	27.299	24.657	-	24.657
NTN-B	15/08/2050	43.744	-	43.744	39.535	-	39.535
NTN-B	15/05/2055	13.951	-	13.951	-	-	-
TOTAL		231.128	179.685	410.813	180.751	170.434	351.185

c. Plano BD-ELOS/TRACTEBEL

Em milhares de Reais

TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	2015			2014		
		CURVA	MERCADO	TOTAL	CURVA	MERCADO	TOTAL
DPGE	28/09/2016	-	17.649	17.649	-	14.924	14.924
DPGE	30/09/2016	-	3.534	3.534	-	3.015	3.015
DPGE	03/10/2016	-	14.137	14.137	-	12.021	12.021
DPGE	03/11/2016	27.774	-	27.774	23.547	-	23.547
DPGE	21/11/2016	8.519	-	8.519	7.250	-	7.250
NTN-B	15/08/2016	37.348	-	37.348	33.922	-	33.922
NTN-B	15/05/2017	9.026	-	9.026	8.175	-	8.175
NTN-B	15/08/2018	39.942	-	39.942	36.087	-	36.087
NTN-B	15/08/2020	10.428	-	10.428	9.412	102.430	111.843
NTN-B	15/08/2022	71.382	-	71.382	64.405	-	64.405
NTN-B	15/08/2024	7.206	-	7.206	-	-	-
NTN-B	15/08/2030	201.503	-	201.503	7.724	115.566	123.290
NTN-B	15/05/2035	109.083	-	109.083	-	-	-
NTN-B	15/08/2040	79.502	823	80.325	60.043	31.983	92.025
NTN-B	15/05/2045	37.641	248	37.889	-	18.732	18.732
NTN-B	15/08/2050	51.940	-	51.940	46.938	-	46.938
TOTAL		691.294	36.391	727.685	297.504	298.671	596.175

d. Consolidado ELOS – Carteira Própria

Em milhares de Reais

TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	2015			2014		
		CURVA	MERCADO	TOTAL	CURVA	MERCADO	TOTAL
NTN-B	15/05/2015	-	-	-	-	34.593	34.593
DPGE	06/07/2016	-	22.753	22.753	-	19.531	19.531
DPGE	07/07/2016	-	15.182	15.182	-	13.024	13.024
NTN-B	15/08/2016	37.348	-	37.348	33.922	-	33.922
LFT	07/09/2016	-	19.251	19.251	-	16.997	16.997
DPGE	28/09/2016	-	17.649	17.649	-	14.924	14.924
DPGE	30/09/2016	-	3.534	3.534	-	3.015	3.015
DPGE	03/10/2016	-	14.137	14.137	-	12.021	12.021
DPGE	03/11/2016	27.774	-	27.774	23.547	-	23.547
DPGE	21/11/2016	8.519	15.308	23.827	7.250	12.957	20.208
NTN-B	15/05/2017	31.443	12.928	44.371	28.471	52.000	80.471
LFT	01/03/2018	-	3.702	3.702	-	3.269	3.269
NTN-B	15/08/2018	62.924	-	62.924	56.838	-	56.838
LFT	01/03/2019	-	93.336	93.336	-	96.118	96.118
NTN-B	15/05/2019	16.939	21.402	38.341	-	9.752	9.752
NTN-B	15/08/2020	29.005	5.145	34.150	26.166	102.430	128.596
LFT	01/09/2021	-	4.302	4.302	-	-	-
NTN-B	15/08/2022	200.008	-	200.008	143.189	-	143.189
NTN-B	15/08/2024	46.571	3.736	50.307	35.472	49.406	84.878
NTN-B	15/08/2030	348.760	-	348.760	53.207	115.566	168.773
NTN-B	15/05/2035	144.888	3.462	148.350	32.349	3.550	35.899
NTN-B	15/08/2040	212.326	823	213.149	121.854	31.983	153.837
NTN-B	15/05/2045	64.940	938	65.878	24.657	72.823	97.480
NTN-B	15/08/2050	264.889	-	264.889	157.781	33.478	191.259
NTN-B	15/05/2055	13.951	-	13.951	-	-	-
TOTAL		1.510.285	257.588	1.767.873	744.703	697.439	1.442.142

O valor da curva dos títulos mantidos até o vencimento foi obtido segundo informações do sistema de controle de carteiras utilizado pela ELOS, enquanto o valor de mercado dos títulos marcados a mercado foi apurado com base em dados divulgados pela ANBIMA.

Foi aprovado em 24 de março de 2015 por meio da ata n.º 327 do Conselho Deliberativo a efetivação do estudo de Asset Liability Management – ALM para os planos de benefícios BD-ELOS/ELETROSUL e BD-ELOS/TRACTEBEL, com o objetivo de otimizar a aplicação de recursos de uma entidade, dadas as características de seus passivos.

A manutenção de títulos até o vencimento está consubstanciada na capacidade financeira da ELOS de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis. A ELOS, em conformidade com o art. 9º da resolução CGPC n.º 4 de 30 de janeiro de 2002, alterada pela resolução CGPC n.º 22 de 25 de setembro de 2006, afirma possuir a capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

5.6 Emissores dos Créditos privados e Depósitos

Os emissores dos créditos privados/depósitos, que compõem a carteira de renda fixa, são apresentados a seguir:

Em milhares de Reais

EMISSORES	2015			2014					
	DPGE	BD-ELOS/ ESUL	CD- ESUL	BD-ELOS/ TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ ESUL	CD- ESUL	BD-ELOS/ TBEL	TOTAL
Banco Mercantil do Brasil		7.573	-	10.579	18.152	6.476	-	8.928	15.404
Banco BMG		7.576	-	10.444	18.020	6.514	-	8.849	15.363
Banco Fibra		7.599	7.604	3.465	18.668	6.537	6.541	2.939	16.017
BIC Banco		7.583	-	10.534	18.117	6.487	-	8.883	15.370
Banco Bonsucesso		6.789	-	10.395	17.184	5.754	-	8.817	14.571
Banco Pine		-	8.519	8.519	17.038	-	7.204	7.250	14.454
Banco Sofisa		-	-	17.677	17.677	-	-	15.091	15.091
TOTAL		37.120	16.123	71.613	124.856	31.768	13.745	60.757	106.270

5.7 Participação acionária em Sociedades de Propósito Específico – SPE

Corresponde a investimentos realizados pelos planos de benefícios em participação acionária em Sociedades de Propósito Específico – SPE.

- a. **SPE Uirapuru Transmissora de Energia Elétrica S.A.:** Refere-se a participação acionária da ELOS de 25% no capital social da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Uirapuru Transmissora de Energia S.A. No exercício foram recebidos R\$ 2.700 mil provenientes de dividendos e o saldo final em 31 de dezembro de 2015 do referido investimento corresponde a R\$ 17.091 mil para o plano BD-ELOS/ELETROSUL e R\$ 7.341 mil para o CD-ELETROSUL.
- b. **SPE Livramento Holding S.A.:** Corresponde a participação acionária de 6,47% no capital social da SPE Complexo Eólico de Santana do Livramento. No exercício foi alienada à Eletrosul a totalidade das

ações detidas e integralizadas pela ELOS, corrigidas e atualizadas pela Meta Atuarial do plano BD-ELOS/ELETROSUL, desde a data da integração até a data do pagamento, conforme previsto no Acordo Global de Acionistas. A Diretoria Executiva da ELOS seguindo a recomendação do Conselho Deliberativo contida nas Atas n.º 321 e n.º 328 de 30 de julho de 2014 e 01 de junho de 2015, respectivamente, enviou a carta CE SUP – 0285/2015 formalizando a intenção da ELOS em exercer o direito de venda de sua participação à Eletrosul, conforme previsto na cláusula 9.1.7 do Acordo Global de Acionistas, incluída a partir de 04 de dezembro de 2013 por decisão da Assembleia Geral Extraordinária. A carta enviada apresenta o valor das ações corrigidas até 21 de dezembro de 2015 na quantia total de R\$ 23.235 mil, e concede o prazo de até 30 (trinta) dias para manifestação da patrocinadora sobre o prazo necessário para aprovação junto aos seus órgãos de governança

internos para liquidação e definição negociada entre as partes, acerca da forma do efetivo pagamento da opção de venda exercida pela ELOS, tendo naquela oportunidade apresentado renúncia coletiva dos seus indicados aos Conselhos de Administração e Fiscal. A Diretoria executiva da ELOS por meio da ata n.º 002 de 18 de janeiro de 2016, autorizou o reconhecimento contábil do valor atualizado a receber, que no final do exercício corresponde R\$ 16.339 mil e R\$ 7.018 mil para os planos BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL, respectivamente.

Até que a Entidade receba a confirmação por parte da Eletrosul sobre o recebimento dos valores acima citado, será mantida a classificação desses valores como investimentos em ações.

- c. **Representantes nos Conselhos das SPEs:** A ELOS possui representantes nos Conselhos de Administração e Fiscal nas SPEs em que mantém participação acionária. Abaixo apresentamos a quantidade de representantes no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

TIPO / NATUREZA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL	
	TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
SPE Uirapuru Transmissora de Energia Elétrica S.A	1	1	1	1
SPE Livramento Holding S.A	1	1	1	1
TOTAL	2	2	2	2

5.8 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Representa a parcela dos recursos dos planos de benefícios aplicados no segmento de imóveis.

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	2015	2014
EDIFÍCIO PARA USO PRÓPRIO (SEDE ELOS)	5.508	4.087
EDIFICAÇÕES PARA RENDA	75.178	67.089
Imóvel Locado à Patrocinadora ELETROSUL (CRSC)	45.308	42.091
Imóvel Locado a Terceiros - Condomínio Centro Século XXI	29.870	24.998
TOTAL	80.686	71.176

Reavaliação de Imóveis

Todos os imóveis que compõem a carteira imobiliária foram reavaliados no exercício de 2015 a preços de mercado, o resultado das reavaliações foi de R\$ 9.406 mil no exercício, conforme segue:

a. Edificações para uso próprio

Corresponde ao imóvel situado no município de Florianópolis/SC, usado como sede da Fundação ELOS alocado ao plano BD-ELOS/TRACTEBEL. Em 27 de novembro de 2015 o empreendimento foi reavaliado pela Avalisc Engenharia de Avaliações SS

Ltda que emitiu laudo com valor de mercado de R\$ 5.508 mil, representando uma valorização no exercício de R\$ 1.420 mil, apropriado nas rubricas 5.1.6.4.01.00.00 e 5.2.6.4.01.00.00. O prazo de vida útil remanescente do empreendimento foi estimado em 70 anos.

a. Edificações locadas à patrocinadora

Refere-se ao imóvel situado no município de São José/SC, o qual se encontra locado a Patrocinadora ELETROSUL alocado nos planos de benefícios BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL. O imóvel

foi reavaliado em 25 de novembro de 2015 pela Avalisc Engenharia de Avaliações SS Ltda que emitiu laudo com valor de mercado de R\$ 45.190 mil e motivou um resultado de R\$ 3.210 mil no exercício, apropriado na rubrica 5.1.6.4.02.00.00. O prazo de vida útil econômica remanescente do imóvel foi estimado em 41 anos.

b. Edificações locadas a terceiros

Trata-se de um investimento imobiliário Centro Século XXI, edifício comercial localizado na cidade

de Curitiba/PR alocado nos planos de benefícios BD-ELOS/TRACTEBEL, BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL. O imóvel foi reavaliado em 25 de novembro de 2015 pela Decatur Engenharia e Avaliações Ltda que emitiu laudo com valor de mercado de R\$ 29.759 mil e representou uma valorização no exercício de R\$ 4.776 mil apropriado na rubrica 5.1.6.4.03.00.00. O prazo de vida útil remanescente do empreendimento foi estimado em 48 anos.

5.9 EMPRÉSTIMOS

Representa as operações de empréstimos concedidos aos participantes de acordo com o regulamento registrados pelo valor original, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, líquidos de provisão para cobrir possíveis perdas de créditos de liquidação duvidosa - PCLD:

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	2015				2014			
	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL
Empréstimos	26.993	19.075	28.688	74.756	23.188	14.892	25.063	63.143
(-) PCLD	(52)	(19)	(308)	(379)	(93)	(23)	(265)	(381)
TOTAL	26.941	19.056	28.380	74.377	23.095	14.869	24.798	62.762

5.10 PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD

Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa – PCLD: A ELOS mantém constituída provisão para fazer frente a perdas na realização dos seguintes investimentos:

a. Títulos e valores mobiliários: correspondente à totalidade das aplicações relacionadas:

Em milhares de Reais

TIPO / NATUREZA	2015			2014		
	BD-ELOS/ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL
Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina	-	-	-	(581)	(2.443)	(3.024)
Certificado de Depósito Bancário - Crefisul	(947)	(3.982)	(4.929)	(947)	(3.982)	(4.929)
Debêntures Conversíveis - Feniciapar	(454)	(1.909)	(2.363)	(454)	(1.909)	(2.363)
Debêntures não Conversíveis - Crefisul	(365)	(1.534)	(1.899)	(365)	(1.534)	(1.899)
TOTAL	(1.766)	(7.425)	(9.191)	(2.347)	(9.868)	(12.215)

b. **Empréstimos:** no exercício foi constituída provisão líquida para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 27 mil referente a parcelas de empréstimos inadimplentes, conforme Instrução Normativa n.º 34 de 24 de setembro de 2009.

Em milhares de Reais

PERÍODO DE ATRASO	VALORES VENCIDOS 2015	% DE PROVISÃO	2015	2014
De 61 a 120 dias	9	25%	2	4
De 121 a 240 dias	20	50%	10	11
De 241 a 360 dias	15	75%	11	17
Acima de 360 dias	356	100%	356	349
TOTAL	400		379	381

5.11 PERFIS DE INVESTIMENTO – PLANO CD-ELETROSUL – CNPB 2009.0037-56

A ELOS em 2014 passou a oferecer aos participantes vinculados ao plano de benefícios CD-ELETROSUL (parte do plano referente ao CD PURO) perfis de investimento, conforme disposto na Ata do Conselho Deliberativo n.º 316 de 26 de fevereiro de 2014. O objetivo é fornecer ao participante a opção de escolha pelo perfil de investimento, na forma definida pelo Conselho Deliberativo, que melhor atende as suas necessidades e expectativas. Abaixo apresentamos a composição dos perfis de investimentos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

TIPOS DE PERFIS	QTDE DE PARTICIP. 2015	QTDE DE PARTICIP. 2014	VOLUME DE RECURSOS 2015	VOLUME DE RECURSOS 2014	RENTABILIDADE 2015	RENTABILIDADE 2014
AI	102	97	122.688	110.793	13,58%	11,46%
AII	24	23	46.215	43.735	10,36%	9,74%
BI	156	99	96.839	45.595	13,30%	9,84%
BII	862	890	258.507	246.689	11,60%	8,57%
BIII	60	52	15.531	10.133	10,08%	7,30%
TOTAL	1.204	1.161	539.780	456.945		

Limites por Perfil de Investimentos

SEGMENTO	AI	AII	BI	BII	BIII
Renda Fixa	94,00%	84,00%	82,00%	72,00%	62,00%
Renda Variável	0,00%	8,00%	8,00%	18,00%	28,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Imóveis	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Operações com Participantes	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%

Os perfis de investimento AI e AII são oferecidos exclusivamente para os participantes Assistidos e os demais perfis são exclusivos dos participantes Ativos.

6. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos do referido grupo estão demonstrados a seguir:

TIPO / NATUREZA	TAXA DE DEPRECIÇÃO ANUAL (%)	SALDO 2014	ADIÇÃO (+)	DEPRECIÇÃO AMORTIZAÇÃO (-)	BAIXA (-)	SALDO 2015
Permanente		325	64	94	3	292
Imobilizado		325	64	94	3	292
Móveis e Utensílios	10	124	4	26	2	100
Máquinas e Equipamentos	10	110	2	27	1	84
Equip. de Informática	20	57	50	27	-	81
Software	20	34	8	14	-	27

7 EXIGÍVEL OPERACIONAL

No Balanço Patrimonial, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos das Gestões Previdencial, Administrativa e de Investimento são compostos da seguinte forma:

7.1 Gestão Previdencial

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015				2014			
	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL	BD-ELOS/ESUL	CD-ESUL	BD-ELOS/TBEL	TOTAL
Benefícios a pagar	-	-	-	-	15	-	22	37
Retenções a recolher	669	183	546	1.398	604	160	507	1.271
TOTAL	669	183	546	1.398	619	160	529	1.308

7.2 Gestão Administrativa

Em milhares de Reais

	2015	2014
Obrigações Trabalhistas	139	132
Provisões de Férias e encargos	516	353
Retenções a Recolher	80	65
Tributos a recolher	105	92
Prestadores de Serviços (i)	804	603
TOTAL	1.644	1.245

- Em atendimento à letra "k", do item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, segue detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas "OUTROS":

Conta 2.1.2.9.00.00.00 – Outras Exigibilidades

Em milhares de Reais

	2015	2014
Seguros a Pagar	520	451
Outros valores a pagar	1	1
TOTAL	521	452

7.3 Investimentos

Do valor de R\$ 3.058 mil que a Entidade possui classificado no exigível operacional de investimentos, R\$ 2.762 mil refere-se ao reconhecimento do valor incontroverso do precatório das Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, conforme descrito na nota 5.1 item (i), correspondente ao valor a transferir à PREVIG conforme critério de rateio determinado pelo "Termo de Acordo para transferência parcial dos Direitos e Obrigações do Plano de Benefícios de Responsabilidade da Tractebel Energia na ELOS para o gerenciamento da PREVIG", que somente ocorrerá quando do efetivo recebimento dos valores pela ELOS. Do valor a ser transferido à PREVIG, serão descontados os custos, honorários e despesas incorridas para a manutenção do processo. Adicionalmente, o valor de R\$ 296 mil corresponde a IOF provisionado de aplicações financeiras e operações de empréstimos realizados a participantes.

8 EXIGÍVEL CONTINGÊNCIAL

a. Gestão Previdencial

As Provisões para Contingências Passivas referem-se aos processos de natureza cível e trabalhistas relacionados aos planos de benefícios nos quais a ELOS é parte no pólo passivo, e foram classificadas pela Assessoria Jurídica segundo a probabilidade de perda conforme abaixo:

Em milhares de Reais

	2015	2014
Perda provável	27.849	26.894
(-) Depósitos Judiciais / Recursais (i)	(5.970)	(5.746)
Perda Provável	21.879	21.148
Perda possível (ii)	18.059	10.967

(i) Os saldos de depósitos judiciais / recursais são registrados em rubricas contábeis específicas do grupo gestão previdencial do Ativo conforme estabelecido na Instrução PREVIC n.º 5, de 8 de setembro de 2011.

(ii) Referem-se aos valores totais de provisões classificadas como perda possível segundo avaliação das probabilidades das ações judiciais em andamento, realizados pela assessoria jurídica da ELOS.

b. Gestão Administrativa – PIS/COFINS

A ELOS impetrou o Mandato de Segurança n.º 2007.72.00.001216-7/SC contra o Delegado da Receita Federal em Santa Catarina, visando garantir o direito

líquido e certo de não se sujeitar ao recolhimento das contribuições PIS/COFINS, por ser uma Entidade Fechada de Previdência Complementar que não auferir receitas próprias ou possui faturamento. Embasada em decisões do Supremo Tribunal Federal – STF, que julgou inconstitucional o art. 3º, § 1º da Lei n.º 9.718/98 e com base no art. 151 do Código Tributário Nacional – CTN. A ELOS vêm depositando judicialmente desde exercício de 2007 os valores discutidos. Tais valores representam no final do exercício R\$ 3.680 mil (R\$ 3.282 mil em 2014) e estão registrados em contas específicas do Ativo da gestão administrativa. Atualmente o processo judicial encontra-se pendente de julgamento de Recurso extraordinário interposto pela União, face as decisões favoráveis a ELOS no TRF 4ª Região e STJ.

c. Investimentos – Contribuição Provisória de Movimentação Financeira - CPMF

Corresponde à ação judicial movida contra a União Federal para afastar a incidência da CPMF sobre os valores anteriormente geridos pela ELOS e transferidos à PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar ocorrida à época da cisão da patrocinadora ELETROSUL, quando esta firmou com a TRACTEBEL (antiga GERASUL) "Termo de Acordo de Separação dos Ativos e Passivos da ELOS" pelo qual ficou estabelecida a criação de uma nova Entidade Fechada de Previdência Complementar (PREVIG). Os valores depositados em juízo e atualizados representam no final do exercício R\$ 1.572 mil (R\$ 1.495 em 2014) e estão registrados nos grupos de investimentos do Ativo e contingências do plano BD-ELOS/TRACTEBEL. O referido processo judicial encontra-se pendente de julgamento de embargos de declaração em Recurso Especial interposto pela PREVIG/ELOS, contra o acórdão proferido pelo STJ mantendo decisão desfavorável interposta pelo TRF 4ª Região. A probabilidade de reverter à decisão desfavorável está restrita ao julgamento do Recurso Extraordinário pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal – STF.

9 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas para os planos de Benefício Definido são constituídas com base nos cálculos atuariais desenvolvidos pela Consultoria Atuarial Externa, Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., documentadas em Demonstrações Atuariais (DA), individualizadas para cada plano de benefício previdencial para o exercício concluído em 31 de dezembro de 2015, emitidas em 17 de março de 2016 os relacionados aos planos BD-ELOS/ELETROSUL e CD-ELETROSUL e em 25 de março de 2016 correspondente ao plano BD-ELOS/TRACTEBEL, e para o exercício de 2014 emitidas em 03 de março de 2015, resultando em um passivo atuarial, composto da seguinte forma:

9.1 BD-ELOS/ELETROSUL

Em milhares de Reais

	2015	2014
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	781.456	704.117
<i>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização</i>	781.456	704.117
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos</i>	737.847	663.618
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos</i>	43.609	40.499
BENEFÍCIOS A CONCEDER	375.284	345.457
<i>Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado</i>	342.986	320.159
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados</i>	419.812	388.698
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores</i>	(38.413)	(34.270)
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes</i>	(38.413)	(34.270)
<i>Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado</i>	32.298	25.297
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuro Não Programados</i>	39.533	30.713
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores</i>	(3.617)	(2.708)
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes</i>	(3.617)	(2.708)
TOTAL	1.156.740	1.049.574

9.2 CD-ELETROSUL

Em milhares de Reais

	2015	2014
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	221.110	201.879
<i>Contribuição Definida</i>	168.776	154.409
<i>Saldo de Conta dos Assistidos</i>	168.776	154.409
<i>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização</i>	52.334	47.470
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos</i>	52.334	47.470
BENEFÍCIOS A CONCEDER	382.505	313.739
<i>Contribuição Definida</i>	373.932	305.418
<i>Saldo de Conta – Parcela Patrocinadores</i>	252.094	212.550
<i>Saldo de Conta – Parcela Participantes</i>	121.838	92.868
<i>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado</i>	8.317	8.026
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados</i>	8.317	8.026
<i>Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado</i>	256	294
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuro Não Programados</i>	256	294
TOTAL	603.615	515.617

9.3 BD-ELOS/TRACTEBEL

Em milhares de Reais

	2015	2014
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.239.260	1.168.818
<i>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização</i>	1.239.260	1.168.818
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos</i>	1.184.059	1.116.509
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos</i>	55.201	53.310
BENEFÍCIOS A CONCEDER	846	787
<i>Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado</i>	846	787
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados</i>	846	787
RESERVAS MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(174.358)	(30.223)
<i>Déficit Equacionado</i>	(174.358)	(30.223)
TOTAL	1.065.749	1.139.383

9.4 Consolidado

Em milhares de Reais

	2015	2014
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.241.826	2.074.814
<i>Contribuição Definida</i>	168.776	154.409
<i>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização</i>	2.073.050	1.920.405
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos</i>	1.974.240	1.827.597
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos</i>	98.810	92.809
BENEFÍCIOS A CONCEDER	758.636	659.982
<i>Contribuição Definida</i>	373.933	305.418
<i>Saldo de Conta – Parcela Patrocinadores</i>	252.094	212.550
<i>Saldo de Conta – Parcela Participantes</i>	121.839	92.868
<i>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado</i>	352.149	328.973
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados</i>	428.975	397.512
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores</i>	(38.413)	(34.270)
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes</i>	(38.413)	(34.270)
<i>Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado</i>	32.554	25.591
<i>Valor Atual dos Benefícios Futuro Não Programados</i>	39.788	31.007
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores</i>	(3.617)	(2.708)
<i>Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes</i>	(3.617)	(2.708)
RESERVAS MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(174.358)	(30.223)
<i>Déficit Equacionado</i>	(174.358)	(30.223)
TOTAL	2.826.104	2.704.574

9.5 Rentabilidade por Plano

Com relação à rentabilidade nominal líquida obtida pelos recursos que lastreiam as Provisões Matemáticas dos planos de benefícios administrados pela ELOS ao longo dos anos de 2015 e 2014, calculada para cada plano de benefício, tomando-se como deflator o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem e utilizando-se o método da Taxa Interna de Retorno a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas previdenciais o Atuário apontou em seus pareceres as seguintes rentabilidades:

Em Pontos Percentuais

EM TERMOS NOMINAIS	2015			2014		
	BD-ELOS/ESUL	BD-ELOS/TBEL	CD-ESUL (I)	BD-ELOS/ESUL	BD-ELOS/TBEL	CD-ESUL (I)
Rentabilidade nominal obtida	12,71%	13,58%	12,83%	9,43%	11,52%	10,83%
Expectativa atuarial	17,27%	17,35%	-	11,65%	12,45%	-
EM TERMOS REAIS						
Rentabilidade real obtida	1,57%	2,35%	1,68%	2,91%	4,87%	4,22%
Expectativa atuarial	5,68%	5,75%	-	5%	5,75%	-

(i) Refere-se a parte do patrimônio de cobertura do sub-plano BD-Saldado (BPDS) que têm como meta atuarial INPC+5,64% que no exercício representou 17,23% (11,65% em 2014). Para parte do Plano referente ao CD Puro, não há, dado sua natureza, uma meta atuarial definida para essa parte do Patrimônio.

9.6 Hipóteses Atuariais para o exercício de 2015

Foram utilizados os seguintes métodos e hipóteses atuariais na avaliação atuarial do exercício:

HIPÓTESES ATUARIAIS	BD-ELOS/ESUL	BD-ELOS/TBEL	CD-ESUL (SUB-PLANO BPDS)
Taxa real anual de juros	5,76%	5,75%	5,70%
Indexador do plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Projeção de crescimento real de salário	3,86%	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 - unissex desagr. 10%	AT 2000 - unissex	AT 2000 - unissex desagr. 10%
Tábua de mortalidade dos inválidos	AT 83 - mascul. desagr. 5%	AT 83 - masculina	AT 83 - mascul. desagr. 5%
Tábua de rotatividade	Nula	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Light (média)	Não aplicável	Light (média)
Composição do grupo familiar			
Benef. concedidos de pensão por morte	Família efetiva	Família efetiva	Família efetiva
Benef. de aposentadoria concedidos	Família efetiva	Família efetiva	Família efetiva
Benef. de aposentadoria a conceder	Experiência regional	Experiência regional	Experiência regional
Fator determ. valor real dos benefícios	96,71%	96,71%	96,71%
Método de financiamento	Agregado	Agregado	Agregado
Duração média do Passivo (em anos)	13,69	9,27	11,32

10 EQUILÍBRIO TÉCNICO E FUNDOS

10.1 Resultados Realizados

a. **Alteração no limite do Déficit a ser Equacionado pelos planos de benefícios e definição do prazo de equacionamento:**

Com as alterações promovidas pela Resolução MPS/CGPC n.º 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas EFPCs na apuração do resultado e no equacionamento de déficit, e na Resolução MPS/CGPC n.º 18, de 28 de março de 2006 que estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de EFPC, foram alteradas as condições para equacionamento de déficit, até então adotadas pelas EFPCs.

Uma das principais alterações trazidas pelos referidos normativos foi a substituição do limite do déficit a que um plano de benefício pode manter sem a necessidade do seu equacionamento imediato, que passou de 10% sobre as provisões matemáticas para o calculado pela seguinte fórmula:

Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática

Abaixo são apresentados os limites de déficits que cada plano benefício pode manter sem necessidade de imediato equacionamento, com base na referida fórmula:

	BD-ELOS/ESUL	BD-ELOS/TBEL
Limite de Déficit Técnico Acumulado	9,69%	5,27%

Outra mudança abrange o prazo máximo para equacionamento do resultado deficitário que passou a ser o equivalente a uma vez e meia o prazo de duração do passivo do plano de benefícios.

b. **Os Superávits e Déficits Técnicos Acumulados estão assim compostos:**

aa. O Plano BD-ELOS/ELETROSUL, apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 141.354 mil (Déficit

Técnico de R\$ 108.536 mil em 2014). Depois de calculado o valor do ajuste de precificação conforme nota n.º 3(a), considerando o Equilíbrio Técnico Ajustado / Déficit Técnico de R\$ 96.063 mil, o Déficit representa -8,30% (-8,02% em 2014) do total das Provisões Matemáticas do plano existente de R\$ 1.156.740 mil (R\$ 1.049.574 mil em 2014).

bb. O Plano CD-ELETROSUL, em 31 de dezembro de 2015, no que se refere ao Sub-Plano BPDS, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 1.277 mil (R\$ 2.955 mil em 2014) devidamente registrado como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável.

cc. O Plano BD-ELOS/TRACTEBEL, apresentou um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 126.498 mil (Déficit Técnico de R\$ 215.135 mil em 2014). Considerando o valor de precificação na forma da legislação vigente, o Equilíbrio Técnico Ajustado / Déficit Técnico representa R\$ 78.882 mil, equivalente a -7,40% (-17,69% em 2014) do total das Provisões Matemáticas do plano existente de R\$ 1.065.749 mil (R\$ 1.139.383 mil em 2014).

c. **No que se refere à situação atuarial dos Planos de Benefícios Definidos podemos destacar os seguintes fatos:**

aa. BD-ELOS/ELETROSUL: O Plano encerrou o exercício com um Déficit Técnico de R\$ 141.354 mil e um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 96.063 mil, motivado basicamente, segundo as Demonstrações Atuariais, pelos seguintes fatores:

- Manutenção da tábua de mortalidade AT 2000 - unissex desagravada em 10%, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 164 mil.
- Perda financeira em consequência de não ter alcançado a meta atuarial de rentabilidade, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 42.331 mil.
- Adoção da taxa real de Juros de 5,76% ao ano, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 12.706 mil.
- Adoção do fator de capacidade de 96,71%,

decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 9.449 mil.

- v. *Adoção da hipótese de entrada em aposentadoria com 1 (um) ano após o momento em que o participante ativo preencha as condições para recebimento do benefício pleno, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 25.838 mil.*
- vi. *Alteração de benefícios em função de Decisão Judicial, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 789 mil.*
- vii. *Impacto decorrente da alteração no corte da base dos dados de outubro, utilizado na avaliação atuarial do final do exercício de 2014, para dezembro, utilizado nesta avaliação atuarial, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 9.009 mil.*
- viii. *Outros resultados atuariais líquidos de origens diversas e pulverizadas não detalhados no Demonstrativo Atuarial, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 1.549 mil.*
- ix. *Adequação dos coeficientes de regressão adotados na função de crescimento real de salário, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 8.552 mil.*
- x. *Ajuste de Precificação, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 45.291 mil.*

Resultado do plano BD-ELOS/ELETROSUL no exercício de 2015

A Consultoria atuarial externa por meio da Demonstração Atuarial evidenciou que o Déficit Técnico Acumulado do Plano BD-ELOS/ELETROSUL, depois de calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC n.º 16, de 19 de novembro de 2014 e no art. n.º 10 da Instrução MPS/PREVIC n.º 19, de 04 de fevereiro de 2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 96.063 mil, equivalente a 8,30% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.156.740 mil na posição 31 de dezembro de 2015, portanto abaixo do limite máximo tolerável de 9,69% conforme nota n.º 10.1(a), não sendo obrigatório o seu equacionamento imediato, devendo ser anualmente observado pela Entidade visando o

equacionamento do resultado deficitário existente no Plano.

- aa. *BD-ELOS/TRACTEBEL: O Plano fechou o ano com um Déficit Técnico de R\$ 126.498 mil e um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 78.882 mil, influenciado basicamente pelos seguintes fatores conforme as Demonstrações Atuariais:*
 - i. *Manutenção da tábua de mortalidade AT 2000 - unissex, acréscimo do resultado negativo do plano na ordem de R\$ 1.823 mil.*
 - ii. *Perda financeira em consequência de não ter alcançado a meta atuarial de rentabilidade, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 33.584 mil.*
 - iii. *Adoção do fator de capacidade de 96,71%, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 10.130 mil.*
 - iv. *Alteração de benefícios em função de Decisão Judicial, acréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 914 mil.*
 - v. *Impacto decorrente da revisão da base cadastral de dependentes/beneficiários de participantes assistidos, realizado em agosto/2015, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 6.346 mil.*
 - vi. *Outros resultados atuariais líquidos de origens diversas e pulverizadas não detalhados no Demonstrativo Atuarial, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 3.473 mil.*
 - vii. *Ajuste de Precificação, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 47.616 mil.*
 - viii. *Equacionamento do déficit apurado no final do exercício de 2014, decréscimo do resultado negativo na ordem de R\$ 142.335 mil.*

Equacionamento do resultado deficitário do plano BD-ELOS/TRACTEBEL referente ao exercício de 2009

O plano possui um contrato de ajuste de Déficit Técnico registrado como Provisão Matemática a Constituir o valor decorrente do Déficit Técnico Equacionado apresentado na avaliação atuarial de 2009 no valor de R\$ 24.529 mil (valor da época). O contrato de ajuste de

Déficit Técnico foi assinado em 19 de março de 2010 e o seu saldo devedor em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 32.022 mil, restando 162 parcelas sucessivas e mensais a amortizar de um total de 186, calculadas segundo a "Tabela Price" com juros anuais de 6%. O contrato é de responsabilidade Patronal contém cláusula de revisão atuarial, em função das perdas e ganhos observados nas avaliações atuariais anuais, conforme previsto na legislação.

Equacionamento do resultado deficitário do plano BD-ELOS/TRACTEBEL referente ao exercício de 2014

O Conselho Deliberativo da Entidade, por maioria, aprovou em sua reunião n.º 339 de 22 de março de 2016 o plano de equacionamento de déficit referente ao exercício de 2014 embasado pelas correspondências JM/2674/2015 elaborado pela Consultoria externa e CE DA-0072/2015 da patrocinadora TRACTEBEL, a entrar em vigor a partir de maio de 2016 segundo as Demonstrações Atuariais. O referido plano, pela nova legislação vigente, considera um valor total de R\$ 142.335 mil a ser equacionado que resultada em 12,49% das provisões matemáticas do final de 2014, sendo a proporção de 2/3 (dois terços) de responsabilidade Patronal no valor de R\$ 94.890 mil e 1/3 (dois terços) de responsabilidade dos Participantes e Assistidos no valor de R\$ 47.445 mil.

Está previsto, ainda, no plano de equacionamento do déficit, a celebração de instrumento contratual com garantias junto à patrocinadora TRACTEBEL, com prestações mensais e consecutivas calculadas segundo a "Tabela Price". O Contrato conterá cláusula de revisão anual, em função das perdas e ganhos observados nas avaliações atuariais anuais, conforme previsto na legislação vigente.

Resultado do plano BD-ELOS/TRACTEBEL no exercício de 2015

A Demonstração Atuarial da Consultoria externa evidenciou que o Déficit Técnico Acumulado do Plano BD-ELOS/TRACTEBEL, depois de calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC n.º 16, de 19 de novembro de 2014 e no art. n.º 10 da Instrução MPS/PREVIC n.º 19, de 04 de fevereiro de 2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 78.882 mil, equivalente a 7,40% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.065.749 mil na posição 31 de dezembro de 2015, portanto acima do limite máximo tolerável de 5,27% conforme nota n.º 10.1(a), sendo obrigatório que seja elaborado e aprovado, durante o exercício de 2016, um plano de equacionamento de ao menos a parcela que ultrapassar este percentual. O valor base para este plano de equacionamento na posição de 31 de dezembro de 2015 é R\$ 22.717 mil.

10.2 Equilíbrio Técnico Ajustado

Com a adoção integral da Resolução CNPC/MPS n.º 16, de 19 de novembro de 2014 no exercício anterior, a ELOS passa a apresentar o controle e o acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação que trata a referida norma, destacando que no caso de resultado superavitário o ajuste positivo não é utilizado.

a. Plano BD-ELOS/ELETROSUL

Em milhares de Reais

2015						
TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR DO TÍTULO A TAXA DE 5,76%	VALOR NA CURVA CONF. PLANILHA PREVIC	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	15/08/2018	8.147	19.592	23.223	22.982	241
NTN-B	15/08/2022	35.867	88.336	103.013	101.046	1.966
NTN-B	15/08/2030	54.822	136.672	159.151	147.260	11.892
NTN-B	15/05/2035	5.000	12.212	14.375	14.553	(178)
NTN-B	15/08/2040	49.841	120.216	145.813	132.829	12.984
NTN-B	15/08/2050	63.828	149.925	187.595	169.208	18.387
TOTAL	217.505	526.954	633.170	587.878	45.291	

Em milhares de Reais

2014						
TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR DO TÍTULO A TAXA DE 5,68%	VALOR NA CURVA CONF. PLANILHA PREVIC	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	15/08/2018	8.147	19.592	21.094	20.751	344
NTN-B	15/08/2022	21.013	50.233	54.915	53.923	992
NTN-B	15/08/2030	19.544	43.124	51.758	45.483	6.275
NTN-B	15/05/2035	5.000	12.212	13.130	13.176	(46)
NTN-B	15/08/2040	26.193	57.863	70.042	61.816	8.227
NTN-B	15/08/2050	29.719	66.761	79.929	71.309	8.620
TOTAL	109.616	249.785	290.869	266.457	24.412	

b. Plano CD ELETROSUL – Sub-Plano BPDS

Em milhares de Reais

2015						
TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR DO TÍTULO A TAXA DE 5,70%	VALOR NA CURVA CONF. PLANILHA PREVIC	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	15/05/2017	1.219	2.990	3.420	3.412	8
NTN-B	15/05/2019	937	2.436	2.643	2.575	68
NTN-B	15/08/2020	1.013	2.389	2.906	2.828	78
NTN-B	15/08/2022	1.522	3.544	4.385	4.199	186
NTN-B	15/08/2024	2.204	5.054	6.373	5.992	381
NTN-B	15/05/2035	1.270	2.821	3.677	3.235	442
NTN-B	15/05/2045	1.662	3.622	4.846	4.155	691
NTN-B	15/08/2050	1.774	4.007	5.259	4.611	649
NTN-B	15/05/2055	839	2.051	2.458	2.125	332
TOTAL	12.441	28.915	35.967	33.132	2.835	

Em milhares de Reais

2014						
TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR DO TÍTULO A TAXA DE 5,64%	VALOR NA CURVA CONF. PLANILHA PREVIC	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	15/05/2017	1.211	2.969	3.083	3.068	15
NTN-B	15/08/2020	1.006	2.373	2.622	2.532	90
NTN-B	15/08/2022	1.512	3.520	3.960	3.758	201
NTN-B	15/08/2024	2.188	5.019	5.757	5.362	395
NTN-B	15/05/2035	1.261	2.801	3.328	2.898	429
NTN-B	15/05/2045	1.650	3.597	4.391	3.727	664
NTN-B	15/08/2050	2.479	5.719	6.707	5.885	823
TOTAL	11.308	25.997	29.848	27.231	2.618	

c. Plano BD-ELOS/TRACTEBEL

Em milhares de Reais

2015						
TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR DO TÍTULO A TAXA DE 5,75%	VALOR NA CURVA CONF. PLANILHA PREVIC	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	15/08/2016	13.146	32.073	37.299	37.341	(42)
NTN-B	15/05/2017	3.224	7.709	9.036	9.023	13
NTN-B	15/08/2018	14.132	33.953	40.292	39.923	369
NTN-B	15/08/2020	3.718	8.848	10.643	10.422	221
NTN-B	15/08/2022	25.668	60.520	73.758	71.336	2.423
NTN-B	15/08/2024	2.720	7.022	7.842	7.215	627
NTN-B	15/08/2030	73.688	193.943	214.119	201.508	12.610
NTN-B	15/05/2035	42.334	105.258	121.848	109.083	12.766
NTN-B	15/08/2040	25.537	56.840	74.803	66.501	8.302
NTN-B	15/05/2045	16.000	37.468	46.345	37.641	8.704
NTN-B	15/08/2050	4.584	10.132	13.492	11.870	1.622
TOTAL	224.751	553.766	649.477	601.861	47.616	

Em milhares de Reais

2014						
TIPO/ NATUREZA	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR DO TÍTULO A TAXA DE 5,75%	VALOR NA CURVA CONF. PLANILHA PREVIC	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
NTN-B	15/08/2016	13.146	32.073	33.810	33.905	(95)
NTN-B	15/05/2017	3.224	7.709	8.190	8.170	20
NTN-B	15/08/2018	14.132	33.953	36.513	36.064	448
NTN-B	15/08/2020	3.718	8.848	9.642	9.406	236
NTN-B	15/08/2022	25.668	60.520	66.811	64.359	2.452
NTN-B	15/08/2030	3.209	7.292	8.441	7.724	717
NTN-B	15/08/2040	25.537	56.840	67.685	60.054	7.631
NTN-B	15/08/2050	6.646	14.689	17.695	15.551	2.144
TOTAL	95.280	221.925	248.787	235.235	13.552	

10.3 Fundos

Os Fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A ELOS consignou em seu balanço os seguintes fundos:

a. Fundo Previdencial:

Fundo patronal não comprometido: constituído pela parte do saldo de conta das Patrocinadoras, relativo ao Plano CD-ELETROSUL, que não é utilizada no cálculo dos benefícios ou dos institutos por ocasião de restituição pelo participante. Caso se faça atuarialmente necessária a sua utilização, o Plano de Custeio Anual irá prever sua utilização, com a devida deliberação favorável do Conselho Deliberativo da ELOS.

Fundo coletivo de benefício de risco: previsto pelo Atuário em nota técnica atuarial correspondente

ao plano CD-ELETROSUL para cobertura em caso de invalidez ou falecimento de participantes em atividade, constituído por meio de contribuições realizadas pela patrocinadora e pelos participantes de acordo com o plano de custeio do plano.

b. *Fundo Administrativo:* destina-se a garantir a manutenção da estrutura administrativa da ELOS. Este fundo é constituído por meio das contribuições administrativas realizadas pela patrocinadora e pelos participantes de acordo com o regulamento do Plano de Gestão Administrativa.

c. *Fundos de Investimento:* constituído para fazer face à possíveis sinistros em caso de falecimento do Mutuário de empréstimos com base no regulamento dos empréstimos.

As mutações dos referidos fundos foram as seguintes durante o exercício:

Em milhares de Reais

	GESTÃO PREVIDENCIAL (I)	GESTÃO ADMINISTRATIVA (II)	INVESTIMENTOS	TOTAL
<i>Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2014</i>	8.838	22.179	10.780	41.797
<i>Formação / (reversão) de fundos</i>	3.783	(719)	1.188	4.252
<i>Saldos finais em 31 de dezembro de 2015</i>	12.621	21.460	11.968	46.049

(i) Do saldo final de R\$ 12.621 mil apresentado ao final do exercício, R\$ 762 mil corresponde ao saldo do Fundo patronal não comprometido e R\$ 11.859 mil ao Fundo coletivo de benefício de risco.

(ii) Desde março de 2013 e junho de 2014 os Fundos Administrativos dos PGAs CD-Eletrosul e BD-ELOS/ELETROSUL, vêm sendo utilizados para cobrir as despesas administrativas vinculadas aos planos de benefícios CD-ELETROSUL e BD-ELOS/ELETROSUL, respectivamente.

11 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Custeio Administrativo e Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

Para cobertura do custeio administrativo da Gestão Previdencial (despesas de funcionamento), a forma de cobrança do custeio administrativo de plano BD-ELOS/ELETROSUL no exercício foi de 12% incidente sobre as contribuições previdenciárias. Para o plano de benefícios CD-ELETROSUL a apuração da fonte de custeio do PGA se deu pela aplicação mensal do percentual de 0,018% sobre o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Participante do mês anterior atribuída para cada uma das partes, participante e patrocinadora. Para o Plano BD-ELOS/TRACTEBEL as despesas administrativas previdenciais são reembolsadas integralmente pela patrocinadora TRACTEBEL. As despesas relacionadas a administração dos investimentos dos planos BD-ELOS/ELETROSUL e BD-ELOS/TRACTEBEL são custeadas mensalmente pelo resultado dos investimentos e taxa de administração dos empréstimos.

As despesas administrativas, quando específicas, são custeadas pelo plano responsável pelo gasto, enquanto que as despesas comuns, atribuídas ao conjunto dos planos de benefícios, são distribuídas entre os PGA's pelo resultado da média aritmética simples entre os percentuais de participação de cada plano no número de participantes e no patrimônio total da ELOS.

As despesas administrativas são classificadas como gestão previdencial ou administração dos investimentos, levando-se em conta a finalidade do gasto. Quando as despesas administrativas são comuns entre as gestões, a ELOS utiliza-se de critérios de rateios específicos para cada rubrica, tais como: previsão de horas despendidas para as despesas com pessoal e encargos, número de colaboradores e área ocupada para despesas com serviços de terceiros e gerais.

Os percentuais utilizados no exercício respeitaram as seguintes proporções médias:

CRITÉRIO DE RATEIO ENTRE GESTÃO PREVIDENCIAL E ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS		RATEIO - %
<i>Previdencial</i>		
<i>Pessoal e Encargos</i>		62
<i>Viagens e Treinamentos</i>		62
<i>Serviços de Terceiros</i>		86
<i>Despesas Gerais</i>		86
<i>Investimentos</i>		
<i>Pessoal e Encargos</i>		38
<i>Viagens e Treinamentos</i>		38
<i>Serviços de Terceiros</i>		14
<i>Despesas Gerais</i>		14

O Resultado dos Investimentos é transferido de forma proporcional para as gestões Previdencial e Administrativo, considerando a participação de cada um no montante aplicado.

12 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

12.1 Transações com as Patrocinadoras

Apresentamos abaixo os saldos de responsabilidade das Patrocinadoras nas posições de 31 de Dezembro de 2015 e 2014 consideradas como transações com partes relacionadas:

Em milhares de Reais

		2015	2014
<i>Contribuições Contratadas</i>	(Nota 4.1)	87.543	83.435
<i>Sociedades de Propósito Específico - SPE</i>	(Nota 5.7)	47.789	39.100
<i>Imóveis Locadas a Patrocinador</i>	(Nota 5.8)	45.308	42.091
<i>Ativo</i>		180.640	164.626
<i>Provisões Matemáticas a Constituir</i>	(Nota 10.1)	(174.358)	(30.223)
<i>Passivo</i>		(174.358)	(30.223)
<i>Contribuições Contratadas</i>		13.714	11.293
<i>Sociedades de Propósito Específico – SPE (i)</i>		11.734	3.584
<i>Imóveis Locadas a Patrocinador (ii)</i>		4.621	7.319
<i>Provisões Matemáticas a Constituir (iii)</i>		144.134	589
<i>Resultado líquido</i>		174.203	22.785

(i) As receitas de 2015 para as Sociedades de Propósito Específico – SPE consideram a atualização do valor a receber da venda das ações da ELOS à Eletrosul de R\$ 6.211 mil conforme nota n.º 5.7.

(ii) O valor de receitas 2015 de Imóveis Locado a Patrocinadora contempla o resultado positivo da reavaliação no valor de R\$ 9.406 mil (R\$ 6.211 mil em 2014) conforme nota n.º 5.8.

(iii) O valor apresentado na planilha para o resultado de 2015 das Provisões Matemáticas a Constituir, considera o reconhecimento inicial de R\$ 142.335 mil do equacionamento do déficit de 2014 do plano de benefícios BD-ELOS/TRACTEBEL conforme nota n.º 10.1.

12.2 Operações com participantes

Abaixo apresentamos os saldos das operações com participantes nas posições de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, também consideradas como transações entre partes relacionadas.

Em milhares de Reais

		2015	2014
<i>Operações com participantes</i>	(Nota 5.9)	74.377	62.762
<i>Ativo</i>		74.377	62.762
<i>Operações com participantes</i>		11.782	7.792
<i>Resultado líquido</i>		11.782	7.792

12.3 Remuneração dos Administradores e Conselheiros - Pessoal Chave da Administração

Os totais das remunerações atribuídas aos Diretores e Conselheiros (Fiscal e Deliberativo) da Fundação nos exercícios de 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2015		2014	
	DIRETORES/CONSELHEIROS	TOTAL	DIRETORES/CONSELHEIROS	TOTAL
Remuneração	1.160	1.160	1.074	1.074
TOTAL	1.160	1.160	1.074	1.074

13 ATIVOS CONTINGENTES

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n.º 1.180, de 04 de agosto de 2009 e Pronunciamento Técnico n.º 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada do benefício econômico, apresentamos a seguir os ativos contingentes da ELOS em 31 de dezembro de 2015:

a. Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23 de julho de 1986 pela União com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A ELOS juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do art. 7 do Decreto-Lei n.º 2.288, de 23 de julho de 1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, conforme art. 10 da Lei n.º 7.738, de 09 de março de 1989 acrescentado pela Lei n.º 7.764, de 02 de maio de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei n.º 8.177 de 04

de março de 1991, art. 38, os saldos das OFND's seriam reajustados pela Taxa Referencial – TR.

A ELOS é parte de ação ordinária ajuizada pela a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP que objetiva o recalcule relacionado à atualização do valor das OFNDs e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do Bônus do Tesouro Nacional - BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ABRAPP iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28 de junho de 2011, do montante apresentado, R\$ 34.990 mil representa a parte da ELOS. A execução foi proposta pela ABRAPP, porém o juiz de 1º grau e o TRF 2ª Região decidiram que a execução coletiva promovida pela ABRAPP deveria ser proposta individualmente pelas associadas, decisão esta, objeto de Recurso Especial. Diante da demora na resolução deste impasse (se ação coletiva ou individual) que obsta o andamento da execução, foi decidido em Assembleia Geral na ABRAPP que seriam propostas ações de execuções de liquidação por artigo, figurando a ABRAPP como substituta processual de pequenos Grupos. A ação de execução que recebeu o n.º 0145874-22.2015.4.02.5101 em trâmite perante a 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em fase de citação.

Embora a discussão de mérito do processo judicial tenha sido favorável à ABRAPP, inclusive transitado em julgado, estando em fase de execução, a ELOS não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: ação rescisória em andamento, bem como Embargos à execução pendente de julgamento, o que traz incerteza do valor a ser recebido e o prazo de seu

efetivo recebimento. Tal procedimento atende também ao Ofício n.º 4.649/2011/CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011 da PREVIC que não autorizou as Entidades o reconhecimento contábil do valor pleiteado.

b. Aplicação em Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina

Esse processo refere-se a 1.855 Letras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, adquiridas em 08 de novembro de 1996, com vencimento previsto para 01 de agosto de 1998, não foi honrado pelo Estado de Santa Catarina em seu vencimento, fato este que culminou no processo n.º 023.01.032963-6/003.

Em 20 de janeiro de 2010, foi expedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) a Requisição de Pagamento de Precatório no montante de R\$ 13.551 mil junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, com trânsito em julgado na ação judicial movida pela ELOS.

Em recente decisão do Juízo da Vara de Execuções contra a Fazenda Pública e Precatórios, atendendo ao pedido do Procurador Geral do Estado, foi sobrestado pagamento superior à quantia de R\$ 10.916 mil. A ELOS por sua vez apresentou impugnação à decisão do Juízo da Vara de Execuções.

A Diretoria executiva por meio da Ata RDE n.º 034 de 22 de dezembro de 2015, autorizou o reconhecimento contábil do valor incontroverso atualizado do precatório, que no final de 2015, perfazia o montante de R\$ 13.258 mil (valor de face inicial - R\$ 10.916 mil), conforme descrito na nota n.º 5.1.

O valor em litígio atualizado em 31 de dezembro de 2015 perfaz o montante de R\$ 3.200 mil, valor este não reconhecido contabilmente por ainda ser objeto de discussão.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'áça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone 55 (48) 3205-5300, Fax 55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Conselheiros e Diretores da
Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples inscrita no
Cadastro Nacional de Imposto de Renda (CNPJ) nº 06.908.000/0001-00
e inscrita no CNPJ Internacional (CNPIC Internacional) nº 06.908.000/0001-00
em Florianópolis, Brasil

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm
of the KPMG network of independent member firms affiliated with
KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss
entity

1



considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de março de 2015, que não contém qualquer modificação.

Florianópolis, 11 de abril de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8


Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples inscrita no
Cadastro Nacional de Imposto de Renda (CNPJ) nº 06.908.000/0001-00
e inscrita no CNPJ Internacional (CNPIC Internacional) nº 06.908.000/0001-00
em Florianópolis, Brasil

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm
of the KPMG network of independent member firms affiliated with
KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss
entity

2

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, em reunião realizada no dia 26 de abril de 2016, tendo em vista as atribuições que lhe confere o Estatuto, após o exame do Balanço Patrimonial Consolidado, da Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS Consolidada, da Demonstração da Mutações do Ativo Líquido - DMAL por Plano de Benefício, da Demonstração do Ativo Líquido - DAL por Plano de Benefício, da Demonstração das Provisões Técnicas - DPT por Plano de Benefício, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA Consolidada e por Plano de Benefício e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e, considerando ainda, os Pareceres do Consultor Atuarial, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, resolve, estando os mesmos em ordem, aprová-los.

Florianópolis, 26 de abril de 2016.

Antonio Francisco Moser
Presidente

Ana Maria Tancredo

Eduardo Cardeal Tomazzia

Janildo Jovino da Silveira

Silvio Roberto Seára Junior

Vera Adélia Martins

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial Consolidado, as Demonstrações do Ativo Líquido - DAL por Plano de Benefícios, as Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido - DMAL por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA Consolidada e por Plano de Benefícios, as Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano - DPT por Plano de Benefícios, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS Consolidada e as respectivas Notas Explicativas Consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como os registros contábeis pertinentes. Baseando-se, ainda, nos pareceres, relativos aos Planos Previdenciários vinculados às Patrocinadoras Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Tractebel Energia S.A., do Atuário Independente Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., emitidos em 17 de março de 2016 e 25 de março de 2016 e no parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido em 11 de abril de 2016, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Contábeis traduzem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Fundação, estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação do Conselho de Deliberativo.

Florianópolis, 15 de abril de 2016.

Maria Dolores Brolese Vieira
Presidente do Conselho Fiscal

Karine Ibañez Kubiak
Membro do Conselho Fiscal

Cláudio Goulart
Membro do Conselho Fiscal

Cláudia Vanzella
Membro do Conselho Fiscal

PARECER ATUARIAL PLANO BD-ELOS/ELETROSUL



PARECER ATUARIAL CONSTANTE NA DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA) DE DEZ/2015 PLANO BD-ELOS/ELETROSUL

PARECER ATUARIAL

I. Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano BD ELOS/ELETROSUL, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela ELOS, resultou no custo total de 17,10% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	Ano Anterior *4	Ano Atual *4
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS *1	14,44%	14,44%
INVALIDEZ	1,06%	1,17%
PENSÃO POR MORTE/AUXÍLIO RECLUSÃO	1,41%	1,48%
OUTROS BENEFÍCIOS (Auxílio Funeral)	0,01%	0,01%
SUB-TOTAL (1)	16,92%	17,10%
SUPLEMENTAR *2	-%	-%
ADMINISTRAÇÃO *3	-%	-%
SUB-TOTAL (2)	-%	-%
TOTAL (1)+(2)	16,92%	17,10%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Desde o ano de 2008, o Saldo da Provisão Matemática a Constituir teve sua amortização contratada pelo Patrocinador, passando tal amortização a ser financeira e, conseqüentemente, a ser parte integrante do Patrimônio de Cobertura do Plano.

*3: Desde o exercício de 2014, a Taxa de Carregamento equivale ao percentual determinado anualmente no Plano de Custeio, que para o exercício de 2016 será de 12%, incidente sobre o valor das contribuições normais da Patrocinadora e dos Participantes Ativos e Assistidos que entraram em gozo de benefício a partir de 15/12/2000, destinado ao custeio das Despesas Administrativas do Plano de Benefícios.

*4: Avaliação de todos os benefícios pelo Regime de Capitalização na Versão Agregado, sendo o custo, aberto por benefício, atribuído de forma proporcional ao valor atual de cada um dos Benefícios Futuros (Aposentadorias sem ser por Invalidez/Aposentadorias por Invalidez/Pensão por Morte - Auxílio-Reclusão/Auxílio-Funeral por Morte de Dependente).

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2015, a idade média dos Participantes Não Assistidos é de 49 anos.

- 2) O custo total reavaliado de 17,10% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2016, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano BD ELOS/ELETROSUL, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	8,46% *1	8,55% *1
Contribuição Normal da Patrocinadora	8,46% *1	8,55% *1
Sub-total	16,92%*1	17,10%*1
Custo Suplementar *2	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	16,92%*1	17,10%*1
Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:		
Aposentados Assistidos	7,54 %	7,51 %
Pensionistas Assistidos	-	-

*1: Valores Líquidos de sobrecarga administrativa, tendo em vista que deste exercício de 2014, a Taxa de Carregamento equivale ao percentual determinado anualmente no Plano de Custeio, que para o exercício de 2016



será de 12%, incidente sobre o valor das contribuições normais da Patrocinadora e dos Participantes Ativos e Assistidos que entraram em gozo de benefício a partir de 15/12/2000, destinado ao custeio das Despesas Administrativas do Plano de Benefícios.

*2: Desde o ano de 2008, o Saldo da Provisão Matemática a Constituir teve sua amortização contratada pelo Patrocinador, passando tal amortização a ser financeira e, conseqüentemente, a ser parte integrante do Patrimônio de Cobertura do Plano.

- 3) Para o exercício de 2016, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano e na atual legislação em vigor, ou seja, sem qualquer elevação na contribuição para equacionamento de resultado deficitário conforme descrito no item VI.3 deste Parecer Atuarial:
- O participante assistido que tenha entrado em gozo de benefício de prestação continuada antes de 15/12/2000, contribuirá cumulativamente com as taxas a seguir, sobre o valor de sua complementação, objetivando participar do custeio do PLANO.
 - 1,80% (um vírgula oitenta por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês compreendida até a metade do valor de 1 (uma) URE-BD.
 - 4,60% (quatro vírgula sessenta por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês compreendida entre a metade do valor de 1 (uma) URE-BD e o valor de 1 (uma) URE-BD.
 - 9,00% (nove por cento) sobre a parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês que exceder ao valor de 1 (uma) URE-BD, até 3 (três) vezes o valor de 1 (uma) URE-BD.
 - 11,50% (onze vírgula cinquenta por cento) sobre a parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês que exceder a 3 (três) vezes o valor de 1 (uma) URE-BD.
 - O participante, inclusive o que já seja Assistido pelo PLANO e que tenha entrado em gozo de benefício de prestação continuada a partir de 15/12/2000 contribuirá cumulativamente com as seguintes taxas:
 - 2,125% (dois vírgula cento e vinte e cinco por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês compreendida até a metade do valor de 1 (uma) URE-BD.
 - 5,432 % (cinco vírgula quatrocentos e trinta e dois por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês compreendida entre a metade do valor de 1 (uma) URE-BD e o valor de 1 (uma) URE-BD.
 - 10,634% (dez vírgula seiscentos e trinta e quatro por cento) sobre a parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês que exceder ao valor de 1 (uma) URE-BD, até 3 (três) vezes o valor de 1 (uma) URE-BD.
 - 13,252% (treze vírgula duzentos e cinquenta e dois por cento) sobre a parcela do Salário Real de Contribuição - SRC do mês que exceder a 3 (três) vezes o valor de 1 (uma) URE-BD.
 - A contribuição normal, mensal, do Patrocinador, será paritária com as contribuições de todos os participantes ativos e assistidos do PLANO.

NOTA 1: Nas contribuições referidas no inciso ii anterior não inclui o rateio paritário das despesas administrativas, a qual será paga paritariamente (participante e patrocinadora), através da "Taxa de Carregamento", que para o exercício de 2016 corresponderá a 12% da respectiva contribuição.

NOTA 2: As despesas administrativas referentes aos participantes assistidos que tenham entrado em gozo de benefício de prestação continuada antes de 15/12/2000, serão pagas pelo Patrocinador, já que a concessão do benefício foi anterior à vigência da Emenda Constitucional Nº 20/1998.

NOTA 3: 1 (uma) URE-BD corresponde, em dezembro de 2015 (a preços do mês do último reajuste, ou seja, de junho de 2015), ao valor de R\$ 3.659,06.

II. Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:



1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2014 para o final do ano 2015, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2014	31/12/2015	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	704.117.313,07	781.456.069,65	10,98%
Provisão de Benefícios a Conceder	345.456.565,83	375.284.197,28	8,63%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.049.573.878,90	1.156.740.266,93	10,21%

(valores em R\$)

III. Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano BD ELOS/ELETROSUL, em 31/12/2015, avaliada pelo Regime Financeiro de Capitalização na versão Agregado (já que o Regime Financeiro de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado não pode mais continuar a ser utilizado em decorrência do fechamento do Plano a novas adesões de participantes, com a migração voluntária de parte dos participantes para o Novo Plano CD - ELETROSUL encerrada em 31/12/2011), utilizando as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do ano de 2014, com exceção a adequação dos coeficientes de regressão adotados na função de Crescimento Real de Salário, da adoção da Taxa Real de Juros de 5,76% ao ano, da adequação proporcional da Tábua de Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (unisex) desgravada em 10%", da adoção do Fator de Capacidade de 96,71% e da adoção da Hipótese de Entrada em Aposentadoria com 1 (um) ano após o momento em o Participante Ativo preencha as condições para recebimento do benefício pleno, apresentou em 31/12/2015, um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (141.353.951,53), equivalente a 13,92% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 1.015.386.315,40.

2) Para o Déficit Técnico Acumulado apurado no encerramento do exercício de 2014, considerando que aquele Déficit, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015 na posição de 31/12/2014, correspondia a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (84.123.900,75), equivalente a 8,02% das Provisões Matemáticas então reavaliadas em R\$ 1.049.573.878,90, tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,68% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totalizava R\$ 24.411.819,51 em 31/12/2014, com base na Resolução CNPC nº 13, de 04 de novembro de 2013, observadas as informações constantes em estudo econômico financeiro e atuarial acerca das causas do resultado deficitário, não houve imperativo para que aquele resultado deficitário fosse equacionado ao longo do exercício de 2015, tanto de forma integral como de forma parcial.

3) Para o Déficit Técnico Acumulado que está sendo apurado no encerramento deste exercício de 2015, com base na Resolução CNPC nº 22/2015, de 25 de novembro de 2015, observadas as informações constantes em estudo econômico financeiro e atuarial acerca das causas do resultado deficitário, não há necessidade de que este resultado deficitário seja equacionado ao longo do exercício de 2016, pois o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (141.353.951,53), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (96.062.825,12), tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,76% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 45.291.126,41 em 31/12/2015, sendo este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (96.062.825,12) equivalente a 8,30% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.156.740.266,93, tendo em vista que a Duração Média do Passivo do Plano calculada



na posição de 31/12/2015 é de 13,69 anos e que conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 22/2015 de 25/11/2015, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente ao encerramento do exercício avaliado, se o equilíbrio técnico ajustado for superior ao limite calculado em $1\% \times (\text{duração média do passivo de 13,69 anos} - 4)$, o que resulta em um limite de 9,69% para o Plano BD ELOS / ELETROSUL na posição de 31/12/2015, portanto o limite do equilíbrio técnico ajustado de 8,30% para este exercício ficou abaixo do estipulado na legislação vigente, devendo ser anualmente observado, a partir de então, visando o equacionamento do resultado deficitário existe no Plano, quando necessário.

4) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: "qx da AT-2000 (unisex) desgravado em 10%" proporcionalizada por sexo (*), sendo que em 2014 foi adotada a mesma Tábua de Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (unisex) desgravado em 10%", também proporcionalizada por sexo.

(*) Tábua na versão unisex desgravada em 10%, com pesos de 19,38% e 80,62%, respectivamente para o sexo feminino e masculino, calculados pela população total de válidos dos Planos BD ELOS/ELETROSUL e CD ELETROSUL (B.P.D.S.), no final de 2014, que era de 1.285 indivíduos, dos quais 249 eram mulheres e 1.036 homens: sejam não assistidos (554), aposentados, que não por invalidez (683) e pensionistas por morte de participante (48), todos estes aqui considerados válidos.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: " da AT-83 (masculina) desgravado em 5%", sendo que em 2014 foi adotada essa mesma Tábua de Mortalidade de Inválidos.

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: "ix da LIGHT MÉDIA", sendo que em 2014 foi adotada essa mesma Tábua de Entrada em Invalidez.

iv) Tábua de Rotatividade: Nula, sendo que em 2014 foi adotada esta mesma premissa.

v) Taxa real de juros/desconto: 5,76% ao ano, sendo que em 2014 foi adotada a taxa real de juros/desconto de 5,68% ao ano, calculadas de acordo com a legislação vigente.

vi) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Como se trabalha na avaliação atuarial com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, tal procedimento já embute tal Fator de Determinação do valor real dos salários.

vii) Composição Familiar: É adotada a premissa da Família Média obtida com base na experiência regional, para os Benefícios a Conceder, sendo adotado a Família Efetiva para os Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte já concedidos, sendo que em 2014 foi adotada esta mesma premissa.

viii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 96,71%, compatível com uma inflação média anual de 6,00% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano, sendo que em 2014 foi adotado o Fator de Capacidade 97,50%, compatível com uma inflação média anual de 4,50%.

5) A rentabilidade nominal, calculada através da Taxa Interna de Retorno – TIR na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2015, foi de 12,71% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 17,27%, o que, em termos reais, representou obter 1,57% não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,68% ao ano estabelecida para 2015, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2016, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo alterada para em 5,76% ao ano.

6) Deve-se destacar que, segundo informações da área contábil da ELOS, o Saldo dos Débitos da Patrocinadora ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S/A para com o Plano de Benefícios Definidos (BD) da ELOS (Massa ELETROSUL) já registrados no Ativo do Plano, era, em 31/12/2015, de: i) R\$ 9.013.709,92 referentes à amortização que até 2007 vinha sendo registrada como Provisão Matemática a Constituir



(amortização em 96 meses a contar de janeiro de 2016); ii) R\$ 5.385.817,37 referentes a Recomposição da Reserva Matemática por Contrato Financeiro decorrente de Acordo Judicial proveniente de Desbloqueio do Teto de Contribuição ao Plano dos participantes envolvidos na correspondente Ação Judicial (amortização em 199 meses a contar de janeiro de 2016); e iii) R\$ 32.498.552,21 referentes a Contribuição (Parte Patronal Paritária) sobre os benefícios que seriam concedidos no Plano BD ELOS/ELETROSUL aos que se transferiram para o Plano CD ELOS/ELETROSUL caso os mesmos não tivessem realizado tal transferência (amortização em 196 meses a contar de janeiro de 2016).

IV. Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais descritas no item IV letra "a" desta D.A., os regimes atuariais de financiamento apresentados no item VI.8. desta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2015, refletida nesta DA.

V. Variação do Resultado Superavitário/Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Referência	Valor
Déficit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2014 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2015 (*1)	R\$ (127.279.839,15)
Perda decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2015 ter sido inferior a rentabilidade líquida correspondente a meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ (42.331.188,61)
Adequação dos coeficientes de regressão adotados na função de Crescimento Real de Salário	R\$ (8.552.351,38)
Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unisex) desgravada em 10% (*3)	R\$ 163.783,33
Adoção da Taxa Real de Juros de 5,76% ao ano	R\$ 12.705.596,00
Adoção do Fator de Capacidade de 96,71%	R\$ 9.449.060,75
Adoção da Hipótese de Entrada em Aposentadoria com 1 (um) ano após o momento em o Participante Ativo preencha as condições para recebimento do benefício pleno	R\$ 25.857.693,11
Alteração de Benefícios em Função de Decisão Judicial	R\$ (789.049,70)
Impacto decorrente da alteração no corte da base de dados de outubro, utilizado na avaliação atuarial de 31/12/2014, para dezembro, utilizado nesta avaliação atuarial de 31/12/2015	R\$ (9.008.932,32)
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*4)	R\$ (1.548.721,56)
Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015	R\$ (141.353.951,53)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ (141.353.951,53)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (141.353.951,53)
b) Ajuste de Precificação	R\$ 45.291.126,41
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b) (*5)	R\$ (96.062.825,12)

(*1): R\$ (127.279.839,15) = 108.535.720,26 x 1,1727 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2015 (Patrimônio Contábil) e o Valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2014 evoluído para 31/12/2015 considerando como se tivesse sido alcançada a meta atuarial de rentabilidade).

(*3): Tábua na versão unisex desgravada em 10%, com pesos de 19,38% e 80,62%, respectivamente para o sexo feminino e masculino, calculados pela população total de válidos dos Planos BD ELOS/ELETROSUL e CD ELETROSUL (B.P.D.S.), no final de 2014, que era de 1.285 indivíduos, dos quais 249 eram mulheres e 1.036 homens: sejam não assistidos (554), aposentados, que não por invalidez (683) e pensionistas por morte de participante (48), todos estes aqui considerados válidos.

(*4): Equivale a 0,13% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 1.156.740.266,93 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício. Sendo pelo princípio da imaterialidade/irrelevância dessa perda residual, está sendo designado como



"Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*5): Equilíbrio Técnico Ajustado calculado com base na Resolução CNPC nº 26/2008, que representa 8,30% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 1.156.740.266,93, além de ser o percentual a ser observado no caso de equacionamento de resultado deficitário.

VI. Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ (141.353.951,53) é caracterizado em sua maior parte como sendo de origem conjuntural, e, independente de sua natureza, não há necessidade que este resultado deficitário seja equacionado ao longo do exercício de 2016, pois o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (141.353.951,53), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (96.062.825,12), tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,76% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 45.291.126,41 em 31/12/2015, sendo este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (96.062.825,12) equivalente a 8,30% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.156.740.266,93, tendo em vista que a Duração Média do Passivo do Plano calculada na posição de 31/12/2015 é de 13,69 anos e que conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 22/2015 de 25/11/2015, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente ao encerramento do exercício avaliado, se o equilíbrio técnico ajustado for superior ao limite calculado em $1\% \times (\text{duração média do passivo de } 13,69 \text{ anos} - 4)$, o que resulta em um limite de 9,69% para o Plano BD ELOS / ELETROSUL na posição de 31/12/2015, portanto o limite do equilíbrio técnico ajustado de 8,30% para este exercício ficou abaixo do estipulado na legislação vigente, devendo ser anualmente observado, a partir de então, visando o equacionamento do resultado deficitário existe no Plano, quando necessário.

VII. Soluções para Equacionamento do Déficit:

Os estudos para equacionar resultados deficitários a partir do encerramento do exercício de 2014, são realizados considerando as novas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que entraram em vigor a partir de 01/01/2015, tendo em vista que no encerramento do exercício de 2015, o Déficit Técnico Acumulado apurado foi de R\$ (141.353.951,53), não há necessidade de que este resultado deficitário seja equacionado ao longo do exercício de 2016, pois o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (141.353.951,53), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (96.062.825,12), tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,76% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 45.291.126,41 em 31/12/2015, sendo este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (96.062.825,12) equivalente a 8,30% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.156.740.266,93, tendo em vista que a Duração do Passivo do Plano calculada na posição de 31/12/2015 é de 13,69 anos e que conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 22/2015 de 25/11/2015, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício



subsequente ao encerramento do exercício avaliado, se o equilíbrio técnico ajustado for superior ao limite calculado em $1\% \times (\text{duração do passivo de 13,69 anos} - 4)$, o que resulta em um limite de 9,69% para o Plano BD ELOS / ELETROSUL na posição de 31/12/2015, portanto o limite do equilíbrio técnico ajustado de 8,30% para este exercício ficou abaixo do estipulado na legislação vigente, devendo ser anualmente observado, a partir de então, visando o equacionamento do resultado deficitário existe no Plano, quando necessário.

VIII. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:
Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 01/01/2010 e com o processo de migração para o Plano CD - ELETROSUL encerrado em 31/12/2011, o regime financeiro de capitalização que está sendo adotado, desde a avaliação atuarial de 2011, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

RIO DE JANEIRO, 17 de março de 2016 (Anexo 2 ao JM/0317/2016 de 17/03/2016)

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA Nº 426

PARECER ATUARIAL PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL



PARECER ATUARIAL CONSTANTE NA DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA) DE DEZ/2015 PLANO BD-ELOS/TRACTEBEL

PARECER ATUARIAL

I. Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) Trata-se de um Plano no qual não há mais Participantes Não Assistidos (a não ser os enquadrados em Benefício Proporcional Diferido) e no qual não há mais contribuição normal do Patrocinador, só existindo, para o custeio dos benefícios, contribuição normal dos Participantes Assistidos.

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	-	-
INVALIDEZ	-	-
PENSÃO POR MORTE / AUXÍLIO RECLUSÃO	-	-
AUXÍLIO FUNERAL	-	-
SUB-TOTAL (1)	- %	- %
SUPLEMENTAR	*1	*1
EXTRAORDINARIA	*2 *3	*2 *3
SUB-TOTAL (2)	-	-
TOTAL (1)+(2)	-	-
CUSTO ADMINISTRATIVO	*4	*4

*1: Corresponde à contribuição destinada ao equacionamento do saldo do Déficit Equacionado do exercício de 2009 (CONTRATADO COM CLÁUSULA DE AJUSTE ATUARIAL), cuja cobertura foi assumida integralmente pela Patrocinadora TRACTEBEL ENERGIA, através de contrato firmado entre as partes em 19/03/2010, com cláusula de revisão atuarial, na forma inclusive destacada no inciso 3 deste item VI.1.

*2: Entrarão em vigor, a partir de maio/2016, as contribuições adicionais da Patrocinadora, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade da Patrocinadora corresponde ao dobro da atribuída aos Participantes, contratadas financeiramente com amortizações mensais, onde a Patrocinadora celebrará instrumento contratual com garantias, nos termos do item 10.2 do Regulamento anexo à Resolução CGPC 18/2006, na redação conferida pela Resolução CNPC nº 15 de 19/11/2014, com amortização pela Tabela Price, destinadas a equacionar 2/3 (dois terços) da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015, em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016.

*3: Entrarão em vigor, a partir de maio/2016, as contribuições adicionais dos Participantes e Pensionistas, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade dos Participantes corresponde a metade da atribuída a Patrocinadora, destinadas a equacionar 1/3 (um terço) da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015, em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016.

*4: As despesas administrativas, conforme previsão regulamentar, são cobertas pelo Patrocinador.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2015, a idade média dos Participantes Não Assistidos (todos enquadrados no Instituto do Benefício Proporcional Diferido) é de 65 anos.

- 2) Também, por se tratar de Plano de Benefício no qual não há mais Participantes Não Assistidos (a não ser os enquadrados em Benefício Proporcional Diferido) e no qual não há mais contribuição normal do Patrocinador para o custeio dos benefícios, só existindo contribuição normal somente dos Participantes Assistidos.


JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos	-%	-%
Contribuição Normal da Patrocinadora	-%	-%
Sub-total	-	-%
Custo Suplementar	*1	*1
Extraordinária	*2 *3	*2*3
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	-%	-%
Contribuições Normais dos Assistidos:		
Aposentados Assistidos (Média)	5,61%	5,59%
Pensionistas Assistidos	-%	-%

*1: Corresponde à contribuição destinada ao equacionamento do saldo do Déficit Equacionado do exercício de 2009 (CONTRATADO COM CLÁUSULA DE AJUSTE ATUARIAL), cuja cobertura foi assumida integralmente pela Patrocinadora TRACTEBEL ENERGIA, através de contrato firmado entre as partes em 19/03/2010, com cláusula de revisão atuarial, na forma inclusive destacada no inciso 3 deste item VI.1.

*2: Entrarão em vigor, a partir de maio/2016, as contribuições adicionais da Patrocinadora, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade da Patrocinadora corresponde ao dobro da atribuída aos Participantes, contratadas financeiramente com amortizações mensais, onde a Patrocinadora celebrará instrumento contratual com garantias, nos termos do item 10.2 do Regulamento anexo à Resolução CGPC 18/2006, na redação conferida pela Resolução CNPC nº 15 de 19/11/2014, com amortização pela Tabela Price, destinadas a equacionar 2/3 (dois terços) da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015, em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016.

*3: Entrarão em vigor, a partir de maio/2016, as contribuições adicionais dos Participantes e Pensionistas, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade dos Participantes corresponde a metade da atribuída a Patrocinadora, destinadas a equacionar 1/3 (um terço) da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015, em conformidade com o Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016.

NOTA: As Despesas Administrativas, conforme previsão regulamentar, são cobertas pelo Patrocinador.

3) Para o exercício de 2016, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano e na atual legislação em vigor, ou seja, sem qualquer elevação na contribuição para equacionamento de resultado deficitário conforme descrito no item VI.3 deste Parecer Atuarial:

- i. Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos:
 - 1,80% da parcela do Salário Real de Contribuição do mês, compreendida até a metade do valor de 1 (uma) URE-BD;
 - 4,60% da parcela do Salário Real de Contribuição do mês, compreendida entre a metade e o valor de 1 (uma) URE-BD;
 - 9,00% (da parcela do Salário Real de Contribuição do mês, compreendida entre o valor de 1 (uma) URE-BD e o valor de 3 (três) URE-BD; e.
 - 11,50% da parcela do Salário Real de Contribuição do mês, que exceder o valor de 3 (três) URE-BD, tão-somente para os Participantes inscritos no Plano até 07/04/1980 que não tenham feito a opção de contribuir tão-somente sobre a parcela do Salário Real de Contribuição do mês não excedente ao valor de 3 (três) URE-BD.


JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

NOTA: 1 (uma) URE-BD é o valor de R\$ 1.869,34 atualizado pelo INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) no mês dos reajustes anuais dos benefícios de prestação continuada do Plano BD ELOS / TRACTEBEL, acumulado desde o mês de junho de 2003 (inclusive), estando em dezembro de 2015, no valor de R\$ 3.807,43.

ii. Contribuição Normal do Patrocinador:

Igual ao dobro da contribuição dos empregados participantes (devendo ser destacado não existirem mais empregados participantes no Plano).

NOTA: O custeio das despesas administrativas, conforme previsão regulamentar, são cobertas pelo Patrocinador.

iii. Contribuição Extraordinária do Patrocinador (Déficit Equacionado referente ao exercício de 2009 contratado com cláusula de ajuste atuarial):

Nos termos da correspondência CE DFI-0026/2014, com informações sobre a retomada dos pagamentos das parcelas remanescentes do Contrato de Ajuste de Déficit firmado em 19/03/2010, em face a suspensão realizada em 30/12/2012, cujo saldo devedor remanescente, calculado a partir da referida suspensão, resulta em montante de R\$ 32.022.297,11 em 31/12/2015, sendo sua amortização de responsabilidade patronal, a ser realizada em até 162 parcelas mensais (remanescentes), com cláusula de possibilidade de revisão do saldo devedor, na forma prevista na legislação aplicável até 31/12/2015.

NOTA: No numeral 7 do item VI.3. desta (D.A.), encontram-se detalhados os Débitos do Patrocinador para com o Plano BD ELOS / TRACTEBEL, devidamente contratados financeiramente.

iv. Contribuição Extraordinária do Patrocinador (Déficit Equacionado referente ao exercício de 2014, na posição de 31/12/2015):

Nos termos do Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016, entrarão em vigor, a partir de maio/2016, as contribuições adicionais da Patrocinadora, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade da Patrocinadora corresponde ao dobro da atribuída aos Participantes, contratadas financeiramente com amortizações mensais, onde a Patrocinadora celebrará instrumento contratual com garantias, nos termos do item 10.2 do Regulamento anexo à Resolução CGPC 18/2006, na redação conferida pela Resolução CNPC nº 15 de 19/11/2014, com amortização pela Tabela Price, destinadas a equacionar 2/3 (dois terços) da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015.

NOTA: No numeral 7 do item VI.3. desta (D.A.), encontram-se detalhados os Débitos do Patrocinador para com o Plano BD ELOS / TRACTEBEL, devidamente contratados financeiramente.

v. Contribuição Extraordinária dos Participantes e Pensionistas (Déficit Equacionado referente ao exercício de 2014, na posição de 31/12/2015):

Nos termos do Plano de Equacionamento de Déficit apresentado através do JM/2764/2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade em sua Reunião nº 339 de 22/03/2016, entrarão em vigor, a partir de maio/2016, as contribuições adicionais dos Participantes e Pensionistas, conforme regra contributiva definida no artigo 59 do Regulamento do Plano, segundo o qual a responsabilidade dos Participantes corresponde a metade da atribuída a Patrocinadora, destinadas a equacionar 1/3 (um terço) da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em



31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas então existentes no Plano, nos termos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015.

II. Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2014 para o final do ano 2015 considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2014	31/12/2015	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	1.168.818.426,00	1.239.260.337,00	6,03%
Provisão de Benefícios a Conceder	787.327,00	846.231,00	7,48%
Provisão Matemática a Constituir *1	(30.223.173,60)	(32.022.297,11)	5,95%
Provisão Matemática a Constituir *2	-	(142.335.249,75)	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.139.382.579,40	1.065.749.021,14	-6,46%

(valores em R\$)

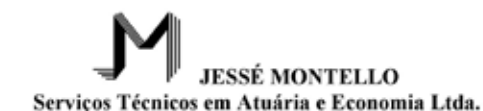
*1: Corresponde ao saldo do Déficit Equacionado referente ao exercício de 2009 [CONTRATADO COM CLÁUSULA DE AJUSTE ATUARIAL], cuja cobertura foi assumida em 2010 pela Patrocinadora TRACTEBEL ENERGIA, através de contrato firmado entre as partes em 19/03/2010.

*2: Equacionamento do valor absoluto da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas do Plano (onde: $5,20\% = 1\% \times (9,2 - 4)$) no prazo da duração média do passivo do Plano vezes 1,5, totalizando 13,8 anos (165 meses), que corresponde ao montante de R\$ 142.335.249,75, considerando a proporção contributiva de que para cada R\$ 1,00 de Contribuição Adicional do Participante / Assistido / Pensionista, a contrapartida a ser realizada pela Patrocinadora será de R\$ 2,00, calculando então esta Contribuição Adicional para Participantes, Assistidos e Pensionistas para 1/3 (R\$ 47.445.083,25) do valor absoluto apurado e que a parcela remanescente desse valor absoluto, representando então 2/3 (R\$ 94.890.166,50) do valor a ser equacionado, contratado pela Patrocinadora com amortizações mensais postecipadas calculadas pela Tabela Price, a Taxa Real de Juros de 5,75% ao ano e atualização monetária dada pela variação mensal do INPC-IBGE do mês anterior ao de competência, a partir de maio/2016.

III. Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Definidos (BD) ELOS / TRACTEBEL, patrocinado pela TRACTEBEL ENERGIA, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 09/04/2008, a novas adesões de participantes, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adequação proporcional da Tábua de Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (unissex)" e da adoção do Fator de Capacidade de 96,71%, apresentou em 31/12/2015, um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (126.498.421,72), equivalente a 11,87% das Provisões Matemáticas, então existentes, de R\$ 1.065.749.021,74.

2) Para o Déficit Técnico Acumulado apurado no encerramento do exercício de 2014, com base na Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, observadas as informações constantes em estudo econômico financeiro e atuarial acerca das causas do resultado deficitário, foi elaborado o estudo de equacionamento de déficit através do JM/2764/2015, pois o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (215.135.300,42) apurado em 31/12/2014, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, correspondia a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (201.583.143,88), tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,75% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totalizava R\$ 13.552.156,54 em 31/12/2014, sendo este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (201.583.143,88) equivalente a 17,69% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.139.382.579,40, sendo então aprovado pelos Conselheiros da ELOS o equacionamento do valor absoluto da parcela entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado em 31/12/2014 e 5,20% do total das Provisões Matemáticas do Plano (onde: $5,20\% = 1\% \times (9,2 - 4)$) no prazo da duração média do passivo



do Plano vezes 1,5, totalizando 13,8 anos (165 meses), que corresponde ao montante de R\$ 142.335.249,75, considerando a proporção contributiva de que para cada R\$ 1,00 de Contribuição Adicional do Participante / Assistido / Pensionista, a contrapartida a ser realizada pela Patrocinadora será de R\$ 2,00, calculando então esta Contribuição Adicional para Participantes, Assistidos e Pensionistas para 1/3 (R\$ 47.445.083,25) do valor absoluto apurado e que a parcela remanescente desse valor absoluto, representando então 2/3 (R\$ 94.890.166,50) do valor a ser equacionado, contratado pela Patrocinadora com amortizações mensais postecipadas calculadas pela Tabela Price, a Taxa Real de Juros de 5,75% ao ano e atualização monetária dada pela variação mensal do INPC-IBGE do mês anterior ao de competência, atualizada a partir de janeiro/2016, inclusive a parcela correspondente aos Participantes e Assistidos, e implantadas a partir de maio/2016.

3) Para o Déficit Técnico Acumulado que está sendo apurado no encerramento deste exercício de 2015, com base na Resolução CNPC nº 22/2015, de 25 de novembro de 2015, observadas as informações constantes em estudo econômico financeiro e atuarial acerca das causas do resultado deficitário, há necessidade de elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2016, pois o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (126.498.421,72), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (78.882.380,12), tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,75% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 47.616.041,60 em 31/12/2015, sendo este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (78.882.380,12) equivalente a 7,40% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.065.749.021,14 na posição de 31/12/2015, tendo em vista que a Duração Média do Passivo do Plano calculada na posição de 31/12/2015 é de 9,27 anos e que conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 22/2015 de 25/11/2015, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente ao encerramento do exercício avaliado, se o equilíbrio técnico ajustado for superior ao limite calculado em $1\% \times$ (duração média do passivo de 9,27 anos - 4), o que resulta em um limite de 5,27% para o Plano BD ELOS / TRACTEBEL na posição de 31/12/2015, portanto o equilíbrio técnico ajustado apurado neste exercício, equivalente a 7,40% das Provisões Matemáticas, ficou acima do estipulado na legislação vigente, sendo então necessário que seja elaborado e aprovado, durante o exercício de 2016, um Plano de Equacionamento equivalente ao menos a parcela resultante da diferença entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado e o limite calculado em 5,27% das Provisões matemáticas apuradas em 31/12/2015, a ser implementado em até 60 dias após sua respectiva aprovação, devendo este critério ser anualmente observado, a partir de então, visando o equacionamento do resultado deficitário existente no Plano, quando necessário.

4) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: "qx da AT-2000 (unissex)" proporcionalizada por sexo (*), sendo que em 2014 foi adotada a mesma Tábua de Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (unissex)", também proporcionalizada por sexo.

(*) Tábua AT2000 na versão unissex, com pesos de 31,38% e 68,62%, respectivamente para o sexo feminino e masculino, calculados pela população total de válidos do Plano BD ELOS/TRACTEBEL, no final de 2014, que era de 2.100 indivíduos, dos quais 659 eram mulheres e 1.441 homens: sejam não assistidos (3), aposentados, que não por invalidez (1.572) e pensionistas por morte de participante (525), todos estes aqui considerados válidos.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: " da AT-83", sendo que em 2014 foi adotada essa mesma Tábua de Mortalidade de Inválidos.



iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Não Aplicável, já que os que ainda são Participantes Não Assistidos do Plano estão enquadrados no Benefício Proporcional Diferido e já preencheram as condições para requererem Benefício.

iv) Rotatividade: Não Aplicável, já que os que ainda são Participantes Não Assistidos do Plano estão enquadrados no Benefício Proporcional Diferido.

v) Taxa real de juros/desconto: 5,75% ao ano, sendo que em 2014 foi adotada essa mesma taxa real de juros / descontos.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Não Aplicável, já que os que ainda são Participantes Não Assistidos do Plano estão enquadrados no Benefício Proporcional Diferido.

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Não Aplicável, já que os que ainda são Participantes Não Assistidos do Plano estão enquadrados no Benefício Proporcional Diferido.

viii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 96,71%, compatível com uma inflação média anual de 6,00% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano, sendo que em 2014 foi adotado o Fator de Capacidade 97,50%, compatível com uma inflação média anual de 4,50%.

ix) Composição Familiar: É adotada a premissa da Família Média obtida com base na experiência regional, para os Benefícios a Conceder, sendo adotado a Família Efetiva para os Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte já concedidos, sendo que em 2014 foi adotada esta mesma premissa.

5) A rentabilidade nominal, calculada através da Taxa Interna de Retorno – TIR na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2015, foi de 13,58% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 17,35%, o que, em termos reais, representou obter 2,35%, contra a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,75% ao ano estabelecida para 2015, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno – TIR, a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

6) Deve-se destacar que, segundo informações da área contábil da ELOS, o Saldo dos Débitos da Patrocinadora TRACTEBEL ENERGIA para com o Plano de Benefícios Definidos (BD) da ELOS (Massa TRACTEBEL) já registrados no Ativo do Plano, sem considerar o Débito relativo ao equacionamento do Déficit Técnico existente em 31/12/2009, que por ter cláusula de revisão atuarial, está registrado como Provisão Matemática a Constituir, era, em 31/12/2015, de: i) R\$13.132.460,61 referentes à Recomposição de Reserva Matemática decorrente de Acordo Judicial de Desbloqueio do Teto de Contribuição ao Plano para os envolvidos na correspondente Ação Judicial (amortização em 199 meses a contar de janeiro de 2016); ii) R\$ 22.920.267,87 referentes à amortização do que até 2005 era registrado como Provisão Matemática a Constituir (amortização em 96 meses a contar de janeiro de 2016); iii) R\$ 4.592.425,91 referentes ao aumento do piso mínimo, atuarialmente avaliado, que foi assumido pela Patrocinadora através de contrato (amortização em 168 meses a contar de janeiro de 2016, periodicidade anual); e iv) R\$ 94.890.166,50 relativo ao equacionamento do Déficit Técnico existente em 31/12/2014, que por ter cláusula de revisão atuarial, está registrado como Provisão Matemática a Constituir (amortização em 165 meses a contar de março de 2016).

IV. Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

1) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 5 do item VI.3. desta D.A., o regime atuarial de financiamento referido no item VI.8. desta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de



análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2015, refletida nesta DA.

V. Variação do Resultado Superavitário/Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Referência	Valor
Deficit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2014 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2015 (*1)	R\$ (252.461.275,04)
Perda decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2015 ter sido inferior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ (33.583.730,55)
Adoção da Tábua de Mortalidade AT-2000 (unisex) (*3)	R\$ (1.823.491,00)
Adoção do Fator de Capacidade de 96,71%	R\$ 10.130.122,00
Equacionamento do Déficit apurado em 31/12/2014	R\$ 142.335.249,75
Alteração de benefícios em função de Decisão Judicial	R\$ (913.876,61)
Impacto decorrente da revisão da base cadastral de dependentes-beneficiários de Participantes Assistidos, realizado em agosto/2015	R\$ 6.345.969,37
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*4)	R\$ 3.472.610,36
Deficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015	R\$ (126.498.421,72)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ (126.498.421,72)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (126.498.421,72)
b) Ajuste de Precificação	R\$ 47.616.041,60
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b) (*5)	R\$ (78.882.380,12)

(*1): R\$ (252.461.275,04) = (215.135.300,42) x 1,1735 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2015 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2014 evoluído para 31/12/2015 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Tábua AT2000 na versão unisex, com pesos de 31,38% e 68,62%, respectivamente para o sexo feminino e masculino, calculados pela população total de válidos do Plano BD ELOS/TRACTEBEL, no final de 2014, que era de 2.100 indivíduos, dos quais 659 eram mulheres e 1.441 homens: sejam não assistidos (3), aposentados, que não por invalidez (1.572) e pensionistas por morte de participante (525), todos estes aqui considerados válidos.

(*4): Equivale a 0,32% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 1.065.749.021,14 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como "Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*5): Equilíbrio Técnico Ajustado calculado com base na legislação vigente, que representa 7,40% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 1.065.749.021,14, além de ser o percentual a ser observado no caso de equacionamento de resultado deficitário.

VI. Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ (126.498.421,72) é caracterizado em sua maior parte como sendo de origem conjuntural, e, independente de sua natureza, há necessidade de que seja elaborado plano de equacionamento ao longo do exercício de 2016, pois o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (126.498.421,72), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (78.882.380,12), tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a Índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,75% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 47.616.041,60 em 31/12/2015, sendo este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (78.882.380,12)



equivalente a 7,40% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.065.749.021,14 na posição de 31/12/2015, tendo em vista que a Duração Média do Passivo do Plano calculada na posição de 31/12/2015 é de 9,27 anos e que conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 22/2015 de 25/11/2015, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente ao encerramento do exercício avaliado, se o equilíbrio técnico ajustado for superior ao limite calculado em $1\% \times (\text{duração média do passivo de 9,27 anos} - 4)$, o que resulta em um limite de 5,27% para o Plano BD ELOS / TRACTEBEL na posição de 31/12/2015, portanto o equilíbrio técnico ajustado apurado neste exercício, equivalente a 7,40% das Provisões Matemáticas, ficou acima do estipulado na legislação vigente, sendo então necessário que seja elaborado e aprovado, durante o exercício de 2016, um Plano de Equacionamento equivalente ao menos a parcela resultante da diferença entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado e o limite calculado em 5,27% das Provisões matemáticas apuradas em 31/12/2015.

VII. Soluções para Equacionamento do Déficit:

Os estudos para equacionar resultados deficitários a partir do encerramento do exercício de 2014, são realizados considerando as novas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que entraram em vigor a partir de 01/01/2015, tendo em vista que no encerramento do exercício de 2015, o Déficit Técnico Acumulado apurado foi de R\$ (126.498.421,72), há necessidade de que seja elaborado plano de equacionamento ao longo do exercício de 2016, pois o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (126.498.421,72), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (78.882.380,12), tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,75% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 47.616.041,60 em 31/12/2015, sendo este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (78.882.380,12) equivalente a 7,40% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.065.749.021,14 na posição de 31/12/2015, tendo em vista que a Duração Média do Passivo do Plano calculada na posição de 31/12/2015 é de 9,27 anos e que conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 22/2015 de 25/11/2015, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente ao encerramento do exercício avaliado, se o equilíbrio técnico ajustado for superior ao limite calculado em $1\% \times (\text{duração média do passivo de 9,27 anos} - 4)$, o que resulta em um limite de 5,27% para o Plano BD ELOS / TRACTEBEL na posição de 31/12/2015, portanto o equilíbrio técnico ajustado apurado neste exercício, equivalente a 7,40% das Provisões Matemáticas, ficou acima do estipulado na legislação vigente, sendo então necessário que seja elaborado e aprovado, durante o exercício de 2016, um Plano de Equacionamento equivalente ao menos a parcela resultante da diferença entre o total do Equilíbrio Técnico Ajustado e o limite calculado em 5,27% das Provisões matemáticas apuradas em 31/12/2015, a ser implementado em até 60 dias após sua respectiva aprovação, devendo este critério ser anualmente observado, a partir de então, visando o equacionamento do resultado deficitário existente no Plano, quando necessário.

VIII. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 09/04/2008 a novas adesões de participantes, no qual inclusive não se registra mais Participantes Não Assistidos, (a não ser os que estão enquadrados em Benefício Proporcional Diferido), o regime financeiro de capitalização adotado no



financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, que são os basicamente benefícios remanescentes nesse Plano, é o de Capitalização na versão Agregado, o qual é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

RIO DE JANEIRO, 25 de março de 2016 (Anexo 1 ao JM/0346/2016 de 25/03/2016)

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA Nº 426

PARECER ATUARIAL PLANO CD-ELETROSUL



PARECER ATUARIAL CONSTANTE NA DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL (DA) DE DEZ/2015 PLANO CD- ELETROSUL

PARECER ATUARIAL

I. Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano CD - ELETROSUL, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela ELOS, resultou no custo total de 24,42%, conforme abaixo descrito:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	Ano Anterior (*3)	Ano Atual (*3)
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS	23,43%	23,69%
PECÚLIO POR INVALIDEZ (*1)	0,88%	0,41%
PECÚLIO POR MORTE (*1)	0,69%	0,32%
SUB-TOTAL (1)	25,00%	24,42%
SUPLEMENTAR	-%	-%
CUSTO ADMINISTRATIVO (*2)	-%	-%
SUB-TOTAL (2)	-%	-%
TOTAL (1)+(2)	25,00%	24,42%

*1: Corresponde à parcela da Contribuição Normal Paritária do Patrocinador, destinada ao Custeio dos Benefícios de Risco, reavaliado neste exercício de 2015 e reduzido em 50% em relação ao custeio do exercício anterior (2014), conforme Parecer Atuarial (JM-2577/2015) e aprovado pelo Conselho Deliberativo (Ata nº 333/2015).

*2: A partir de mar/2013 foi alterado a forma de cálculo da Despesa Administrativa, passando a ser um percentual a ser definido anualmente no Plano de Custeio e aplicado sobre o Recurso Garantidor dos Benefícios, de responsabilidade paritária entre o Patrocinador e o Participante, sendo este percentual determinado para o exercício de 2016 em 0,018%.

*3: Se considerou os valores de R% observados no mês de dezembro do respectivo ano.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2015, a idade média dos participantes ativos é de 46 anos.

- 2) O custo total reavaliado de 24,42% será custeado, no exercício de 2016, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano CD - ELETROSUL, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, correspondendo a:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior (*2)	Ano Atual (*2)
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis) (*1)	12,50%	12,21%
Contribuição Normal da Patrocinadora (*1)	12,50%	12,21%
Sub-Total	25,00%	24,42%
Contribuição Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos):	25,00%	24,42%
Contribuições Normais dos Assistidos:		
Aposentados Assistidos	-%	-%
Pensionistas Assistidos	-%	-%

*1: O custeio da Despesa Administrativa, desde o exercício de 2013 passou a ser calculada sobre o Recurso Garantidor dos Benefícios, em percentual a ser definido anualmente no Plano de Custeio de forma paritária entre Patrocinador e Participante, sendo este percentual determinado para o exercício de 2016 em 0,018%.

*2: Se considerou os valores de R% observados no mês de dezembro do respectivo ano, onde R% é o percentual da contribuição plena escolhida pelo participante.

NOTA: No numeral 6 do item VI.3. encontra-se o Plano de Custeio vigente, que continuará em vigor em 2016.



II. Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

- 1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2014 para o final do ano 2015, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2014	31/12/2015	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	201.878.747,38	221.109.767,31	9,53%
Provisão de Benefícios a Conceder	313.738.588,48	382.505.166,86	21,92%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	515.617.335,86	603.614.934,18	17,07%

(valores em R\$)

III. Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) Considerando que o Plano CD-ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, somente há registro de Superávit Técnico Acumulado ou de Déficit Técnico Acumulado na cobertura relativa aos Benefícios Saldados (Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados) sob a forma de Benefício Definido, sendo que, no que se refere aos Benefícios de Pecúlio por Morte em Atividade / Entrada em Invalidez, avaliados por Repartição Simples, os Resultados Positivos Acumulados constituem o Fundo Coletivo de Benefício de Risco.

NOTA: De acordo com o constante do DRAA (modelo SPC do MPS) que compôs a Nota Técnica de Implantação do Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 CD ELETROSUL (JM-1356/2007 de 20/06/2007), Plano este aprovado pela então Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria nº 3253 de 23/12/2009, publicada no D.O.U em 28/12/2009, o Fundo Exclusivo dos Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) se destina exclusivamente a dar cobertura às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder dos optantes parcial (50%) ou total (100%) pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.), sendo a cobertura de eventual insuficiência atuarial de recursos nesse Fundo de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora ELETROSUL.

2) Nesse contexto, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, as Provisões Matemáticas estão avaliadas considerando: i) taxa real de desconto/juros de 5,70% ao ano em substituição a taxa real de desconto/juros de 5,64%; ii) Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (unissex) desagravada em 10%"; iii) Mortalidade de Inválidos " da AT-83 (masculina) desagravado em 5%"; iv) Entrada em Invalidez: "ix da LIGHT MÉDIA"; v) Rotatividade Nula; vi) Fator de Capacidade de 96,71%, em substituição ao fator de Capacidade de 97,50% e vii) Composição Familiar Efetiva na Avaliação dos Benefícios já Concedidos, resultando num valor de Provisão Matemática de R\$ 603.614.934,18 e num valor de Superávit Técnico Acumulado de R\$ 1.276.652,79, devidamente registrado como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável.

3) O valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,70% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 2.835.079,06 em 31/12/2015. E, conforme disposto na legislação em vigor, em caso de uma possível destinação de resultado nos termos da atual legislação em vigor, apenas o valor do ajuste de precificação negativo deve ser deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

4) Em relação ao Benefício (Pecúlio) de Risco por Morte do Participante Ativo, com base nos resultados apresentados através do JM/2577/2015, a partir desta reavaliação atuarial referente ao encerramento do exercício de 2015, foi definido que a Taxa de Risco de Morte será reavaliada anualmente, tomando por base a Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculina) e o cálculo realizado pela Teoria Coletiva do Risco, com base na observação de pagamentos de benefícios de risco realizados nos últimos 5 exercícios encerrados, tendo em vista que o saldo apurado no Fundo vem se mostrando suficiente, conforme



II. Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2014 para o final do ano 2015, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2014	31/12/2015	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	201.878.747,38	221.109.767,31	9,53%
Provisão de Benefícios a Conceder	313.738.588,48	382.505.166,86	21,92%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	515.617.335,86	603.614.934,18	17,07%

(valores em R\$)

III. Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) Considerando que o Plano CD-ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, somente há registro de Superávit Técnico Acumulado ou de Déficit Técnico Acumulado na cobertura relativa aos Benefícios Saldados (Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados) sob a forma de Benefício Definido, sendo que, no que se refere aos Benefícios de Pecúlio por Morte em Atividade / Entrada em Invalidez, avaliados por Repartição Simples, os Resultados Positivos Acumulados constituem o Fundo Coletivo de Benefício de Risco.

NOTA: De acordo com o constante do DRAA (modelo SPC do MPS) que compôs a Nota Técnica de Implantação do Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 CD ELETROSUL (JM-1356/2007 de 20/06/2007), Plano este aprovado pela então Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria nº 3253 de 23/12/2009, publicada no D.O.U em 28/12/2009, o Fundo Exclusivo dos Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) se destina exclusivamente a dar cobertura às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder dos optantes parcial (50%) ou total (100%) pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.), sendo a cobertura de eventual insuficiência atuarial de recursos nesse Fundo de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora ELETROSUL.

2) Nesse contexto, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, as Provisões Matemáticas estão avaliadas considerando: i) taxa real de desconto/juros de 5,70% ao ano em substituição a taxa real de desconto/juros de 5,64%; ii) Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (unisex) desgravada em 10%"; iii) Mortalidade de Inválidos " da AT-83 (masculina) desgravada em 5%"; iv) Entrada em Invalidez: "ix da LIGHT MÉDIA"; v) Rotatividade Nula; vi) Fator de Capacidade de 96,71%, em substituição ao fator de Capacidade de 97,50% e vii) Composição Familiar Efetiva na Avaliação dos Benefícios já Concedidos, resultando num valor de Provisão Matemática de R\$ 603.614.934,18 e num valor de Superávit Técnico Acumulado de R\$ 1.276.652,79, devidamente registrado como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável.

3) O valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,70% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 2.835.079,06 em 31/12/2015. E, conforme disposto na legislação em vigor, em caso de uma possível destinação de resultado nos termos da atual legislação em vigor, apenas o valor do ajuste de precificação negativo deve ser deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

4) Em relação ao Benefício (Pecúlio) de Risco por Morte do Participante Ativo, com base nos resultados apresentados através do JM/2577/2015, a partir desta reavaliação atuarial referente ao encerramento do exercício de 2015, foi definido que a Taxa de Risco de Morte será reavaliada anualmente, tomando por base a Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculina) e o cálculo realizado pela Teoria Coletiva do Risco, com base na observação de pagamentos de benefícios de risco realizados nos últimos 5 exercícios encerrados, tendo em vista que o saldo apurado no Fundo vem se mostrando suficiente, conforme



b) Parcela a ser realizada em relação aos que se transferiram para o Plano recebendo incentivo pela migração:

- de 50% a 100% de 3,33% na parcela do Salário Real de Contribuição não superior ao valor de 1/2 (meia) URE-CD;

- de 50% a 100% de 8,51% na parcela do Salário Real de Contribuição entre 1/2 (meia) e 1 (uma) URE-CD;

- de 50% a 100% de 16,65% na parcela do Salário Real de Contribuição entre 1 (uma) e 3 (três) URE-CD; e

- de 50% a 100% de 21,28% na parcela do Salário Real de Contribuição que exceder a 3 (três) URE-CD.

Do total dessa parcela paritária da contribuição normal da Patrocinadora, temos que 100% será destinado à cobertura dos benefícios programados.

NOTA: Desde março/2013, com a publicação da portaria PREVIC n.º 89 de 25/02/2013, que aprovou as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios CD-ELETROSUL, a ELOS passou a utilizar como base de cálculo o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Participante, inclusive Assistidos, para apuração da fonte de custeio do PGA do Plano, com a utilização do percentual de 0,018% (*), aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da ATA n.º 324, de 02/12/2014 para o exercício de 2015. A ATA n.º 305 de 14/03/2013 definiu a forma de utilização do Fundo Administrativo do Plano, que na posição de 31/12/2013 era de R\$ 6.328.633,57, para os Participantes inscritos no Plano até 14/03/2013, a fim de cobrir as despesas administrativas vinculadas ao Plano durante o exercício de 2013 e seguintes, enquanto perdurar tal fundo, relacionadas aos referidos Participantes, calculadas por rateio em função do valor do Saldo de Contas dos Participantes, inclusive Assistidos e do Saldo de Contas do Patrocinador, bem como determina um saldo mínimo para a manutenção desse Fundo Administrativo, conforme Regulamento do PGA e aprovação orçamentária.

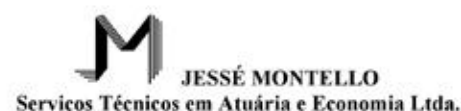
(*) calculado anualmente.

7) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas que corresponde ao Retorno dos Investimentos, conforme estabelece o Regulamento de Benefícios do Plano CD - ELETROSUL, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido.

8) Assim, no que se refere ao Sub-Plano B.P.D.S., constituído pelos Benefícios Saldados (na forma de Benefício Definido), a rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura desse Sub-Plano, ao longo de 2015, foi de 12,83% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade líquida de 17,23%, o que, em termos reais, representou obter 1,68%, não alcançando, assim, a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,64% ao ano estabelecida para 2015, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2016, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo alterada para 5,70% ao ano.

IV. Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2015, refletida nesta D.A..



V. Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Fundo Patronal Não Comprometido constituído pelo saldo, devidamente atualizado, de recursos oriundos da Provisão Matemática Coletiva de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinadora, em razão de não serem mais passíveis de serem destinados para resgate, portabilidade ou benefícios dos que deixaram de ser participantes do Plano. Tendo por finalidade, caso se faça atuarialmente necessária a sua utilização, o Plano de Custeio Anual irá prever sua utilização, com a devida deliberação favorável do Conselho Deliberativo da ELOS, sendo vedada sua utilização para o custeio das despesas administrativas. Fundo Coletivo de Benefício de Risco Saldo, constituído e devidamente atualizado, das contribuições destinadas ao custeio dos Benefícios de Risco realizadas pela Patrocinadora, incluindo as realizadas por participantes, na condição de Autopatrocinado, para o custeio desses benefícios. Tendo por finalidade prover recursos para pagamento dos Benefícios de Risco que excedam ao valor das contribuições destinadas ao Custeio dos Benefícios de Risco, recebidas, a cada mês, com base no Plano de Custeio vigente para dar cobertura a esses benefícios.

VI. Variação do Resultado Superavitário/Deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Considerando que o Plano CD-ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário variou de R\$ 2.955.350,48 em 31/12/2014 para R\$ 1.276.652,79 em 31/12/2015, tendo sido as causas mais prováveis para essa variação, as seguintes:

Referência	Valor
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2014 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2015 (*1)	R\$ 3.464.519,18
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2015 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2014 evoluído para 31/12/2015 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade (*2)	(R\$ 2.557.880,47)
Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unisex) desagradada em 10%	R\$ 9.009,08
Adoção da Taxa Real de Juros de 5,70% ao ano	R\$ 400.884,01
Adoção do Fator de Capacidade de 96,71%	R\$ 497.527,97
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	(R\$ 537.406,98)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015 (*4)	R\$ 1.276.652,79

(*1): R\$ 3.464.519,18 = 2.955.350,48 x 1,1723 (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

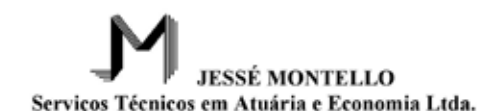
(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano referente ao B.P.D.S., informado pela ELOS para 31/12/2015 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano referente ao B.P.D.S. de 31/12/2014 evoluído para 31/12/2015 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 0,88% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 60.906.240,81 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício. Sendo pelo princípio da imaterialidade/irrelevância dessa perda residual, está sendo designado como "Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios Definido e de natureza solidária e grupal, como uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*4): Equivale a 2,10% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 60.906.240,81.

VII. Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Considerando que o Plano CD-ELETROSUL é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefícios Definidos.



Assim, com relação ao Sub-Plano B.P.D.S., considerando que o Superávit Acumulado, nos termos da legislação vigente, encontrava-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como conjuntural, não sendo passível de destinação por estar abaixo do limite de Reserva de Contingência estabelecido pelo valor mínimo entre 25% ou o equivalente a expressão $[10\% + (1\% \times \text{duração média do passivo do plano de 11,32 anos})]$ das Provisões Matemáticas.

VIII. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

No que se refere aos Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Incapacidade Laborativa, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos benefícios, concedidos na modalidade de Contribuição Definida, eles estão sendo financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Individual.

Finalmente, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Agregado.

RIO DE JANEIRO, 17 de março de 2016 (Anexo 1 ao JM/0317/2016 de 17/03/2015)

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA N° 426





Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS
Praça Pereira Oliveira, 64 | Ed. Emedaux - Sobreloja | Florianópolis, SC | CEP 88010-540
Fone: (48) 2107 7500 | 0800 709 7576
www.elos.org.br